

Miriam Abramovay - Mary Garcia Castro

en - gen - dran - do um

Novo **F**eminismo

MULHERES LÍDERES DE BASE

ceplia

UNESCO

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Miriam Abramovay - Mary Garcia Castro

e n - g e n - d r a n - d o u m

N o v o F e m i n i s m o

~~M U L H E R E S L Í D E R E S D E B A S E~~



UNESCO BRASIL

Conselho Editorial

Jorge Werthein
Maria Dulce Borges
Célio da Cunha

Comitê de Desenvolvimento Social

Julio Jacobo Waiselfisz
Celso Schenkel
Carlos Alberto Vieira

Capa: Nanche Las-Casas / Nave Gráfica

Revisão: Ana Maria Freire Viana

Assistente Editorial: Vera Ros

Editoração Eletrônica: Marcelo Alegria

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Abramovay, Miriam.

Engendrando um novo feminismo: Mulheres líderes de base / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro. – Brasília: UNESCO, 1998.

244p. 21 cm.

1. Mulheres trabalhadoras. 2. Mulheres e sociedade. 3. Posição das mulheres.
I. Castro, Mary Garcia. II. Título. III. Título: Mulheres líderes de base.

CDU: 396(81)

Reprodução permitida desde que citada a fonte

1ª edição - 1998 - Copyright UNESCO

Representação no Brasil

SAS - Quadra 5 - Bloco H - Lote 6 - Ed. CNPq/IBICT/UNESCO - 9º andar

70070-914 - Brasília - DF - Brasil

Tel: (55 61) 223-8684

Fax: (55 61) 322-4261

E-mail: UHBRZ@unesco.org



*À memória de Sarita sogra e de Abraham
sogro e amigo, o seu amor pela vida.*

*À memória de Aurora mãe e de Carlos
Newton irmão que, à sua maneira, foram e
me ensinaram a ser “gauche” na vida.*

INDICE

PREFÁCIO	07
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
AGRADECIMENTOS	23

CAPÍTULO 1

PANORÂMICA SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

TENDÊNCIAS	25
MULHER E GÊNERO - O NÃO DADO E OS DADOS	27
ECONOMIA, EMPREGO, POBREZA E A MULHER	29
GÊNERO, MULHER E EDUCAÇÃO	36
MULHERES, SAÚDE E VIOLÊNCIA	40
MULHERES E LEGISLAÇÃO	46
MULHERES EM MOVIMENTO	50
GÊNERO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	52
O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM)	55

CAPÍTULO 2

AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS EM SINDICATOS,

COOPERATIVAS E MOVIMENTOS	59
COTIDIANIDADE NO GÊNERO	65
FALANDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES	66
GERAÇÃO E GÊNERO	78
GRUPOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NA ÁREA RURAL	82
TERRA E DOCUMENTOS	87
AS MULHERES DA ÁREA RURAL E A PERSPECTIVA SOBRE MEIO AMBIENTE	92
GÊNERO E PODER - ENGENDRAMENTOS DAS TRABALHADORAS RURAIS	96

CAPÍTULO 3

ESTUDOS DE CASO NA BAHIA	99
ANÁLISES TESTEMUNHAIS	101
ESTRATÉGIA DE ANÁLISE	103
GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO NA CLASSE	108

CAPÍTULO 4

CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO – RECURSOS E NECESSIDADES	171
CASOS NO BRASIL (URBANO E RURAL)	173
CASOS NA BAHIA	182

CAPÍTULO 5

QUE GÊNERO DE PODER QUEREM AS MULHERES DE BASE?	191
ESTRATÉGIA ANALÍTICA	193
O CONCEITO DE GÊNERO	195
GÊNERO E PODER	196

LISTA DE SIGLAS	207
------------------------------	-----

FONTES CONSULTADAS	211
---------------------------------	-----

ANEXO

PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS	217
--	-----

P R E F Á C I O

Freqüentemente, ouvem-se opiniões pessimistas sobre movimentos feministas e/ou de mulheres. Tais movimentos estariam em recesso, ou melhor, já não existiriam; teria passado a fase das demandas diretamente encaminhadas ao Estado por parte de segmentos da população que, a partir dos anos 70, passaram a defender certas bandeiras. Mais do que isto, os movimentos teriam sido substituídos por ONGs, ostentando, muitas vezes, alto grau de profissionalismo na formulação e execução de projetos, visando, em alguma medida, à satisfação de necessidades populares. Desta sorte, mulheres, feministas ou não, teriam perdido seu espaço de luta direta por reivindicações, cedendo espaço a organizações que, bem ou mal, desempenhariam esse papel, intermediando as aspirações desses grupos. Além da competência política para negociar, as organizações teriam um *savoir faire* no que tange à elaboração de projetos, o que contribuiria, ainda mais, para alijar de cena os grupos aos quais a ação se destinaria.

De minha parte, nunca tive preocupação quanto à eventual morte dos movimentos de mulheres e/ou feministas. Penso que períodos de aparente calma são momentos de gestação de novas formas de atuar. Creio que o livro de Abramovay e Castro oferece um grande panorama destas novas maneiras de ampliar a cidadania por parte de segmentos populares, seja por meio de sindicatos, de ONGs, de grupos de base e até mesmo de movimentos sociais. Alega-se que, hoje, há muitos profissionais vivendo do feminis-

mo ou de suas bandeiras, esposadas, em grande parte, por grupos de mulheres que não se reconhecem como feministas.

Ora, não há nenhuma novidade nisto. Tampouco se trata de fenômeno assustador. É relativamente freqüente que demandas manifestas de modo mais ou menos espontâneo encontrem canais profissionalizados de expressão. É bem verdade que profissionais habituados a lidar com o “mercado” de doações, sobretudo internacional, conhecem a escala de priorização dos temas, tendendo, por conseguinte, a elaborar projetos com maiores probabilidades de serem financiados. Deste modo, existe sim uma inversão do vetor das reivindicações. Afinal, numa economia de mercado, há que saber vender a mercadoria, mas há também que escolher a mercadoria certa. Neste contexto, não se pode, obviamente, extrapolar a ética das necessidades básicas para entrar na ética da expansão das capacidades, isto é, um passo à frente, como demonstram Martha Nausbaum e Amartya Sen.¹ Entretanto, num país como o Brasil, em que a cidadania não existe para a maioria da população, a pobre ética das necessidades básicas tem funcionado como verdadeiro refrigerio. Com efeito, são tantas as carências que, mesmo definidas por outros que não os próprios carentes, estes acabam por se beneficiar amplamente da ação concebida no projeto. Tome-se, por exemplo, o planejamento familiar. Trata-se de tema priorizado por muitas agências financiadoras. Ou seja, um projeto nesse domínio tem grandes chances de ser apoiado por entidades internacionais. Por outro lado, vai ao encontro de uma demanda já existente por contracepção ou gerada pelo projeto. E isto não é, em si, um mal. Este reside, a meu ver, em certas escolhas de métodos, como a laqueadura de trompas, no Brasil utilizada em grau alarmantemente alto como anticoncepcional. E não se trata de um procedimento utilizado apenas em mulheres de camadas populares. Existe uma demanda pela laqueadura nas camadas médias e altas. Seria necessário investigar detidamente esta questão, a fim de se descobrirem as razões mais profundas do desejo de se mutilar. Para além do caráter normatizador do discurso médico, deve haver algo que

¹ Extensa bibliografia destes autores encontra em Crocker, David, Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nausbaum, *Lua Nova*, nº 31, São Paulo, 1993, p. 99 a 130.

explique tamanha disparidade de dados neste domínio entre o Brasil e outros países. Está-se, pois, muito longe da ética da expansão das capacidades, processo que só pode ocorrer com um tipo de desenvolvimento capaz de propiciar as mais diversificadas experiências, objetivando atualizar as potencialidades de todo ser humano. Na base deste processo reside a liberdade, concebida não como a possibilidade de escolher, mas como a possibilidade concreta de viver a experiência. Por esta razão, este tipo de ética pode também ser chamado de ética da liberdade. Neste momento de crescimento gigantesco das desigualdades no seio dos países e entre eles, dada a posição do Brasil no concerto das nações, não se pode pretender um salto tão grande. Espera-se que os seres humanos tenham bom senso suficiente para organizarem a sociedade em novas bases, a fim de pavimentar o caminho na direção apontada.

Engendrando um novo feminismo- mulheres líderes de base é riquíssimo na diversidade que revela. Movimentos, grupos de base, ONGs são mapeados em muitos estados brasileiros, sobretudo na Bahia. Projetos são examinados, visando a mostrar seus objetivos, o entendimento das lideranças a respeito de problemas nodais, assim como as relações entre estas e os beneficiários. Estou certa de que será extremamente útil para amplas parcelas de brasileiras e brasileiros. Há depoimentos interessantíssimos sobre várias temáticas, a mais fundamental sendo gênero, na polissemia deste conceito. É mesmo impressionante verificar que, de alguma forma, esta dimensão está presente na maioria dos projetos e/ou movimentos, ONGs, grupos de base. A preocupação pode manifestar-se em termos de levar algum benefício às mulheres. Quando se pergunta, porém, sobre gênero e poder, fica bastante evidente que o legado patriarcal é bem percebido.

Parabéns às autoras de *Engendrando um novo feminismo- mulheres líderes de base*, por oferecerem a comunidade intelectual, como também àquelas e àqueles que intervêm na realidade, vastas informações a respeito de um campo que muitas e muitos supunham morto, mas que está vivo, muito vivo.

Se o conceito de gênero em suas várias acepções permeia a maioria das atuações examinadas, seria o caso de se investigar por que esta noção

é tão mais palatável que feminismo. Deve isto ao papel desempenhado pelos *media* na exposição do feminismo e de feministas à execração pública ou há algo mais? Seria o gênero mais asséptico do ângulo ideológico ou seria percebido como neutro por muitas e muitos profissionais?

Dada a competência das autoras, deixo a elas a tarefa de escrever novo livro, trabalhando estas questões que, subrepticamente, atravessam todo seu trabalho.

Por enquanto, desejo a este livro um livre curso no mercado de idéias, de organização de dados, de análises e – por que não? – no mercado de livros.

São Paulo, setembro de 1998.

Heleieth I.B. Saffioti

APRESENTAÇÃO

A publicação dos resultados do trabalho das professoras Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro, apoiado pela UNESCO, com sítio institucional na CEPIA, insere-se no quadro do debate sobre a pluralidade das formas de organização da sociedade brasileira.

Simultaneamente, ao relacionar população, desenvolvimento comunitário, meio ambiente e as questões colocadas pelo feminismo, esse livro abre um vasto campo de problematizações e soma-se ao universo dos estudos sobre esses temas.

Partindo de um mapeamento das necessidades de grupos de base e ONGs, dialogando com homens e mulheres, em diferentes estados brasileiros, as autoras incluíram as organizações dirigidas por mulheres ou organizações nas quais as mulheres têm poder de decisão. Tal experiência e opção metodológica permitiram-lhes perceber a construção de um novo feminismo no cotidiano das mulheres dos grupos de base, que não se contentam mais em demandar por reconhecimento formal de direitos e buscam, em suas práticas concretas, articular individuação e responsabilidade coletiva, economia e cultura. Ampliam, com isso, o universo de suas vidas e dão uma nova dimensão à definição de *empowerment*, tornando, dessa forma, mais complexo o conceito de poder.

“Engendrando um Novo Feminismo” é, assim, uma hipótese que as autoras apresentam como necessária de ser investigada na análise das ações

que as mulheres estão desenvolvendo nos grupos de base, voltadas para atuar sobre as múltiplas e distintas demandas e necessidades de seu universo social.

Assim, o novo feminismo encontrado pelas autoras é, também, uma abertura para o reconhecimento e o diálogo com o “outro”, significando, inclusive, o diálogo com os homens, com os negros, com as lésbicas, com sindicalistas, associações de moradores, movimentos populares em geral, movimentos ambientalistas e organizações feministas.

As autoras reconhecem que é importante acompanhar esse processo enquanto pistas que apontam para possíveis mudanças nos planos público e privado.

Esse esforço de análise, como as próprias autoras reconhecem, reafirmam e enriquecem as visões da UNESCO e do CEPIA no que concerne à importância de resgate da auto-estima e de assumir o corpo como fronteira de poder a partir da compreensão da relevância da economia e da cultura.

UNESCO e CEPIA saúdam esse esforço das autoras e compartilham do desafio que colocam - que mudanças esse feminismo engendrado nos grupos de base poderão nos apresentar?

Jorge Werthein

Representante da UNESCO
no Brasil

Leila Linhares Barsted

Jacqueline Pitanguy
Diretoras do CEPIA

INTRODUÇÃO

Este trabalho cumpre termo de consultoria com a Representação da UNESCO no Brasil, com sítio institucional na CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Em princípio, teve como referência parâmetros da UNESCO/EPD (Divisão de Educação em Meio Ambiente e População - Informação para o Desenvolvimento Humano), implicando na elaboração de um mapeamento de necessidades de grupos de base e organizações não-governamentais (ONGs) no País, com projetos nas áreas de população, meio ambiente e desenvolvimento comunitário, enfocando entre outras dimensões, capacitação, comunicação e informação. Caberia privilegiar organizações em que as mulheres contassem como gestoras ou beneficiárias. A perspectiva seria identificar obstáculos à meta de dar poder às mulheres (*empowerment*), item das Plataformas de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres (Beijing, 1995).

Resolvemos ampliar o que poderia limitar-se a uma monografia baseada em informações secundárias ou restritas a informações de pessoas focais em algumas agências. Registramos o estímulo recebido por Jorge Werthein, Representante da UNESCO no Brasil e Coordenador do Programa UNESCO/MERCOSUL, que demonstrou preocupação em dar visibilidade ao trabalho de mulheres em grupos de base e ênfase para que se registrasse testemunhos das mulheres nesses grupos, redefinindo poder,

em sua relação com cidadania e exclusão social. Decidimos dialogar no texto com falas de mulheres e alguns homens em diversos estados do Brasil, entrevistando sessenta pessoas para explorar realidades rurais e urbanas.

Organizamos um extenso roteiro, utilizando questionário de diferentes tipos de bases, sendo algumas ONGs de médio porte com trabalhos pelo País, mas a maioria pequenas e restritas a programas, movimentos sociais orientados pelos direitos dos negros, dos índios, das lésbicas, de pessoas que vivem ou que buscam viver da terra, grupos de base/classe, do tipo sindicato e associação de moradores, e grupos de mulheres.

Pesquisamos as dimensões: perfil da instituição (composição do pessoal da organização, segundo sexo/gênero e idade/geração; identificação de projetos ligados à população e a programas de desenvolvimento sustentável; e características de sua clientela); atividades na área de capacitação, comunicação e informação: recursos disponíveis; gênero e população (os jovens; as mulheres; trabalho específico com mulheres e/ou enfoque de gênero; metodologia do tipo de trabalho com as mulheres e/ou com enfoque de gênero e programas relacionados à população); gênero, comunidade e meio ambiente; e gênero e poder (concepção sobre gênero e poder; obstáculos político-econômico-culturais para que as mulheres tenham socialmente poder; avaliação sobre a situação da mulher negra e as dificuldades que socialmente enfrentam e o papel da cultura como motor de poder e de obstáculo para as mulheres).

Privilegiamos o uso de testemunhos, de falas das/dos entrevistadas(os), falas de mulheres de base, por composição livre de quadros, sem alterar o sentido de suas posições e, em tais discursos, acentuar o que a nosso juízo seriam pistas de engendramentos no lidar com as relações sociais entre homens e mulheres, tópicos de agenda feminista, direitos das mulheres nos direitos humanos. Desta forma a nossa é uma entre várias leituras sugeridas nas falas aqui organizadas.

O que seria em princípio um trabalho exploratório, orientado por perfilar tais organizações e contribuições das mulheres, que poder de decisão e gestão aí tinham e como se beneficiariam da ação dessas entida-

des, foi se impondo e nos sugerindo outras leituras das falas, vislumbre entre o dito, mas não necessariamente expresso ou dado, quais sejam: 1) a identificação de gêneros de poder e como mulheres líderes de base já não se contentam com uma visão estática, formal, de poder, ou seja, sua operacionalização só por leis e por cotas ou presença em instituições governamentais que gerenciam programas sociais; 2) engendramento de um novo feminismo, ou posturas feministas, muitas vezes não assumidas como tal e que novas, porque informadas por práticas que combinam individualização e responsabilidade com o coletivo e estabelecimento de nexos entre economia e cultura. A seguir, algo sobre tais tendências, ou melhor, sensações na leitura de falas de mulheres líderes de base.

Quanto a gêneros de poder, de fato, algumas agências internacionais como o UNIFEM e a UNESCO viriam há algum tempo alertando sobre a necessidade de, além do plano de leis, de direitos e de posições ou lugares em instituições, considerar outras dimensões na operacionalização do que seria *empowerment*, ou vontade de dar possibilidades para que as mulheres possam conquistar poderes.

Por exemplo, o UNIFEM (1996) entre várias outras plataformas de decolagem ao “poder para as mulheres”, sugere ênfase:

- no fortalecimento das organizações e redes de mulheres, para que elas possam melhor advogar para si, apoiando inclusive os seus sindicatos de mulheres;
- na colaboração para que as mulheres tenham mais controle sobre suas vidas tanto dentro como fora da casa;
- no fortalecimento econômico e “condições de vida sustentáveis”;
- no reconhecimento de que uma agenda por um desenvolvimento que contemple as mulheres com uma nova ética na concepção sobre poder e que se incluam perspectivas e realidades baseadas no cotidiano da vida das mulheres (UNIFEM, 1996, p. 13);
- na não-limitação das mulheres no poder, mas sistemas de prestação de conta (*accountability*) e cuidados na representação;

- na combinação de programas de *empowerment* político com *empowerment* econômico. Inclusive com ênfase nos cenários atuais, de crescimento da pobreza, de maior visibilidade das mulheres entre os pobres, deteriorização da qualidade de vida em especial dos pobres nas áreas rurais e nessas, a falta de acesso a recursos por parte das mulheres, como à terra. Por outro lado, se enfatiza que tais princípios têm que considerar realidades vividas.

Já a UNESCO chama a atenção de dimensões normalmente consideradas sem significados políticos e econômicos, como a cultura, o conhecimento, a comunicação, a postura diante da vida, a ética e os compromissos com a coletividade. Considerando a mulher, destacamos da nossa leitura de material da UNESCO (1995):

- a importância de investir na solidariedade entre meninos e meninas, adolescentes homens e mulheres, não em termos de tolerância, mas no de lidar com diferenças e admirá-las, respeitá-las;
- ter a educação como conceito além da escolaridade formal e a educação criativa das jovens mulheres como um direito humano, direito a se fazer pessoa no feminino;
- ser sensível às “*necessidades culturais, espirituais e de expressão dos seres humanos (...) seu direito ao prazer de viver e repudiar explorações, discriminações, no público e no privado, de todas as formas*” (UNESCO, 1995, p. 3);
- considerar como “crime, as formas emergentes de exploração sexual e comercial, especialmente aquelas de mulheres, moças e meninas” (id);
- estar atento à etnicidade, à contribuição cultural dos povos indígenas e entre esses o saber das mulheres e, também, das mulheres no meio rural;
- não considerar as mulheres como grupo homogêneo, mas a diversidade de necessidades e anseios de criatividade;
- encorajar a criatividade artística e de expressão das jovens;
- dispor de estatísticas e informações qualitativas que permitam dar visibilidade ao que fazem as mulheres e monitorar programas para as mulheres.

Neste trabalho, muitas pistas de como as mulheres em grupos de base, em localidades rurais recônditas, em associações de moradores e em ruas de esgoto a céu aberto, concordam e remodelam tais chamadas do UNIFEM e da UNESCO sobre a importância da economia e da cultura e do jogar com necessidades de pão e de circo no plano de resgate de auto-estima e de ter o corpo também como fronteira de poder.

Ao equacionarem economia e cultura chegam a gêneros de poder, mulheres em experiências de base, revelando-se a plasticidade do conceito de poder, quando este é posto em movimento ou concebido, não como um “empoderamento” sem agências, ou algo dado, mas como um processo de conquistas, no qual até o que se concebe como poder é redefinido.

E por que a idéia de engendramento de um novo feminismo, ou um feminismo em se fazendo? Foi esta sensação de que havia coisas que estavam em seu fazer-se, quando dos contatos e composição dos quadros com as falas dos entrevistados que nos levou a dois parâmetros, mais para hipóteses:

- 1) Da oportunidade de recorrer a conceito – sujeito no feminismo – que algumas feministas vêm utilizando, inclusive para questionar a idéia de que gênero é uma relação social fixa, no agora. Lauretis (1987) e Castro (1997), chamam a atenção para a dinâmica do fazer-se feminista, mais além das diferenças sexuais e multiplicada, em termos de questionar-se subordinações, inclusive como mulher, em várias relações, como as de raça e as de classe. O sujeito no feminismo seria um vir a se constituir, é novo não porque é, mas porque está se construindo, fora inclusive de códigos pré-anunciados. O sujeito no feminismo (...) *é constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual (...) um sujeito engendrado não só na experiência de relações entre os sexos, mas também nas relações de raça e classe; um sujeito múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido* (Lauretis, 1987, p. 208).
- 2) Temos como hipótese que um novo feminismo viria sendo engendrado por ações diretas, por grupos e movimentos sociais de base, que transitam por planos múltiplos e não necessariamente se rotulam como feministas.

Inclusive porque um novo feminismo seria uma postura de vida, uma perspectiva sobre relações sociais entre sexos e sobre outras relações, sem restringir-se ao movimento de mulheres, a entidades autoneameadas como feministas, ou mesmo àquelas reconhecidas como tal.

As mulheres e também alguns homens, em organizações de ação direta em setores populares estão fazendo diferença no trabalho voltado à educação alternativa, no resgate da arte e da cultura pela construção de identidades subalternas, pelo crescimento da auto-estima entre os jovens, pelos direitos à cidadania dos pobres, homens e mulheres, ao nível das comunidades, em associações de moradores, introduzindo agenda antes só acionada por ONGs de cunho feminista. Essas ONGs continuam também a ter um papel muito importante, inclusive por contatos e trabalhos com as mulheres em ações comunitárias e movimentos sociais, como direitos sexuais, gênero e diferenças, o corpo como ambiente de saúde, vida e prazer.

Por outro lado, o novo é a “multimistura” que fazem, jogando tais temas norteados por individualizações, reivindicações feministas, com outros tidos como próprios dos partidos e sindicatos com ênfase na classe ou por outras identidades, não subalternas para as mulheres, os homens e mulheres negros(as), na defesa dos povos indígenas, por exemplo. Indica-se no capítulo final, como os entrevistados insistem que cultura e economia se reforçam, em particular em tempos de violências várias, desemprego e aumento da pobreza. Já não se debatem, como as feministas que lhe antecederam, entre dicotomias, se classe ou gênero, se gênero ou raça, se o geral ou o específico, se o pão ou o circo, se a produtividade ou o lúdico. Tentam, nem sempre conseguem, trânsitos entre o objetivo, que cada vez mais se impõe aos pobres e buscas na subjetividade.

Sem uma intencionalidade em si ou maniqueísmos de poder, os grupos de base são um processo em aberto a questionar inclusive o poder de conhecimentos e institucionalizações. Reivindicam direitos do Estado, buscam parcerias, recorrem ao termo gênero, usam documentos consagrados no plano das agências internacionais, como as Plataformas das Confe-

rências da ONU. Mas, por outro lado, criam redes de solidariedade, mutirões embasados em amizade, alguns voltam aos grupos de reflexão, aos grupos de amigos, alimentam-se de culturas locais e de necessidades vividas como mulheres, como pobres, como negras, como lésbicas no bairro X, no sindicato Y, quando estabelecem (nem sempre por livre escolha) agendas ou priorizam ações. Necessidades de várias ordens, inclusive a de sonhar, ter utopias suas, de suas coletividades, imprimem dinâmica própria, são impulsos primeiros de suas ações, vivências e querências.

Sem sacrificar autonomia e liberdade, ao tempo que negociam direitos, e até fazem parcerias com o Estado, defendem a identidade, alguns como grupos de pressão, como o ANAI (defesa de povos indígenas – ver siglas, ao final), de serem outros, movidos em militâncias e ativismos, como o MMTR e o MST (relacionados à terra, sendo o primeiro um movimento autônomo de mulheres trabalhadoras rurais), a UNEGRO (direitos dos negros) ou o GLB (direito das lésbicas), esses dois em Salvador.

Muitos investem no pensar/sentir/fazer juntos, não trabalham com as bases, são base (como várias associações de moradores e sindicatos). E há os que recorrem ao educar criando, alimentando-se da arte, combinando ética, estética e fins pragmáticos de garantia de sobrevivência. São organizações, como, por exemplo, o Projeto AXÉ, a ONG CRIA e o Projeto de Profissionalização para Cidadania, em Salvador, que trabalham com educação de/com jovens pobres, negros, meninos e meninas de rua, usando metodologias que debatem com teorias prévias e que se orientam, muito mais por sensibilidade de observação, para necessidades várias de homens e mulheres, de adolescentes homens e mulheres.

Em alguns casos tal movimento é fluido, quase pré-anunciando-se, corre em paralelo das legitimadas ONGs feministas, mais conhecidas (algumas das organizações que pesquisamos em Salvador, por exemplo, não constam das listas do Conselho Municipal de Mulheres e do Fórum de Mulheres, que reúnem grupos de base de mulheres). Contudo, registra-se que em algumas das ONGs institucionalizadas ou legitimadas como ONGs feministas, encontram-se questionamentos sobre sentidos de feminismos e buscas que ultrapassam a

agenda de advogar direitos ao Estado, o que é também importante. Também aí pode-se questionar *ethos*, cultura e economia destes tempos; debater inclusive ética e relações entre as mulheres, por exemplo.

O termo “novo feminismo” não é empregado como nova etapa, ou em antagonismo com modelos outros considerados velhos, até porque é vago o contorno do que seria o novo. Apenas sugerimos maior observação de tais ações diretas, grupos de base e ONGs que trabalham com/no popular, que são gerenciados por mulheres ou nos quais elas têm relevante participação decisória quanto a programas, mesmo dirigidos por homens. Inclusive porque é traço deste novo feminismo cada vez mais investir também em identidades masculinas. Este fluido feminismo está em unidades do Movimento Negro, em organizações de lésbicas, em sindicatos vários, em associações de moradores, em movimentos do povo que vive ou quer viver da terra, em organizações voltadas para educação ambiental e em muitas ONGs feministas.

Alertamos que o nosso entusiasmo não turva o olhar crítico sobre possíveis impasses, inclusive quanto a vir se produzir, de fato, “sujeitos no feminismo” (Lauretis, 1987). Se não mais usamos um olhar crítico neste trabalho, foi porque nos faltam elementos, observações mais profundas das práticas desses movimentos para avaliá-los. Contentamo-nos com registros e as 60 entrevistas feitas, pelo Brasil, em 3 meses. Como bem observa Doimo (1995) em pesquisa sobre movimentos sociais e participação política pós anos 70 no Brasil, “*movimento social é uma categoria controvertida*”. Estaríamos, segundo o autor, “*em crise do conceito essencialista de movimento social*” (1995, p. 221), com uma tendência a substituir o conceito de popular pelo de “sociedade civil organizada”. Preferir-se-ia negociação, participação e parceria com o Estado à uma “negatividade indiscriminada”. Nos discursos desses movimentos, segundo Doimo, falar-se-ia menos em “*democracia de base e mais em “democracia como valor universal”, menos em “movimento popular” e mais em “movimentos sociais” organizados*” (Doimo, 1995, p. 223).

Não sugerem tal movimento as falas de líderes comunitários, em movimentos por identidades, em organizações com menos recursos, como

nas associações de moradores ou as de trabalhadoras na área rural. Por outro lado, como adverte Sanchis, nas análises de Doimo, o “*povo evaporou-se dos movimentos populares*” (1995, p. 16). Podemos assegurar que em muitas ONGs ou melhor OBCs – Organizações de Bases Comunitárias – aqui abordadas, as entrevistadas são o povo.

No plano de alertar contra euforias com o que antes refletimos sobre os grupos de base, mas esclarecer que temos é que mais acompanhá-los, considerando que se grupos de base resgatam diversidades, por outro lado se enfrentam desafios da fragmentação e pulverização de ações isoladas, da criatividade do voluntarismo e do trabalho baseado em voluntariado ou em um assalariamento mínimo que pode resvalar em autoritarismos e perda de eficiência, ou seja, em seu engendramento não há cenários futuros fixos. Mas insistimos, as falas das líderes em grupos de base indicam pistas, vontade de, pela participação, mudar cenários na casa, na comunidade, em suas vidas, nas formas de conceber poder na nação, ressaltando marcas de classe, de gênero, de geração, de raça e etnicidade e de opção no exercício da sexualidade. Resultados a longo prazo, que mudanças conseguirão? Não sabemos, apenas registramos que caminham.

AGRADECIMENTOS

Todas as sessenta pessoas entrevistadas são, em alguma medida, co-autoras deste trabalho, mas elas não são responsáveis pelos re-arranjos e destaques que fizemos de suas falas. Agradecemos a todos e todas, desculpando-nos por interpretações indevidas de suas falas. Agradecemos, também, aos entrevistados/as de nos dar o poder de escrever este trabalho, com suas falas e esperamos que lhes tenhamos dado o poder de terem suas falas ouvidas, se não em verso, em prosa.

Destacamos as pessoas que intermediaram contatos como Terezinha Gonçalves, da coordenação do Conselho Municipal de Mulheres de Salvador, e Navarro Zander, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nosso reconhecimento à UNIFEM e ao CFEMEA, na figura das equipes das respectivas instituições que colaboraram com material para consulta e a Julio Jacobo Waiselfisz, da UNESCO, por suas ajudas. Lembramos, ainda, o apoio institucional da CEPIA, que em muito contribuiu para o nosso trabalho.

A amizade com Jacqueline Pitanguy e Leila Linhares (diretoras da CEPIA), feministas “históricas” e parte de um “novo feminismo” atento aos múltiplos problemas de mulheres e homens, povo na cotidianidade comunitária, também foi gratificante na relação com a CEPIA.

Finalizando, agradecemos ao Representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein, a confiança e o estímulo, e à UNESCO os recursos para a realização deste trabalho.

Capítulo 1

**PANORÂMICA SOBRE A SITUAÇÃO DA
MULHER NO BRASIL - TENDÊNCIAS**

Neste capítulo, recorrendo a estudos de distintas fontes, mapeia-se, segundo dados disponíveis, a situação de mulheres no Brasil, destacando dimensões que, segundo análises de autores relacionados ao movimento de mulheres, seriam básicas para cenários que permitam o exercício de poder pelas mulheres.

MULHER E GÊNERO - O NÃO DADO E OS DADOS

As estatísticas oficiais disponíveis no Brasil, mais por problemas de cobertura, deixam a desejar quando se pretende focalizar gênero, quer pela escala dos dados publicados, quer pelas dimensões apreendidas, uma vez que ainda estão presas às clássicas rubricas, emprego, educação e trabalho, recorrendo a indicadores de posição.

Contudo os indicadores disponíveis colaboram para uma panorâmica da situação de mulheres e homens. É marca da contemporaneidade que o material preparado por mulheres e organizações do movimento feminista, inclusive os que se destinam a mulheres do setor popular, cada vez mais recorram a dados estatísticos, democratizando seu uso. Por exemplo, alguns dos dados a seguir e a sua organização são das publicações “Mulheres Sem Medo do Poder”, “Chegou a nossa Vez”, “Cartilha para Mulheres Candidatas a Vereadoras” (Lavinias e Melo, 1996), preparadas para capacitar as mulheres

que se candidatavam a vereadoras nas eleições de 1996, a maioria por força da lei de cotas na legislação eleitoral que obriga os partidos políticos a inscrever, no mínimo, 20% de mulheres em suas chapas proporcionais:

- Estima-se que, em 1993, 30% da população brasileira ganhava menos que um salário mínimo por mês (inferior a US\$150,00 em 1995). Enquanto a taxa de analfabetismo rural no Brasil como um todo seria de 34,8%, no Nordeste 48% e na Região Sul, 15%, indicando que às desigualdades sociais somam-se ou interagem, desigualdades regionais.
- As mulheres se apropriam de apenas 25% de toda a riqueza produzida no Brasil. Tal proporção é ainda menor nas áreas rurais, onde fica em torno de 15% (1990).
- As mulheres mais bem pagas do País, em 1990, ganhariam em média R\$3,00 a R\$4,00 por hora trabalhada, já os homens em igual posição ganhariam em média R\$4,00 a R\$6,00. Tanto para homens como para mulheres, o maior salário/hora do País estaria em Brasília. Em 24 estados do País, as mulheres em média recebem o mais baixo salário (até R\$2,00), no caso dos homens, tal situação se identifica em 13 estados (concentrados nas regiões Norte e Nordeste).
- As mulheres representariam 50% dos eleitores, contudo menos de 10% estariam no Legislativo. Nas grandes empresas, menos de 5% dos cargos de presidência são ocupados por mulheres. Nos partidos políticos, antes da lei de cotas (1993) seria inferior a 10% a representação das mulheres nas direções nacionais.
- As mulheres negras, em 1990, ganhavam em média 2 salários mínimos por mês, enquanto as mulheres brancas ganhavam o dobro, 4 salários mínimos. Os homens negros recebiam então 3,5 salários mínimos por mês e os brancos, 7,5.
- Desde 1990 viria aumentando as taxas de desemprego entre as mulheres, superiores a dos homens. Entre os homens, os que mais seriam afetados pelo desemprego seriam os de mais baixa escolaridade (primeiro grau completo). Já entre as mulheres, não, todas estariam sendo afetadas pelo

desemprego, inclusive ocorrendo que as de mais alta escolaridade podem ter taxas de desemprego mais altas (Lavinias, 1997).

- A maioria das mulheres no mercado de trabalho estaria em atividades consideradas informais, em trabalhos realizados em seus domicílios, sendo que mais da metade trabalharia tempo parcial, no caso dos homens, apenas 15%. Cerca de 15% das mulheres ocupadas seriam trabalhadoras familiares sem remuneração, subindo tal proporção para 40%, quando se considera apenas a área rural.
- A mortalidade materna no Brasil seria uma das mais elevadas na América Latina: 200 óbitos maternos por cada 100.000 crianças nascidas. As principais causas de morte entre mulheres seriam por problemas circulatórios e câncer uterino, que se associariam a falta de diagnósticos e cura em tempo hábil, imputando-se à má qualidade dos serviços de saúde e o não atendimento dos direitos reprodutivos das mulheres. *“Outro tema comum nas plataformas do movimento das mulheres é o combate à violência doméstica. Em 1995, em cinco delegacias de atendimento à mulher (DEAM) teriam sido registrados 5.402 crimes contra as mulheres, sendo que em 4.000 casos, o agressor era o marido ou companheiro da vítima”* (Lavinias e Melo, 1996, p. 13).

As análises seguintes, por algumas dimensões sociais, no sentido de melhor ilustrar uma panorâmica sobre a situação das mulheres, sofre uma limitação básica, qual seja, de estar restrita ao publicado e não se dispor de informações que controlem ciclo de vida ou idade da mulher, sua inscrição étnico-racial e a classe de rendimentos ou diferenciação por situação econômica, o que leva a certa reificação, ou uma referência à mulher, quando tais indicadores de fato revelam relativas heterogeneidades entre as mulheres, ainda que as marcas de gênero atravessem todos eles.

ECONOMIA, EMPREGO, POBREZA E A MULHER

O ano de 1990 seria marca inicial relativa do que se vem denominando de integração à globalização econômica. No Brasil, está em marcha

programa de privatização de empresas estatais, o aumento da importação de bens de consumo, modernização tecnológica de empresas, no sentido de torná-las mais competitivas no mercado internacional, ênfase em eficiência e produtividade, projetos por reformas que repercutem sobre a legislação trabalhista e no sistema previdenciário. As conseqüências dessas e de outras dimensões do formato de inserção na globalização da economia não autorizam chegar-se a cenários claros, em particular no plano das condições sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras. Em conseqüência, o desemprego vem sendo ressaltado como um dos resultados imediatos ou a médio prazo, assim como a exclusão de parcelas da população sem qualificação e sem condições de se preparar para a maior competitividade e mudanças na cultura do trabalho que a flexibilização da economia exige.

Os efeitos por gênero no contexto econômico e no plano do mercado formal mais integrado à globalização não são unívocos, ocorrendo em muitas firmas certa “preferência” pela mão-de-obra feminina, especialmente no plano da terceirização, tipo de relação social negativa para o trabalhador, em especial em plano de curso de vida. Por outro lado, se houver dependência de uso de tecnologia avançada, exercício de gerenciamento e supervisão, com a maior probabilidade estariam excluídas as mulheres. Nas empresas e também nos sindicatos não é comum que programas de requalificação da mão-de-obra contemplem as mulheres como trabalhadoras com necessidades próprias, por suas responsabilidades domésticas e defasagem no trato da coisa pública. A questão se complica quando no Brasil não se conta com um sistema que “*articule reciclagem, serviços de colocação e seguro-desemprego*” (Medeiros e Salm, 1994, p. 65), bem como programa nacional de renda mínima.

Vários autores vêm chamando a atenção para o crescimento das taxas de atividades das mulheres (ver entre outros Castro e Lavinias, 1992; Lavinias 1997; Bruschini, 1995; Wajnman 1996 e Paiva, 1986). Wajnman (1996) sublinha que enquanto na década de 70, a taxa de atividade feminina permaneceria em 20%, já nos anos 90 estaria ultrapassando 40%. Recorrendo a taxas refinadas de atividade (razão entre o número total de mulheres consideradas como parte da

população economicamente ativa (PEA) e a população feminina em idade ativa), a autora chega aos seguintes indicadores: 13,6% em 1950; 16,6% em 1960; 18,4%, em 1970 e 26,9% em 1980 (tendo o censo demográfico como fonte), 28,8% em 1976 e 47% em 1993 (Wajman, 1996, p. 3).

Outra tendência recente seria o relativo envelhecimento da força de trabalho feminino, aumentando a participação das mulheres de mais de 30 anos, o que para alguns autores estaria associado à baixa nos padrões de fecundidade, menor número de filhos por mulher, enquanto outros alertam para o empobrecimento das famílias, quando maior número de pessoas entrariam no mercado de trabalho para garantir um mesmo nível de vida, antes sustentado pelo membro masculino, tido como “chefe de família”.

Entretanto, essa tese data dos anos 70, relacionada a um estudo feito pelo DIEESE, Departamento de Estudos Intersindicais e, possivelmente, segue vigente. Contudo não explicaria as tendências mais recentes de aumento da visibilidade das mulheres no mercado de trabalho, inclusive porque também viria aumentando o nível de escolaridade das mulheres, indicando que também as mulheres de classe média estariam entrando com mais vigor no mercado de trabalho. Por outro lado, como identificou Bruschini e Lombardi (1996), também viria aumentando o número de mulheres casadas na força de trabalho, sugerindo que tanto novos arranjos familiares para o cuidado dos filhos menores, quanto a queda na fecundidade e mudanças em padrões culturais estariam compondo o quadro.

Enquanto até 1986 encontrava-se níveis mais altos de participação na força de trabalho entre mulheres no ciclo de 20 a 24 anos, já em períodos posteriores o pico modal etário se desloca para os grupos entre 25 a 44 anos. Note-se que, segundo Bruschini e Lombardi (1996), em 1980 cerca de 20% das mulheres recenseadas como cônjuges integravam a PEA, enquanto em 1990, tal contingente subiria para 37,6%.

Em que pese as mudanças no mundo do trabalho e a modernização da economia, uma tendência se mantém quando o olhar se limita às áreas urbanas: as mulheres continuam mais sobre-representadas nas atividades do chamado setor informal, ou seja, em trabalhos mais desprotegidos

quanto à cobertura legal. (*A taxa de informalidade das mulheres, concebida como a proporção de trabalhadores*, Wajzman, 1996).

Por outro lado, como observa Bruschini (1995), 48,% das mulheres ocupadas contribuiriam para a Previdência Social, sendo que entre os homens, 51,1%. No setor informal, viria aumentando a proporção de mulheres que exercem atividades remuneradas no âmbito doméstico (mais da metade das mulheres no setor informal, segundo estudos de Abreu, Jorge e Sorj, in Lavinias, 1997). Informação que alerta para a importância dos trabalhos comunitários no sentido de, tanto passar para mulheres conhecimentos sobre eficiência na produção e distribuição de produtos feitos na casa, quanto ações no plano da cultura e da legislação, com mecanismos e hábitos de proteção à mulher trabalhadora, mesmo quando o espaço de produção seja a casa. Questionando-se, portanto, as separações entre o público e o privado em termos da esfera das normas de trabalho remunerado (ponto retomado em capítulo sobre experiências de desenvolvimento comunitário e gênero).

Em ocupações próprias do setor informal, predominariam também os homens e mulheres jovens, como, por exemplo, entre os que trabalham sem carteira assinada. Note-se que no serviço doméstico remunerado também viria aumentando o número de mulheres que trabalham sem carteira assinada, em que pese o fato de que fazer juz ao salário mínimo foi conquista das trabalhadoras domésticas na Constituição de 1988 (Lavinias, 1997). O serviço doméstico remunerado é uma das mais antigas e permanentes fontes de trabalho das mulheres pobres e também das mulheres negras. Em uma cidade como Salvador, onde 70% da população recenseada seria negra (pretos e pardos segundo as estatísticas oficiais), cerca de 93% das empregadas domésticas são descendentes da diáspora africana. Já entre as mulheres que estavam na categoria de empregadoras, em 1990 naquela cidade, a proporção de negras baixaria para 45%, indicando que além de gênero, raça traz diferenças no posicionar-se na classe social (Castro 1992).

As análises sobre emprego levam também a outras sobre pobreza, indicando-se “*ampliação da miséria e da fome nos anos 90: haveria atualmente 17*

milhões de indigentes e 32 milhões de pobres (incluindo os indigentes) ou cerca de um quinto da população total” (FNUAP, 1997, p. 5). Considerando-se as demais grandes regiões e área rural, no Nordeste estão 46% dos pobres do país e, considerando-se a área urbana, estão 39% dos pobres. Entre as famílias pobres na área rural do Nordeste, 15% seriam chefiadas por mulheres (conceito do censo de chefe de família), já nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, a chefia familiar entre os pobres sobe para 29% (dados de 1990, PNUD-IPEA, 1997).

Nos anos 90, surge uma nova tendência no mundo do trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – o aumento da presença dos homens em ocupações não regulamentadas, inclusive a um ritmo mais intenso que as mulheres. Contudo, mesmo nesse caso *“a inserção das mulheres no mercado de trabalho permanece mais precária que a dos homens”* (SEADE, 3/97). Em 1996, na RMSP, entre homens a proporção entre os ocupados seria de 35% e 39% entre as mulheres ocupadas eram assalariadas sem carteira de trabalho assinada, trabalhadoras autônomas ou empregadas domésticas mensalistas ou diaristas, *“sem acesso aos direitos associados ao contrato formal de trabalho”* (SEADE, 3/97). Não se dispõe de informações que permitam generalizações para o Brasil, contudo é significativo como indicador de empobrecimento dos trabalhadores e da vulnerabilidade das trabalhadoras, que o aumento da presença dos homens na informalidade e a persistência da precariedade das mulheres na informalidade ocorra na área de maior concentração de riqueza do País.

Concomitantemente, com o aumento das mulheres na força de trabalho e sua vulnerabilidade, considerando os tipos de trabalhos exercidos, ou seja, a informalidade, nos anos mais recentes, viriam as mulheres apresentando tendências também ao desemprego. No início de 1997, dados de conjuntura colhidos para a Região Metropolitana de São Paulo, indicavam que em fevereiro a taxa de desemprego atingiria 16% da PEA feminina e 13% da masculina, (SEADE, 2/97). Dados de março indicavam persistência dessa tendência, já que, pelo segundo mês consecutivo, a taxa de desemprego das mulheres (17%) e a dos homens (14%) continuaram a crescer (SEADE, 3/97).

Quanto a rendimentos, as tendências, para o caso das mulheres, também não permitiriam inferências otimistas, persistindo desigualdades. Em média o salário das mulheres equivale a 63% do salário dos homens.

Cerca de 20% das mulheres chefes de família têm 14 anos de escolaridade, em 1990. Contudo, entre essas mulheres chefes de família a distância salarial em relação aos homens é maior: seu salário é em média 47% menor, enquanto as mulheres não-chefes e não-cônjuges, com 14 anos de escolaridade, ganhavam 16% menos que os homens, o que pode estar também afetado pela distribuição etária diferenciada, tendendo as mulheres chefes de família a serem bem mais velhas que as outras (PNUD-IPEA, 1997).

Na RMSP, em janeiro, as mulheres ocupadas ganhariam em média, R\$ 631,00 por mês, padrão inferior ao de dezembro (menos 0,6%), enquanto os homens, R\$ 1.026,00, menos 0,3% que o mês anterior, o que indicaria maior sensibilidade do mercado da mulher às quedas da remuneração do trabalho (SEADE; 2/97).

No período analisado para a RMSP o decréscimo da ocupação das mulheres dever-se-ia a perda de empregos na indústria e no comércio, enquanto no setor serviços teria se mantido estável. Cresceria, por outro lado, no período, o emprego no serviço doméstico, principal empregador da mão-de-obra feminina pobre, com rendimentos mensais de até 2 salários mínimos, tendência esta de registro histórico (Castro, 1992).

Entretanto, análises com dados recentes para o Brasil, alertam para algumas novas tendências quanto a rendimento e sexo/gênero. Lavinás (1997), com dados para 1985-1995, identifica que viriam se atenuando os diferenciais de rendimentos entre os sexos, mas que tal tendência fica na dependência do tipo de relação social de trabalho na ocupação e sujeita a conjunturas. A autora destaca que nas atividades autônomas, em particular para mulheres com nível universitário, o *gap* entre homens e mulheres por rendimentos passaria a ser favorável às mulheres. Segundo Lavinás, “o efeito do desassalariamento é bastante diferenciado segundo o nível de instrução das mulheres” (1997, p. 27).

Quanto à distribuição ocupacional mais recente tem-se que as mulheres continuariam concentradas em algumas ocupações. Mais de 50% da mão-

de-obra empregada seria feminina nos serviços pessoais e nestes, em especial no serviço doméstico (mais de 80%), na administração pública que engloba saúde, educação (mais de 80%) e serviços comunitários. Também seria alta a proporção de mulheres no comércio, na distribuição de alimentos/vestuário, na indústria têxtil e de confecção e na montagem de componentes eletro-eletrônicos. Contudo, seriam tendências recentes, pelo fato de que as mulheres estariam entrando também em outros ramos, antes dos homens, referindo-se os analistas a uma certa tendência à “mixidade”, sem alterar as disparidades, negativas, de rendimentos para as mulheres (Lavinias, 1997).

No período 1985 a 1995, um dos ramos em que mais cresceu a presença feminina foi o de serviços de reparação (12%), ampliando-se também a presença da mulher nos serviços industriais de utilidade pública, as mulheres de 14% dos ocupados em 1985, passaram a representar 21% em 1995. Por outro lado, possivelmente pelo fechamento do mercado de trabalho em algumas áreas, os homens estariam entrando também em áreas tidas como femininas, como a de serviços pessoais e em especial, no plano da terceirização, em serviços de limpeza e conservação para empresas, guarda e proteção, serviços auxiliares na agropecuária, comércio e indústria.

De fato, nos serviços produtivos ou de empresa, a participação das mulheres no total de trabalhadores no período 1985-1995 diminuiu de 27% para 26%. Lavinias (1997) observa que no período referido, de “forte retração do emprego”, ao contrário do comumente sugerido de que as mulheres estariam tirando postos de trabalho dos homens, estaria aumentando a competição para ambos. A autora observa que tal situação teria efeitos particularmente negativos para as mulheres, a saber:

- um certo fechamento de novas oportunidades de emprego para mulheres em espaços de produção tradicionalmente masculinos, dificultando a tendência observada anteriormente de expansão da “mixidade”;
- uma migração ocupacional dos trabalhadores do sexo masculino para atividades antes fortemente segregadas por sexo, pela grande prevalência de mulheres (Lavinias, 1997, p. 2).

GÊNERO, MULHER E EDUCAÇÃO

De acordo com o “Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil”, publicado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-IPEA, 1997), o perfil da educação no País melhorou nas últimas décadas, usando-se como indicadores o decréscimo da taxa de analfabetismo, o aumento do número de matrículas escolares, crescimento da escolaridade média e as estatísticas de graduados no ensino superior. Mas também se alerta para diferenças regionais quanto a níveis de *performance* do setor educacional e a “baixa eficiência do sistema educacional e a baixa qualidade do ensino”, em especial quando os clientes são os pobres. “Comparando-se 1960 com 1990, verifica-se que o número médio de anos de estudos dos homens brasileiros passou de 2,4 para 5,1, enquanto o das mulheres subiu de 1,9 para 4,9 – uma evolução muito mais favorável” (PNUD-IPEA, 1997, p. 25).

A educação formal e continuada, ou seja, traduzida em atividades de capacitação em áreas específicas por instrumentalidades variadas, como o emprego, a racionalidade e o cuidado com a qualidade de vida, ou para reconstrução de estereótipos reforçadores de sexismos, é reconhecida como dimensão estratégica no plano de dar poder às mulheres – *empowerment* – para que sejam agentes de outras relações sociais e objetivamente melhor se situarem no mercado de trabalho e na vida em geral. Contudo, são ambíguos os significados da ampliação da escolaridade formal para as mulheres, em perspectiva de gênero ou mudanças em homens e mulheres e como cada um é codificado socialmente e se relaciona entre si, no sentido de promoção de igualdades objetivas e respeito de diferenças culturais positivas à individuação.

Segundo dados da DHS de 1996 (Pesquisas Demográficas e de Saúde), entre 1986 e 1996 a queda da fecundidade total foi de 3.5 para 2.5, com variações por região e quadro urbano/rural. Analisando o comportamento da tendência de decréscimo do número de filhos por mulher e considerando o grau de escolaridade da mulher tem-se que, enquanto entre as mulheres com mais de 12 anos de estudo, a queda da fecundidade foi de 1.5; entre aquelas

de menor escolaridade e renda, foi muito maior o ritmo de decréscimo da fecundidade, assim como nas áreas mais pobres, como na área rural e na região Nordeste, com uma taxa de fecundidade de 5.0. Já entre as mulheres com 5 a 8 anos de escolaridade há uma taxa de 2.3 (FNUAP, 1997). Não só o acesso, mas a qualidade dos serviços de educação interferem sobre o efeito de tal bem sobre o quadro de gênero e nesse, o das mulheres.

Não há diferenças notáveis por gênero no acesso à educação, sendo a média nacional de escolaridade baixa tanto para homens (3,8 anos) como para mulheres (3,5 anos). Em 1995, na maioria dos estados, a proporção de analfabetas era igual ou menor do que a de analfabetos.

As mulheres viriam apresentando taxas de escolaridade em ascensão e *“melhores resultados escolares que os homens, com as taxas de reprovação e exclusão inferiores às dos homens”* (IPEA, 1997, p. 28). Esse avanço quantitativo não tem sido acompanhado por um maior avanço qualitativo, já que as meninas que terminam o segundo grau, encaminham-se para carreiras tipicamente femininas, principalmente saúde e ciências humanas. (Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD-IPEA, 1997).

Essa segregação sexual pode responder ao menos parcialmente o porquê as mulheres recebem menor salário no mercado de trabalho, questionando a relação linear entre escolaridade e emprego (Rosemberg, 1997). A análise elaborada pela Fundação SEADE para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) sobre as relações entre anos de escolaridade e rendimentos, para homens e mulheres, indicam claramente que os significados da escolaridade, mesmo nos anos superiores de escolaridade, seriam diferentes por sexo, tendo menos valor de mercado a escolaridade para o caso da mulher que para a do homem, em que pese sua importância para alguma mobilidade social.

Quanto mais elevado o grau de instrução concluído, maior é o acréscimo na média de rendimentos das mulheres. Uma trabalhadora analfabeta, ao concluir as quatro primeiras séries incorpora a seu rendimento R\$ 63,00. Ao passar do 2º grau para o 3º grau completo, elevará seu rendimento em R\$ 867,00. Para os homens, os aumentos nas remunerações

são bem maiores, chegando a equivaler a R\$ 1.765,00 para aqueles que completam o 3º grau (SEADE, 2/97).

Ao relacionar desemprego e escolaridade, para a década 1985-1995, tendo o Brasil como universo analítico, Lavinias (1997) também identifica tendências diferenciadas por sexo no comportamento da associação. Enquanto no caso dos homens desempregados, os mais afetados, segundo escolaridade, seriam os de mais baixa escolaridade (1º grau completo), sendo linear a associação, ou seja, destacam-se entre os desempregados, em seguida, os que tem apenas 2º grau completo, 3º grau incompleto e em proporção menor, aqueles com curso superior (menos de 1% em 1995). Tal comportamento é particularmente válido para 1993, quando as taxas de desemprego foram mais acentuadas no período observado.

Já as mulheres com escolaridade inferior ao 3º grau, teriam taxas de desemprego similares, ou seja, sem a gradação observada para os homens, inclusive as mulheres com 2º grau completo teriam taxas de desemprego bem superiores às aquelas com apenas o 1º grau. Por outro lado, ainda que as mulheres com nível de escolaridade superior tenham como os homens, menor probabilidade de estar no desemprego que aquelas de mais baixa escolaridade, apresentam taxas de desemprego duas vezes maiores que os homens com igual nível de escolaridade. A associação desemprego e escolaridade por sexo vai na mesma linha das reflexões de Rosemberg (1997) antes anotadas, ou seja, segundo Lavinias (1997, p. 24) “... *corroborava a tese de que a escolaridade feminina, superior na média à masculina, pouco ajuda as mulheres a disputar espaço no mercado de trabalho*”.

Considerando as pessoas em ocupações regidas pela informalidade registra-se que no Brasil, na década 1985-1995, a tendência é o aumento da informalidade tanto entre homens como entre mulheres, mas que ao se delimitar o grau de escolaridade, seriam as mulheres que se destacariam com mais altas taxas de informalidade que os homens nos grupos de menor escolaridade. Em 1995, enquanto 47% dos homens com até o 1º grau estavam em empregos de relações pautadas pela informalidade, já entre as mulheres, a taxa subiu para 68%. A escolaridade tem para ambos os sexos efeito redutor

quanto à participação em setores informais, em especial para o caso das mulheres, afunilando-se diferenças por sexo. Enquanto entre os homens com 3º grau completo, a taxa de informalidade seria de 19%, entre as mulheres com igual escolaridade, a taxa é de 15% em 1995 (Lavinias, 1997).

Acesso à educação formal e questionamento sobre seu conteúdo por tender a reprodução de valores e comportamentos sexistas e também racistas, é bandeira há muito no país, tanto dos movimentos organizados das mulheres, como dos negros. Por outro lado, as análises anteriores sugerem que também haveria que questionar a instrumentalidade da educação formal para superar desigualdades por sexo no recrutamento do mercado de trabalho, mobilidade interna na empresa e, competição quanto a rendimentos, componentes básicos de um enfoque sobre dar poder às mulheres, não para inverter assimetrias, mas para alterar a histórica tendência de discriminação e desigualdades sociais que vitimam as mulheres.

O clássico alerta dos movimentos de mulheres sobre os nexos entre o público e o privado ou a interveniência de padrões culturais nas relações sociais de gênero no doméstico e a abdicação das responsabilidades com a família na sua reprodução cotidiana em termos de serviços na forma como a mulher se situa no mercado de trabalho, ganham particular importância em tempos de transformações do mundo do trabalho, que, no caso brasileiro, está longe de superação de formas típicas da informalidade. As reivindicações por serviços de coletivização dos trabalhos domésticos são particularmente válidas quando mais mulheres estão no mercado de trabalho.

É a abertura de creches, escolas de tempo integral, serviços de atendimento à terceira idade, todos aqueles que se voltam para uma dinâmica não privada da reprodução social. É isso que pode ajudar as mulheres a competir em igualdade de condições no mercado de trabalho, o que hoje só é possível por um grupo reduzido delas (Lavinias, 1997, p. 28).

O risco é que com o aumento das atividades remuneradas em casa, a par da tendência de privatização de serviços sociais como educação e saúde deixe-se de lado reivindicar por tais serviços públicos assumindo que as

mulheres estariam em condições de também atender às crianças menores, minimizando-se, por exemplo, o que viria ampliar a jornada de trabalho e/ou o dispêndio de esforço da mulher.

MULHERES, SAÚDE E VIOLÊNCIA

Saúde e violência são as duas áreas nas quais as organizações não-governamentais (ONGs) do movimento de mulheres, os grupos de ação comunitária e os núcleos de mulheres nos sindicatos e em outros movimentos sociais, como entidades do Movimento Negro, mais têm concentrado sua ação em prol da mulher na última década (Castro e Abramovay, 1998). Contudo a maioria dos indicadores estão esparsos e restritos a localidades, revelando quadro ainda bastante negativo.

Para 1989, o registro da mortalidade materna era de 124 para cada 100.000 mulheres, sendo que tal taxa subia para 380 para a região Norte e baixava para 96, quando a referência era o Sul. Viria aumentando a mortalidade materna entre jovens, com menos de 25 anos, passando no período de 1980 a 1987, de 31% para 35%. A toxemia gravídica responderia por 30% das mortes, o que indicaria deficiências no serviço de saúde e má qualidade dos serviços pré-natais, “... já que se trata de situações em geral controláveis com o acompanhamento de peso e pressão arterial durante a gravidez?” (PNUD-IPEA, 1997, p. 30).

O “Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil-1996” também destaca que o fato das hemorragias na gestação, parto e puerpério responderem por 18% das mortes, estaria em questionamento a qualidade da atenção no parto e puerpério, a precariedade dos bancos de sangue e o extensivo uso de cesarianas. “No Amapá, Amazonas, Roraima, Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí e Distrito Federal a curetagem pós aborto é uma das cinco causas principais de internação” (PNUD-IPEA, 1997, p. 32).

Viria melhorando a cobertura da assistência pré-natal, sendo que os problemas maiores de falta desse serviço registrar-se-iam nas regiões Norte e Nordeste do país. Em 1996, cerca de 68% das mulheres fizeram pré-natal (DHS. In: FNUAP, 1997).

O aumento da gravidez entre adolescentes, o aumento de mulheres infectadas por doenças sexualmente transmitidas (DSTs), em especial pelo HIV/Aids e o aumento da mortalidade por câncer de mama viriam preocupando pesquisadores, ativistas, profissionais e autoridades na área de saúde, como a todos que se preocupam com os direitos humanos e nesses, os direitos da mulher. “Cerca de 23 a 30% das gestantes atendidas pelos serviços de saúde seriam adolescentes grávidas, segundo pesquisas em serviços de saúde realizadas pelo Ministério de Saúde” (FNUAP, 1997, p. 160).

Grupos de base e ONGs viriam desenvolvendo atividades de melhor reconhecimento, entre a comunidade de mulheres organizadas no campo, dos programas de educação sexual. Contudo, observa o Relatório da Missão do FNUAP (1997) que ainda é muito restrito o número de ONGs e de instituições governamentais, que desenvolvem trabalho específico com adolescentes e ONGs feministas que incorporem a preocupação com o homem (em outro capítulo, voltado para casos na cidade de Salvador analisa-se experiências de grupos de base e de ONGs com tais vetores).

Sobre a carência de mais esforços preventivos contra a mortalidade por câncer de mama e por Aids, problemas relacionados aos serviços de saúde e a importância de se investir na conscientização da mulher para o cuidado com o corpo e nas relações de gênero, chamando a responsabilidade social de homens e mulheres no plano relacional, é expressivo o texto seguinte de Lago, Coordenadora da Área de Saúde da Mulher, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo:

É fato que não sabemos como evitar o câncer de mama, mas medidas simples como a autopalpação da mama permitem o diagnóstico precoce e tratamento. No caso da Aids, a utilização do preservativo masculino eliminará a ocorrência de todos os casos adquiridos pela via sexual (50% do total de casos femininos).

*Este perfil da mortalidade [por câncer de mama e a Aids] reflete em grande medida a inadequação dos sistemas de saúde público e privado para responder as questões de saúde da população feminina. Remete-nos também à iniquidade das relações entre homens e mulheres que, no plano da **sexualidade**, dificulta a adoção de práticas mais seguras. E indica um certo abandono do corpo pelas próprias mulheres. No afã*

*de dar conta das novas tarefas produtivas e das antigas (reprodutivas), talvez tenhamos nos esquecido de que o **corpo** não é apenas o meio de transporte para o nosso projeto de vida, mas parte fundamental da construção da nossa **identidade*** (Lago, 1997, p. 23. In: FNUAP, 1997).

Corpo, sexualidade, identidade, relações sociais e padrões culturais de gênero são eixos de grupos feministas que reivindicam a participação mais ativa da mulher para o cuidado da saúde. Essa perspectiva, relacionando questões de individuação de identidade e de não identidade, porque joga com o questionamento de estereótipos e com serviços diretos, viria caracterizando o trabalho de ONGs, grupos de base, núcleo de mulheres em sindicatos e práticas de movimentos sociais, alguns não voltados exclusivamente a uma clientela de mulheres, sendo uma nova situação do Movimento Social no Brasil.

Na Bahia, por exemplo, a Federação das Associações de Bairros de Salvador, que reúne associações de moradores de bairros periféricos (FABS), a União de Negros para a Igualdade (UNEGRO), entidade nacional do Movimento Negro e em outros estados a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, órgão de classe também de abrangência nacional (CONTAG) trabalham com tais temas por projetos específicos (Castro e Abramovay, 1997 e capítulo neste volume sobre casos na Bahia).

A União Brasileira de Mulheres (UBM) entidade que engloba grupos de mulheres em sindicatos e associações em vários estados do Brasil, chama a atenção para outro ponto que há muito é uma reivindicação das mulheres organizadas, qual seja, a urgência da discriminação do aborto. Devido a legislação restritiva existente no País, estima-se que grande número de mulheres recorreriam a abortos executados em condições precárias. Por outro lado, em algumas poucas localidades no País (mais em São Paulo), vir-se-ia recentemente criando serviços públicos para a realização de aborto legal.

A mobilização do movimento de mulheres pela não criminalização do aborto encontra relativo apoio no Legislativo, mas também resistências, as que mais se acentuam por parte da igreja católica e várias denominações

religiosas. Segundo a UBM (1996), o aborto é de ampla difusão, usado como “*regulador da fecundidade, embora clandestino*”, referindo-se a uma estimativa de 1.800.000 abortos provocados no país, o que se deve ler com cautela pois as estatísticas de aborto, pela sua “ilegalidade” não são confiáveis. Prossegue a UBM: “*As complicações por aborto aparecem entre as primeiras causas de internação entre todas as causas pagas pelo SUS-Sistema Único de Saúde. Cerca de 10% das mortes maternas são conseqüências desses abortos*” (UBM, 1996, p. 3).

Também alertam para o fato de que 70% dos consumidores de ansiolíticos e antidepressivos seriam mulheres que buscam na automedicação amparo para suas angústias. Outra plataforma da entidade, é o combate à LER - Lesões por Esforços Repetitivos, doença ocupacional típica do momento de flexibilização do mundo do trabalho relacionado à digitação na informática, mas que também, no caso das mulheres, associada à stress e tensão como as relativas à angústia pela sobrevivência e à dupla jornada de trabalho.

Defende o Movimento de Mulheres que saúde reprodutiva seria um “*.. estado geral de bem-estar físico, mental e social e não de mera ausência de enfermidades ou doenças, em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo e suas funções e processos*” (Programa de Ação da CIPD. In: UBM, 1996, p. 4).

Muitas agências internacionais no país viriam apoiando programas quer no âmbito do governo, quer no de agências da “sociedade civil” relativos aos problemas antes mencionados. Por outro lado, viria ganhando espaço nos fóruns especializados sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos a importância de maior atenção para o papel e responsabilidade masculina em relação a temas que afetam a saúde da mulher e, também, a importância de programas de conscientização e serviços, assim como pesquisas voltadas para a saúde do homem (FNUAP, 1997).

Pesquisadores e ativistas também destacam o aumento do número de mulheres esterilizadas, os partos por cesárea e a combinação de ambos fenômenos, considerando que urgem políticas públicas sobre esterilização e cesárea no Brasil.

A esterilização feminina é o “método contraceptivo” mais usado, respondendo por metade de toda a contracepção. O percentual de esteri-

lizadas entre as mulheres brasileiras que usavam algum método anticoncepcional aumentou de 43% em 1986 para 52% em 1996 (Arruda et al. In: FNUAP, 1997).

Por outro lado, três quartos de todas as esterilizações são realizadas durante um parto cesáreo, cuja incidência é alta e tem apresentado um contínuo crescimento, atingindo, já em 1985, a cifra de 26,1% do total de partos – a Organização Mundial de Saúde recomenda uma taxa-cesáreas entre 6 e 16%. Esse padrão implica no uso excessivo de procedimentos cirúrgicos, o que aumenta o risco de complicações para as mulheres e seus filhos e eleva desnecessariamente os custos do sistema de saúde (GED, NEPO, PRC, CEDEPLAR E NUPACS. In: FNUAP, 1997, p. 23).

Em 1980, com a participação do Movimento de Mulheres foi elaborado o PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, cuja implantação viria se dando de forma irregular no país.

A complexidade do sistema de saúde do país, composto tanto de um sistema público como de um sistema privado, que recebe subsídios do Estado, afetaria a qualidade do atendimento à mulher em termos integrais como previsto no PAISM. Por outro lado, as ações da rede pública de saúde teriam negligenciado, segundo Relatório de Missão do FNUAP, o “autocuidado em saúde”, o que arriscaria a perspectiva de dar poder às mulheres via o cuidado com seu corpo, sem dependência do poder médico (FNUAP, 1997).

No PAISM se trabalha a participação das mulheres organizadas e ações na área de saúde por diversas modalidades, inclusive com ênfase na educação para o exercício da cidadania.

Embora não explicitada, essa concepção corresponderia ao que hoje denominamos de inclusão da perspectiva de gênero e cidadania com ações para o empowerment das mulheres. O PAISM veio a se constituir em símbolo da cidadania entre as organizações sociais e partidos políticos, sensibilizando vários níveis dos poderes executivo e legislativo federal e estadual no momento da redemocratização do país.

(...) Entretanto no debate sobre o PAISM é bastante recorrente a utilização da expressão “o PAISM ainda não foi implantado” (FNUAP, 199, p. 29).

De fato, o PAISM se constitui em frente de reivindicação antiga e particularmente pós Cairo (1994), quando o conceito de direitos reprodutivos e direitos sexuais são revistos, considerando defesa e operacionalização em política com entidades em várias instâncias da sociedade, muitas delas voltadas também para outras áreas relacionadas à população e à mulher, além daquelas de saúde reprodutiva e sexual e direitos reprodutivos, por exemplo, a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, criada por decreto governamental e que conta também com membros da “sociedade civil”; o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, (agência governamental) e, na sociedade civil, a Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, a Comissão de Cidadania e Reprodução e o CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), ONG voltada a advocacia junto ao poder Legislativo e ao estabelecimento de pontes entre o Movimento de Mulheres, sua ação e conhecimento, e aquele poder.

Vir-se-ia discutindo no Movimento de Mulheres a ampliação do PAISM para integrar o debate sobre masculinidade e os direitos sexuais e reprodutivos do homem. Conta-se, no plano da “sociedade civil”, com várias agências que advogam e prestam serviços específicos relacionados à saúde da mulher. Contudo, deixaria a desejar as intercomunicações dessas com o Estado, comprometendo a institucionalização de iniciativas bem programadas, de curto fôlego, muitas de curto raio de ação também pela temporalidade dos fundos de agências internacionais das quais comumente dependem.

Quanto ao quadro de violência contra a mulher, tem-se que as mulheres representam 66% das vítimas de agressões contra parentes (sendo que o agressor, na maioria dos casos, é o homem com quem ela coabita no papel de marido). As mulheres são vítimas em 68% das agressões ocorridas no espaço público (PNUD-IPEA, 1997).

O registro da violência doméstica foi facilitado com a criação das delegacias de proteção à mulher na década de 80 (DPMs), por projeto e pressão de grupos, mas ainda são consideradas insuficientes na cobertura do território nacional. Tal deficiência de número de delegacias, assim como o

não aparelhamento de muitas delas quanto a serviços especializados e informados sobre questões de gênero (proposta feminista quando da inauguração das DPMs), normas culturais e dependência econômica e afetiva das mulheres contribuiriam para o que se supõe ser uma baixa relação entre violência denunciada/violência sofrida. Também uma baixa relação entre processos levados a termo no sentido de punição contra o agressor/queixas apresentadas. Por outro lado, são ainda poucos os casos registrados de violência sexual contra meninos e meninas, em que pese estudos de casos alertando para a extensão desse tipo de violência. Nos poucos casos registrados, 70% dos agressores eram os pais biológicos e 30%, padrastos. Cerca de 70% das vítimas eram meninas (PNUD-IPEA, 1997).

É de recente visibilidade na mídia os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, contribuindo agências internacionais, como a UNICEF para que se considere esta uma área a merecer atenção e programas, ainda que sua ocorrência não seja nova. Os dados são de pouco valor pela dificuldade de sua apreensão, contudo viriam aumentando estudos e também ONGs e grupos de base preocupados com o tema, lidando não apenas no plano da denúncia como também da prevenção. Também o turismo sexual e o envolvimento neste de crianças e adolescentes é tema emergente a desafiar o pleno exercício dos direitos das mulheres como direitos humanos.

De ocorrência antiga, mas de recente investimento por pesquisas e ações da sociedade civil, seria o campo das múltiplas violências contra a mulher negra, sendo fenômeno de repercussão positiva a multiplicação de entidades voltadas especificamente para essa população, contudo, muitas têm como único capital, o seu capital social e cultural, a sua vontade política, debatendo-se com necessidades de várias ordens.

MULHERES E LEGISLAÇÃO

O Código Civil brasileiro data de 1916. Ao longo desses anos apresentou muitas modificações, no que diz respeito às mulheres, como,

por exemplo, o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, que revogou a disposição que considerava a mulher incapaz para certos atos da vida civil, equiparando-a aos menores de idade (Pimentel, 1993).

A entrada em vigência da Constituição Federal de 1988 constituiu um enorme avanço na situação jurídica da mulher brasileira. As conquistas consagradas nessa Constituição se repetem e se ampliam nas Constituições Estaduais de 1989 e nas leis orgânicas Municipais de 1990.

Do ponto de vista dos direitos políticos e das garantias constitucionais, não há diferenças entre homens e mulheres. A constituição estabelece que homens e mulheres têm os mesmos direitos.

Em 1984 o Brasil ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, adotada pelas Nações Unidas, em 1979.

Em matéria de direito de família o Estatuto da Mulher Casada criou a instituição dos bens reservados e eliminou uma série de limitações e incapacidades. A lei do divórcio significou um passo importante na consagração do direito entre os sexos. No campo do direito penal ainda se protege mais princípios e valores abstratos, levando-se em conta a “honestidade” da mulher para tipificar e penalizar certos delitos, até ao extremo de que a violação de uma prostituta não é considerado delito.

O direito laboral também apresentou evoluções, terminando com a proibição de certos trabalhos para a mulher e avanços quanto a legislação relativa às empregadas domésticas. A administração da justiça é lenta e cara. As mulheres das classes populares encontram muitas dificuldades para fazer valer os seus direitos.

O quadro sobre a situação legislativa das mulheres demonstra as vantagens comparativas, em termos de legislação, que tem o Brasil com relação a outros países da América Latina. O processo de democratização do País, na década de 80, deu-se concomitantemente ao fortalecimento do Movimento de Mulheres de orientação feminista, com pautas articuladas local e nacionalmente. Isso possibilitou um diálogo com o Poder Legislativo, consolidando a Constituição de 1988, que reconheceu a igualdade no plano dos direitos sexuais e reprodutivos (FNUAP, 1997).

Existe um projeto de lei em tramitação, que elimina todas as discriminações à mulher no Código Civil, em que as mulheres já não apareceriam como cidadãs incapazes. Segundo o documento do FNUAP (1997, p. 40) “... há ainda muito o que fazer no plano legal para ampliar direitos, especialmente das trabalhadoras domésticas que não têm regularidade na sua jornada de trabalho, ou para regulamentar direitos reconhecidos na Constituição Federal, em particular na área dos direitos sexuais e reprodutivos”.

Entre esses direitos está o de interromper a gravidez em casos de estupro, o que se dá somente em algumas das cidades brasileiras, onde as mulheres encontram atendimento para a realização do aborto legal.

Com relação aos compromissos internacionais, o Plano de Ação elaborado na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, pela primeira vez, desloca a questão da demografia para a discussão do desenvolvimento ligado aos direitos reprodutivos, com metas e objetivos. Daremos alguns exemplos tirados do trabalho de Linhares sobre o que o Congresso Nacional deveria realizar.

Conforme avalia Linhares (1996), o Congresso Nacional deve, na revisão do Plano Plurianual e na apreciação da votação do Orçamento da União, ter em mente a preocupação com a implementação do Plano de Ação do Cairo, desenvolvendo campanhas educativas sobre a responsabilidade do homem e de todos os membros da família na realização das tarefas domésticas e no cuidado e educação das crianças. Deve também criar a infra-estrutura de creches e outros serviços públicos, como lavanderias e restaurantes, para amenizar a carga do trabalho doméstico.

As proposições relacionadas com as prioridades do cumprimento da resolução da Conferência de Beijing, também estão sendo levadas a cabo, por meio de uma comissão especial, para eliminar do Código Civil todas as discriminações contra a mulher.

Há necessidade de implementar políticas que desestimulem a violência doméstica, considerando os crimes sexuais, crimes contra as pessoas. Assim, também, apoiar mulheres vítimas de violência doméstica e sexual e a alocação de recursos no Orçamento da União para a criação e manutenção das delegacias e abrigos para mulheres vítimas da violência.

O Congresso Nacional deve garantir uma legislação que assegure a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens no mercado de trabalho, proibindo e punindo todas as discriminações contra a mulher. Inclui-se a necessidade de criminalizar a exigência de atestado de esterilização.

Também é importante regulamentar o artigo que garante, como assistência social, assistência gratuita aos filhos e dependentes de trabalhadores, de ambos os sexos, desde o nascimento até os seis anos de idade, em creches e pré-escolas, assim como o dever das empresas com menos de 30 trabalhadores, manter o serviço de creches e pré-escolas. O reconhecimento de direitos iguais a outros trabalhadores para as empregadas domésticas também é citado no documento de Linhares (1996).

O Congresso Nacional deve regulamentar a licença paternidade e criar a licença-parental, usufruída alternativamente pelo pai e pela mãe, assim como outras licenças que possibilitem os homens dividirem com as mulheres as necessidades de cuidado dos filhos.

Quanto a saúde reprodutiva, o Congresso Nacional deveria regulamentar medidas para incentivar a responsabilidade dos homens quanto à paternidade e aos comportamentos sexuais e reprodutivos.

Seria importante regulamentar a igualdade de direito entre homens e mulheres e em relação à mulher da zona rural, principalmente as chefes de famílias, garantir-lhes a posse da terra e créditos rurais.

Deve-se ter presente a preocupação com a saúde sexual e reprodutiva da mulher e a importância em rejeitar o Veto Presidencial que dispõe sobre essas questões. Permitir que o aborto, em caso de estupro seja realizado pela rede pública de saúde, assim como discriminalizar a interrupção voluntária da gravidez.

No documento de Linhares foram mapeadas algumas das contribuições do Congresso Nacional para a cidadania das mulheres apontando-se alguns tipos de ação que colaboram para consolidar essa cidadania (Linhares, 1996).

MULHERES EM MOVIMENTO

O primeiro Movimento de Mulheres com alguma repercussão no Brasil orientava-se pelo direito ao voto, contudo, registram-se várias ações locais como a inauguração de organizações pequenas e de curta vida e de jornais de e para mulheres desde 1850, e, em 1928, foi eleita a primeira prefeita, Alzira Soriano de Souza, no Rio Grande do Norte, mas só em 1932 as mulheres têm reconhecido, legalmente, o direito ao voto.

Entretanto, indica-se 1975 o Ano Internacional da Mulher, segundo as Nações Unidas, como marco do “ressurgimento do feminismo” (ver in Lavinias e Melo, 1996, referências bibliográficas sobre o movimento feminista no Brasil). Era período da ditadura militar e nas organizações de mulheres, então criadas, tinha-se um espaço para discutir democracia, resistência ao regime e micropolítica, sobre a condição das mulheres. Data desse período o Movimento Feminista pela Anistia e o Jornal “Brasil Mulher”. Em 1980, sucederam-se vários encontros de mulheres em trabalhos específicos, sendo que as condições de trabalho e, progressivamente, a violência doméstica contra a mulher, eram temas priorizados.

A premência de se atuar contra todo tipo de violência da qual é vítima a mulher emerge como idéia no Encontro Feminista de Valinhos (junho de 1980, São Paulo) com a recomendação da criação de centros de autodefesa [período da campanha “Quem ama não mata” em revolta pelos casos de assassinatos de mulheres por maridos ou companheiros, que comumente ficavam legalmente impunes, ou absolvidos, após julgamentos em que o usual moto de defesa do assassino era “defesa da honra” ou a “conduta da vítima”]. É então que o SOS-Mulher ganha fôlego, traduzindo-se na criação das Delegacias Especiais para Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência (DEAMs). A primeira é implantada em 1985 em São Paulo e rapidamente várias outras são implantadas em outros estados brasileiros (estima-se que em 1997 haveriam cerca de 200 no território nacional) (Lavinias e Melo, 1996, p. 21).

Em 1983, por pressão do Movimento de Mulheres e seguindo formato por esse desenhado, inaugura-se o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo e em Minas Gerais. Hoje há Conselhos,

tanto na esfera estatal quanto na dos municípios, em quase todas as unidades do país e respectivas capitais. Em 1985, estabeleceu-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que funcionaria com nexos fortes com o Movimento de Mulheres, garantindo-se aí uma ampla participação de diversas correntes de pensamento e representação política do movimento de mulheres, por meio da figura de conselheiras.

O Conselho teve uma atuação marcante na campanha da Constituinte de 1988, por meio do Lobby do Batom, na área de direitos reprodutivos e no combate à violência contra a mulher “... em 1989 retirou o Governo Collor autonomia financeira e administrativa do órgão e as feministas que estavam relacionadas ao Conselho se retiraram ... com o governo de Fernando Henrique Cardoso se reinstituiu o CNDM” (Lavinias e Melo, 1996, p. 22).

Entre 1994 e 1995 volta-se a ter uma dimensão de conjunto sobre como havia se multiplicado em grupos, organizações de base e ONGs de vários portes, inclusive por núcleos e centros de pesquisas em universidades, e relacionados a temas diversos, o Movimento de Mulheres no Brasil.

Para a preparação do documento oficial do Governo Brasileiro para Beijing (República Federativa do Brasil: Relatório Geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira) articulou-se o Governo com várias feministas, acionou seminários regionais por temas que indicam a operacionalização das preocupações com a situação da mulher: gênero e relações de poder; políticas econômicas, pobreza e trabalho; violência contra a mulher e mulher, educação e cultura.

Mas é no plano da iniciativa da sociedade civil, na preparação da presença do movimento em Beijing 95, que emerge uma singular expressão do movimento de mulheres. Aciona-se em todo o Brasil, a campanha “Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing, Beijing é Aqui”. Um grupo de feministas, representantes de cada estado da Federação, legitimadas como Secretaria Executiva e Comitê Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, que contou com a colaboração de fundos de cerca de 10 agências internacionais, estimularam a elaboração de 22 documentos/diagnósticos estaduais pelos mais distintos grupos. Chega-se a um documento síntese,

coletivo, aprovado em agitada Conferência Nacional (Rio de Janeiro - 6/95), em que participaram 700 mulheres e que foi levado ao Fórum em Huairou/China, 1995 (Articulação de Mulheres Brasileiras, 1995). A preparação para Beijing envolveu 800 grupos de mulheres, 91 eventos em todo o País, participaram dessas atividades mulheres em sindicatos, associações profissionais e de bairros, partidos políticos, igrejas, centros acadêmicos e outros.

Como registra o documento da Articulação de Mulheres Brasileiras (1995) deu-se, também, singular articulação entre as brasileiras e mulheres de outros países da América Latina, no período pré-Beijing. Somente a delegação brasileira na “Conferência Preparatória do Fórum de ONGs da América Latina e Caribe” (Mar del Plata, setembro de 1994) tinha mais de 100 mulheres.

Do documento aprovado pelos grupos de mulheres, como a “cara das mulheres brasileiras” constam 36 recomendações. Predominou a tônica por justiça social para homens e mulheres, equidade entre os gêneros, defesa de direitos específicos e associação entre desenvolvimento sustentado e direitos à cidadania, e políticas públicas no combate às desigualdades sociais, sendo que a materialidade de tais conceitos é dada pela referência ao direito à terra, por seu uso democratizado.

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A discussão sobre mulher e meio ambiente passou por várias fases e etapas, o que demonstra o crescente interesse que despertou o tema, tanto nos meios acadêmicos como em processos e programas de desenvolvimento, acontecendo importante evolução conceitual no tratamento da questão. A noção de gênero foi introduzida, principalmente em nível internacional, com uma grande produção de *papers*, livros, seminários, nos quais gênero e desenvolvimento eram o foco da discussão.

No Brasil, esse tema sensibilizou ONGs feministas na época da ECO 92 (ver Castro e Abramovay, 1998). No Fórum Global, o Planeta Fêmea chamou a atenção para a temática, na medida em que as mulheres tiveram

uma destacada participação durante a Conferência e passaram a apresentar suas experiências e atividades. Apesar de que as discussões avançaram nos últimos anos, com novas análises, instrumentos e ferramentas, para incorporar a análise de gênero em programas, propostas e políticas sociais, a equação gênero e meio ambiente não foi inteiramente incorporada às propostas de desenvolvimento sustentável. Por um lado, a mulher não está presente nas principais discussões sobre desenvolvimento sustentável e, por outro, os homens são invisíveis nas discussões sobre mulher e meio ambiente.

Pouco se conhece sobre desenvolvimento rural além do plano de estudos de casos, qual a participação das mulheres na produção doméstica de alimentos, qual sua contribuição para o ingresso familiar, como se dão seus processos de tomada de decisão e em que tipo de organizações participam.

Caso o interesse seja meio ambiente, desconhece-se a divisão por gênero dos interesses e necessidades: no uso de plantas medicinais, na conservação dos solos, no abastecimento de água, no seu papel como coletor(a) de lenha e qual a contribuição, tanto de homens como de mulheres, para a preservação ou destruição das espécies e do ecossistema.

Também faltaria uma contabilidade social sobre a extensão da fome por tipo de pessoas afetadas; relação entre tecnologia e volume de trabalho das mulheres; a falta da posse da terra pela mulher, e como são elas afetadas por tal fenômeno, em termos de empobrecimento e migração; situação dos povos das florestas. Muitos são os temas que precisam ser aprofundados com relação aos efeitos das substâncias cancerígenas, relacionadas ao meio ambiente, assim como dos produtos químicos tóxicos, radiação, pesticidas e fertilizantes sobre a saúde da mulher, militarismo, meio ambiente, consumo, códigos ambientalistas, ética e outros itens que integram a Agenda 21 de Ação das Mulheres. De fato, as “exigências” na Agenda 21 de Ação das Mulheres ainda não foram contempladas: *“Exigimos um estudo sobre o trabalho das mulheres no lar, nas indústrias domésticas, na agricultura de subsistência, na assistência à infância e aos idosos e nos serviços voluntários comunitários. Exigimos o uso de informações sobre a qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais”* (WEDO e REDEH. In: UNIFEM, 1996, p. 02).

Não se pode mais pensar em um modelo de desenvolvimento que reproduz e sustenta as estruturas de desigualdade, que destrói os recursos naturais, contamina o meio ambiente e ameaça a base dos recursos em que se fundamenta.

O conceito de sustentabilidade surge claramente de um novo modelo de desenvolvimento proposto na Agenda 21; transcende os limites da questão do meio ambiente e da ecologia; enfatiza a satisfação das necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras; refere-se a uma melhor distribuição de renda, as necessidades da população e a busca de soluções aos problemas locais (Abramovay, 1994).

De todas as conferências e reuniões tanto das ONGs como das Nações Unidas, a que marcou um novo momento nas discussões sobre a questão do papel da mulher no processo de desenvolvimento foi a de meio ambiente, com a Agenda 21, participando mulheres de movimentos sociais, ONGs e Governo, referindo-se a falência do modelo atual e propondo novas alternativas.

Os catorze pontos da Agenda 21 podem ser resumidos numa crítica que o Movimento de Mulheres realiza ao processo de desenvolvimento, que não considera o papel das mulheres no desenho e implementação de políticas públicas, nem nos projetos de ajuda internacional (Corral et al., 1996).

Finalmente, é importante a pergunta de onde e como homens e mulheres – de classes e raças diferentes – visualizam sua relação com os vários aspectos do meio ambiente, nos quais existem áreas de desacordo e entendimento. Não se pode pensar em um único conceito de natureza, cultura, gênero ou desenvolvimento sustentável. Portanto, existe possibilidade de que os vários grupos na sociedade possam experimentar e vivenciar, de diferente maneira, seus problemas e necessidades. Nesse sentido, seria necessário desagregar toda a informação existente, para projetos, programas e políticas sociais, por sexo, com análises e propostas que possam entender a estrutura de gênero que forma as relações entre homens e mulheres; como se dá o acesso, uso e controle dos recursos e dos benefícios, e como se desenvolvem as oportunidades para que homens e mulheres participem.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM)

O CNDM é o órgão de defesa dos direitos da mulher no Brasil, e cabe a esse conselho:

Assegurar que a Constituição se faça cumprir sem que nenhum retrocesso fira as garantias que um sólido movimento de mulheres conquistou. Ao CNDM cabe ainda lutar pelos direitos não reconhecidos e contra a discriminação que sofrem as mulheres. É função do CNDM assegurar o papel das mulheres nos processos de tomada de decisão, no aparelho de Estado ou nos esforços da sociedade civil (Oliveira, 1996, p. 3).

A Plataforma de Ação é o documento chave para implementar os compromissos de Beijing. Nele está contido um resumo das principais discussões que se deram nos últimos anos sobre temas como pobreza, educação, saúde, combate à violência, acesso ao poder, incorporando os mecanismos institucionais para efetivar as estratégias e os meios de comunicação para difundir as informações.

Na área da pobreza, o documento apóia a multiplicação de projetos voltados para as mulheres, criando mecanismos que facilitem a obtenção de créditos, a criação de cooperativas e inclui as mulheres chefes de família em programas especiais, incentivando programas comunitários e a complementação alimentar.

No que diz respeito à educação, o CNDM assessora o Ministério de Educação com vista a eliminar a educação diferenciada e os estereótipos, implantando programas de educação sexual, elaborando programas de capacitação e de educação permanente, incorporando, na proposta curricular, iniciativas que contribuem para a igualdade de gênero. A proposta do CNDM é que se implante um programa de formação de mulheres líderes na área governamental e não-governamental e se incentive a formação de professores dentro de parâmetros não discriminatórios.

Quanto à saúde, o documento se refere à necessidade de implantar programas especiais de atenção à gravidez na adolescência, programas especiais

para mulheres portadoras de Aids, promover o acesso a métodos contraceptivos e políticas de saúde destinadas às mulheres no climatério e outros.

O programa propõe o monitoramento e a avaliação do PAISM e um amplo atendimento do PAISM para vítimas da violência e atenção às internas do penitenciário, assim como um amplo programa de capacitação; trabalhos para reformular a legislação quanto às medidas punitivas contra as mulheres que realizaram abortos; estudos, pesquisas e campanhas sobre o pré-natal; refere-se ao valor da amamentação; a terceira idade; a Aids.

O documento sugere a implementação de um programa de prevenção e combate à violência contra a mulher, com capacitação e reformulação do código penal incluindo agressões sexuais e criminalizando o assédio. Estimula a pesquisa sobre o poder judiciário, a criação de um sistema de dados sobre a violência e a promoção de campanhas condenando a violência sexual.

A questão das ações afirmativas são contempladas no documento, estimulando a participação igualitária em termos das organizações da sociedade civil, a capacitação das mulheres para que aumente a sua participação em cargos eletivos, chama a atenção para a formação de lideranças em empresas, sindicatos e outras organizações da sociedade civil. Propõe a existência de um sistema de cotas para garantir o equilíbrio entre os candidatos a cargos eletivos municipais, estaduais e federais, de ambos os sexos.

Com relação aos mecanismos institucionais, o documento Estratégias da Igualdade supõe a existência de mecanismos institucionais para monitorar as ações propostas e os espaços intersecretariais, que nos Ministérios se ocupam das questões de gênero e poderiam colaborar para a implementação das ações propostas no documento. O documento se refere ao fortalecimento do Conselho, a estimulação de novas parcerias para implementação de políticas públicas; o fortalecimento dos organismos de defesa da mulher; um plano de monitoramento e avaliação; a revisão de políticas de emprego; a priorização das reivindicações das mulheres trabalhadoras nas negociações trabalhistas; o estímulo a pesquisas, campanhas e produção de dados na área.

Quanto à comunicação, o CNDM se propõe a incluir as questões de gênero na política de comunicação do Governo Federal, Estadual e Municipal; estimular novos materiais com enfoque de gênero e promover eventos que dêem visibilidade à produção das mulheres. Capacitar, realizar pesquisas e campanhas são prioridades relativas à comunicação.

O CNDM vem realizando esforços para que as conquistas que se deram durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher venham se transformando em políticas públicas, com um intenso diálogo com os ministérios da área social. Nesse sentido, os vários protocolos assinados em nível federal, estadual e municipal concretizam as ações propostas pelo CNDM.

Na esfera federal foi assinado um protocolo com o Ministério de Educação que reforça a importância da educação na promoção dos ideais de igualdade entre homens e mulheres, assegurando o combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres (Protocolo de Cooperação que celebram entre si o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação e do Desporto com vistas à promoção da Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres).

Com o Ministério da Saúde o protocolo estabelece linhas de cooperação para a concretização de atividades especiais relativas à saúde da mulher, que se desenvolverão dentro do Programa de Assistência de Saúde da Mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS (Protocolo de Cooperação que celebram entre si o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde para a promoção e melhoria da saúde da mulher).

No âmbito do Ministério do Trabalho foi assinado um protocolo por intermédio da Secretaria de Formação Profissional - SEFOR – propondo políticas, projetos e ações que garantam a ampliação e adequação da oferta de educação profissional à mulher trabalhadora, contemplando, com prioridade, clientela em situações de risco ou desvantagem social, adolescentes e jovens, em consonância com as diretrizes do Conselho de Comunidade Solidária (Protocolo de Cooperação que celebram entre si o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho com vista à promoção da igualdade entre homens e mulheres no âmbito do trabalho).

Capítulo 2

**AS MULHERES TRABALHADORAS
RURAS EM SINDICATOS,
COOPERATIVAS E MOVIMENTOS**

De repente... não mais que de repente, o sertão parece que vira mar, ou será que é o mar que parece virar sertão? Ganham manchetes as artes, a opinião pública, o homem do campo e um pouco menos, mas, também, mais que há 10 anos atrás, a mulher do campo, as condições de vida dos trabalhadores/as rurais, dos/das sem terra.

São programas especiais na TV, são artigos nos jornais sobre a exploração de crianças em grandes fazendas, a expansão do uso de drogas entre trabalhadores jovens na cana-de-açúcar e os conflitos no campo pela terra. Gráficos e mapas tentam traduzir para o grande público o que antes estaria restrito a círculos de iniciados, informações e análises sobre a estrutura fundiária no país, ressaltando a alta concentração de terras produtivas não utilizadas nas mãos de poucos e o empobrecimento dos que vivem do trabalho na área rural.

Raro é o dia em que não há notícia sobre o movimento de trabalhadores rurais organizados, trata-se de terra conquistada por povo organizado, o espaço ganho na mídia, nos debates no Congresso, na opinião pública, a visibilidade de um dos atores/atrizes mais sofridos e mais antigos no cenário nacional, o homem e a mulher trabalhadores da terra ou os que vivem ou querem viver da terra.

Esse espaço deve-se principalmente pelo pipocar de ações de enfrentamentos a poderes. Por traz desse espaço visível, datado, por traz dessas

ações, “mancheteadas”, anos de organização, de práticas diversas no constituir-se sujeitos, práticas invisíveis, anônimas. Sonhos modelados em coletivos que vêm contagiando outros e, assim, ganhando forma, foto e movimentos como os dos “sem teto”, dos sem emprego...

Em um país organizado de forma tão profundamente injusta, são muitos os sonhos acalentados há tantos anos pelo povo, nossos sem terra, nossos pobres. Há 4,8 milhões de famílias que sonham em ter seu pedaço de terra para deixar de trabalhar para os outros e poder cuidar de seu próprio bem-estar. Poder criar seus filhos com dignidade e ter um futuro (Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. In: República 1997, p. 98).

A insistência em utopias “como sonhos realizáveis”, ou seja, idealizações contra injustiças e adversidades sociais, ancoradas em trabalhos de movimentos organizados, é também marca dos discursos de líderes mulheres trabalhadoras rurais em diversos tipos de organizações, tais como sindicatos afiliados à CONTAG/CUT (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura/Central Única de Trabalhadores), cooperativas, movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais, como o MMTR do Rio Grande do Sul e assentamentos/acampamentos relacionados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra). Contudo, as mulheres trabalhadoras rurais sonham e brigam por muitas terras, combinando resistências com investimento por mudanças na classe, no gênero e nas relações com o meio ambiente, ou seja, combinando utopias por outros ecos no eu, no nós (também em diversos tipos de relações sociais), na ecologia (Guattari, 1990). Essa é uma combinação sofrida, nem sempre resultando em uma soma simples, ou em um todo harmônico.

Segundo documento da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) da CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura/Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais/março de 1997, Brasília), as mulheres responderiam por 40% da mão-de-obra rural e enfrentariam, em média, jornadas de trabalho de mais

de 15 horas/dia e cerca de 40% das mulheres ocupadas no meio rural seriam trabalhadoras familiares sem remuneração, categoria que, na zona urbana, baixa para 15% (dados para 1990, Lavinias e Melo, 1996). Sobre mulheres rurais e sindicalismo, os autores viriam, por outro lado, alertando para o aumento da sindicalização de mulheres na área rural nas duas últimas décadas (ver trabalhos comentados sobre o tema. In: Castro e Lavinias, 1992 e Capellin, 1989). Segundo dados da CONTAG, entre os nove milhões de sindicalizados no campo, cerca de 22% seriam mulheres, indicando-se que mais da metade da sindicalização teria ocorrido depois de 1985 (República Federativa do Brasil, 1995).

Neste capítulo, tendo como referência textos de entrevistas realizadas com mulheres líderes em entidades do trabalho organizado, na área rural, em diversas regiões do Brasil, entre fevereiro e junho de 1997, registramos práticas singularizadas das mulheres em organizações de trabalhadores rurais, como viver o trabalho e as relações sociais entre homens e mulheres, bem como novos significados de gênero, dado a reivindicações comuns de todos os trabalhadores rurais, homens e mulheres, como, por exemplo, a posse da terra, o ter documentos, o ter direitos à cidadania, o garantir uma representação em posição de mando na organização e mesmo o próprio lidar com a terra.

A tese é de que a mulher trabalhadora rural viria engendrando não só ações no movimento de trabalhadores rurais, em distintas organizações, mas, também, de forma sutil, podem estar engendrando o movimento dos pobres que vivem ou que buscam viver da terra, de forma mais radical. Estariam em várias frentes, ou melhor, retaguardas, questionando explorações de classe, relações sociais entre homens e mulheres em distintos espaços. E como as mulheres rurais são discriminadas no plano de diferentes instituições sociais, inclusive no movimento ou organização dos trabalhadores a que pertencem, questionando formas predatórias ou daninhas ao corpo no lidar com o meio ambiente. Essas são questões que dificilmente podem ser radicalmente equacionadas, se gênero e poder continuarem a ser tratados em separado, ou em discursos que abstraem a materialidade da vida

das mulheres, em particular, da vida das mulheres pobres e das mulheres negras, ou redefinidos pelas inclusões de alguns ou algumas como no discurso genérico por direitos das mulheres.

Por outro lado, como minimizar a importância de tal tratamento, a ênfase em direitos, igualdade e inclusões, tendo em vista o nível de necessidades e de exclusões das mulheres pobres no campo? Conquistas nesse plano são consideradas, pelas trabalhadoras rurais, um avanço, o sonho possível, resultado de várias lutas. A utopia da justiça em todas as relações sociais, o “*sonho realizável*” mais radical aterra-se em discursos diversos entre as líderes mulheres. São pistas, sinais de processos que, mais que pré-mapeados ou intenções, se materializam em recusar exclusões. De fato, são muitas as terras, que mais que divididas se sonha compartilhadas, entre as mulheres líderes trabalhadoras rurais, que também estão em atividades rotuladas como próprias do movimento de mulheres.

Ao privilegiarmos testemunhos de mulheres organizadas em diferentes tipos de organizações, em diferentes regiões, interessa ir além do comum às mulheres, identificando diferenças no repertório temático, segundo tipos de movimentos e cotidianos de trabalho e vida, ressaltando materialidade e processos em aberto, ainda que seja temerário inferir que haja associações causais, explicando o discurso pelo tipo de organização em que estão.

Líderes das quebradeiras de coco no Maranhão, selecionam como tema as dificuldades no trabalho em defesa da palmeira do babaçu, como enfrentam as violências dos fazendeiros no seu cotidiano de mulheres trabalhadoras rurais e como se organizaram em entidades próprias porque queriam ser reconhecidas como trabalhadoras produtivas e agentes no processo de comercialização do produto de seu trabalho.

Mulheres na CONTAG enfatizam processos para incluir gênero na pauta da organização e os problemas para mudanças da cultura do trabalho organizado, o “sentimento de ausência” das mulheres; mulheres em organizações autônomas de trabalhadoras rurais, como as do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Orientaram espon-

taneamente o diálogo e a entrevista para questões nas relações homens e mulheres em casa e na organização, registrando insubordinações. Uma jovem líder do MST destacou esperança sobre o futuro, considerando que mais que a terra, estar no movimento, ser respeitada pelo trabalho pela coletividade, daria um sentido de vida.

Todas nas cooperativas e sindicatos dão depoimentos sobre os principais problemas que atingem as mulheres nesse país, mas destacando outros da mulher no campo, como ter reconhecido o seu direito à terra, insistindo que, para elas, identidade não é tema de moda, pós-moderno, mas que se inicia por algo tão prosaico como ter um documento em que figure seu nome e sua idade, deixando de ser chamada de “outra” ou “esposa”, como se documenta em suas próprias palavras.

COTIDIANIDADE NO GÊNERO

As referências sobre jornadas de trabalho no campo e em casa ratificam o conhecimento sobre o árduo trabalho das mulheres na área rural, o que explicaria questões como a falta de alternativas de trabalho, a preferência pelo homem na sucessão da terra e os padrões culturais de exigências mais severas em relação às mulheres, ao padrão de emigração feminina mais alta, o que se registra na maioria dos países da América Latina (Abramovay, 1994). Todas as entrevistadas se referem a jornadas muitas vezes superiores a 15 horas e compostas de duas partes integradas senão justapostas, o trabalho em casa e aquele para ganho ou na agricultura para subsistência familiar.

Agricultoras ligadas à Executiva do Movimento de Mulheres Rurais de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, assim se referem ao seu cotidiano:

..A gente prepara o café para os filhos, o chimarrão, vai tirar leite e depois faz almoço e vai para a roça e quando não dá tempo pede ajuda para o marido e para os filhos. A gente não tem empregada, tem filhos pequenos, não tem jeito. Os homens não querem contribuir para o trabalho da casa. Ao meio dia eles chegam da roça, sentam, tomam

chimarrão e esperam a gente aprontar o almoço e depois do almoço vão dar uma sesteada, depois vamos para a roça juntos. Eis aí como se dá a dupla jornada. Nos fins de semana a gente trabalha para a Igreja. A gente tem que tirar o leite, as vacas não dão férias. No fim de semana tem que fazer o almoço e domingo a gente passeia na vizinhança. Domingo de tarde os maridos vão para a bodega e as mulheres ficam em casa. Ontem eu estava fazendo pão e estava tirando o leite da vaca, e cuidando do nenê, eram três coisas ao mesmo tempo (Executiva do Movimento de Mulheres Rurais de Getúlio Vargas).

Mulheres que desenvolvem trabalho com outras mulheres em organizações, queixam-se sobre sua carga de trabalho e sobre a desvalorização do trabalho do agricultor. A queixa mais geral é do excesso de trabalho, porque elas são esposas, são mães, donas de casa, fazem comida, lavam roupa, cuidam da saúde e, ainda, têm que ajudar os maridos na lavoura, porque alguns não vão se a mulher não for junto. Afirmam que a mulher tem sobrecarga de atividade “... às vezes nem tem tempo de cuidar dela, do corpo dela, da fisionomia dela, sempre cuida primeiro dos outros para depois cuidar dela. Elas nem se dão conta que elas também precisam se cuidar. Elas sempre são as últimas a se cuidar, dão prioridade para família e não para si”.

Representantes da União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, Rio Grande do Sul, relatam que trabalham bastante, mas o produto tem pouco valor e não só no caso da produção da mulher. O agricultor, em geral, é pouco valorizado e o produto não tem preço. Elas se queixam muito, “... além da dupla jornada, elas trabalham e não vêm recompensa, nem pelo valor do produto que elas produzem, praticamente elas trabalham em vão. É um pouco para sustentar a casa e vir de volta como uma renda familiar. Na agricultura a renda é muito pequena”.

FALANDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

A CONTAG agrupa 24 federações estaduais (FETAGs), com 3.400 sindicatos afiliados e 9.000.000 de trabalhadores. Representa, em nível nacio-

nal, assalariados rurais (permanentes e temporários), agricultores em regime de economia familiar (pequenos proprietários arrendatários e parceiros) e trabalhadores sem terra ou em processo de assentamento na terra (FETAGs, 1997).

O trabalho da CONTAG é diretamente relacionado com sua estrutura, ou seja, em secretarias de trabalho, a saber: questões administrativas e estruturais, tesouraria geral, arrecadação e administração do sistema federativo; secretaria geral – comunicação interna, externa e processos administrativos; secretarias políticas, presidência e vice-presidência; secretarias de lutas (que representam a visibilidade das políticas, mais ligadas à questão rural/reforma agrária e meio ambiente, assalariados rurais, formação e organização sindical, política agrícola e políticas sociais). Essa estrutura toma forma internamente nos seus processos organizativos. Assim se organizam reuniões, encontros, socialização e promoção de discussões políticas de temas.

Rocicleide da Silva, Assessora de Gênero da CONTAG (1997), diz que a confederação se orienta para o acompanhamento das políticas de estados e municípios e também traça referências para as estratégias nacionais do movimento de trabalhadores ligados ao sindicalismo e atua por suas várias instâncias, como o Conselho de Representantes das Federações (FETAGs), que depois do Congresso da CONTAG é a segunda instância de decisão. O Conselho se reúne, pelo menos, três vezes no ano. Já o Congresso acontece de três em três anos e segue, hierarquicamente, a executiva da CONTAG que delibera a política no cotidiano.

A CONTAG conta com uma Secretaria de Gênero e vem trabalhando sobre o tema e a agricultura familiar. Via FETAGs, no Nordeste (FETAGs, 1997), está levando a cabo um projeto apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP) sobre “Educação em Saúde Reprodutiva, Gênero e Família para a CONTAG”, que tem como embasamento pesquisa realizada em 1994 sobre saúde e cidadania da mulher trabalhadora. Tal pesquisa teria identificado, entre as demandas das mulheres, tópicos tais como: “equidade de gênero, políticas públicas de saúde básica com equidade e políticas públicas de educação básica com equida-

de”, prevendo-se o atendimento de mulheres e homens, privilegiando as áreas de informação, educação e comunicação para o fortalecimento de organizações de mulheres.

... mobilizar e capacitar as mulheres como multiplicadoras na provisão de educação e serviços de saúde materno-infantil e planejamento familiar e disseminar informação sobre os direitos legais da mulher aos serviços e informação de planejamento familiar, além de promover maior envolvimento dos homens nestas [relacionadas à saúde reprodutiva da mulher] responsabilidades (...) e por objetivos imediatos, almejar ao final do projeto: haver sensibilizado e comprometido lideranças e dirigentes sindicais dos estados envolvidos e da CONTAG a fim de que apóiem ações sistemáticas em saúde reprodutivas e vida familiar; haver capacitado trabalhadores/as rurais para que atuem como multiplicadores/as, conselheiros/as de saúde e haver incorporado aos programas de comunicação da CONTAG conteúdo sobre temática do projeto (FETAGs, 1997, p. 8).

Saúde reprodutiva seria temática que viria estimulando o trabalho de ONGs feministas em áreas urbanas, contando hoje com maior probabilidade de financiamento internacional que outros temas. A temática no movimento sindical rural sinaliza para a flexibilização de alguns sindicatos que estariam ampliando sua agenda de trabalho. Por outro lado, frisa-se a ênfase na mudança de mentalidade de homens e mulheres sobre vida reprodutiva, via educação/comunicação e investimento dos sindicatos no conceito de gênero, seu acento no relacional, ao buscar envolvimento dos homens em temas comumente codificados como de responsabilidade da mulher.

A Assessora de Gênero da CONTAG, em 1997, relata sobre o impacto na organização quanto ao reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos singulares e as ambigüidades de tal reconhecimento para a vida das mulheres, pela persistência de formas “duras” de exercício do poder e enfatiza as disputas com o trabalho sobre gênero. Dá indicações de um processo largo que transita por macro e micropolíticas, ou seja, o trânsito das lutas políticas gerais por reivindicações de direitos, interpelações ao Estado por aposentadoria e direito à licença-maternidade para um movimento por identidade de

gênero, chegando ao corpo, à reprodução e a subordinações nas relações sociais entre homens e mulheres, entre a cidadã trabalhadora e o Estado.

Trânsitos que teriam como impulso primeiro gritar um “sentimento de ausência”, de inviabilidade de temas das mulheres, nas mobilizações políticas da categoria, a exclusão na exclusão do ser pobre no feminino. Por outro lado, anuncia a assessora, gradações na aceitação de questões de gênero. Enquanto temas tidos como próprios do elenco de direitos da família seriam adotados pelos sindicatos, a representação por compartimento do poder encontraria resistência, ocupando as mulheres, na estrutura organizacional, posições que elas apontam como pouco relevantes ou secundárias.

Destacamos no testemunho dado, termos e reflexões, que, por leitura nossa, não necessariamente da entrevistada, seriam pistas a sugerir tanto obstáculos quanto ações por um movimento de engendramento do movimento de trabalhadores rurais, o que iria mais além de apenas reivindicar reconhecimento de direitos, mas mexer com formas de estruturação de poderes, delimitação de agenda e dinâmica de relações sociais na organização.

Segundo Rocicleide da Silva muita coisa mudou na vida das mulheres; o primeiro passo é a questão da visibilidade interna. Não se pode falar nada mais numa CONTAG que não leve em conta as mulheres. A disputa é muito dura, o que as fragiliza, pois quem dá as regras é o homem. A organização das mulheres rurais dentro do movimento sindical acontece e começa a ter uma visibilidade interna maior. A luta das mulheres culminou politicamente com o processo de 88, e depois 90, na votação dos direitos previdenciários das trabalhadoras rurais e da licença-maternidade.

Elas começaram a fazer todo um processo organizativo que naquele momento foi importante, sem muita clareza do que elas queriam no futuro e a discussão era sempre em cima da ausência. (...) a partir do 5º congresso da CONTAG elas oficializaram essa Comissão Nacional e foi a primeira vez que se chegou a ter mulheres na suplência da diretoria da Confederação, que, até hoje, 97, é uma das grandes lutas internas, conseguir ter mulheres como diretoras executivas da Confederação (Silva, Assessora de Gênero da CONTAG).

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST

A reforma agrária e assentar famílias no campo seriam alguns dos objetivos explicitados pelo MST, o que lhe confere certa complexidade institucional, uma vez que engloba tanto acampamentos como assentamentos. Fundado formalmente em 1986 (Navarro, 1996), no MST se daria ênfase, também, à educação, passando pelo combate ao analfabetismo, o resgate de raízes culturais e formação política. A cooperação, a formação de laços solidários entre iguais, o companheirismo e o respeito mútuo seriam elementos que o Movimento teria como básicos a um projeto político e à consecução do lema do Movimento *ocupar, resistir e produzir*. De fato, observadores externos viriam ressaltando, o que não seria tão “mancheteado” quanto às ações pela terra no movimento o processo educativo do MST e sua ênfase na sociabilidade.

Difícilmente poder-se-á tratar dos processos de formação política ou de educação desenvolvida pelo MST sem abordar a “mística do movimento”. A “mística” é entendida no MST como um conjunto de valores éticos, princípios políticos e sentimentos de solidariedade, adesão e confiança que unificam os militantes do Movimento e são simbolizados por sua bandeira, hino, cânticos, palavras de ordem e gestos. A “mística” é desenvolvida nas práticas quotidianas de formação por meio da presença constante dos símbolos do Movimento e de uma variedade de rituais de evocação (Haddad. In: Corrêa Marques, 1996, p. 36).

Segundo Navarro (1996), tendo como referência empírica o caso do Rio Grande do Sul, já nos anos 80, o MST ressaltaria a importância das mulheres, em seus documentos, o que o autor analisa como relacionado em parte à “... afirmação ideológica do seu discurso programático, que englobaria o princípio de: lutar por uma sociedade justa e igualitária (...) reforçar a luta pela terra, com a participação das mulheres em todos os níveis (...)”. (In: Navarro, 1996, p. 98).

Navarro (1996), considera que tal orientação seria reforçada pela influência de mediadores religiosos no Movimento, ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), importante colaboração nas lutas sociais no campo. O autor também chama a atenção que nos movimentos no campo, em geral, e não só no MST, até recentemente a situação da mulher se restringiria a questões de

direitos na esfera pública, a necessidade de informações das mulheres sobre seus direitos, ou sobre a falta de direitos, enfatizando-se a questão da aposentadoria. Temas considerados como da “vida privada” seriam evitados.

Contudo, material de fonte secundária e mesmos as entrevistas colhidas são ainda insuficientes para melhor refletir sobre as redes de relações internas, a ética de solidariedade entre os iguais e as diferenças, com as relações de gênero no MST. Vem se criando Núcleos de Mulheres do MST em vários estados, relacionados ao Setor de Formação. Valdirene de Oliveira, da direção estadual do Movimento no Mato Grosso do Sul e que fez parte da direção política da Marcha à Brasília, em maio de 1997, quando, entrevistada indica que os Núcleos se orientam para discussão, englobam homens e mulheres, contudo, para o debate de certos temas, como a saúde da mulher, participariam só mulheres, porque, segundo ela, *“... algumas companheiras não têm a cabeça que nós temos, ficam envergonhadas. Discutimos menstruação, Aids, usar a camisinha (...) antigamente era coisa absurda ter relação antes de casar, já se quebrou hoje essa idéia”*.

Valdirene é uma jovem de 24 anos, entrou no Movimento aos 15 anos, por ocasião de uma caminhada organizada pelo MST. Seus pais já faziam parte do Movimento, tendo participado de ocupação de terra, mas nesse período ela estudava na cidade curso de técnica em administração de cooperativas. Ela participou do Setor de Formação do MST, que, segundo ela, é um setor que *“exige muito e no qual se aprende muito”*.

Na direção nacional do MST, entre 23 membros, 4 ou 5, segundo Valdirene, são mulheres. No seu testemunho, a prática política do Movimento e seu projeto são ressaltados, sugerindo pistas para a compreensão de como se tentaria conjugar temas como educação sexual e direitos à saúde reprodutiva, com os princípios de igualdade, em discurso por direitos, enfatizando vasos comunicantes entre perspectiva de classe e gênero, mas admitindo que tal intenção se complica quando diferenças e divisões de espaços por sexo/gênero são abordados pelas mulheres.

É questão sem muitas pistas como desenvolver trabalhos político-culturais que requerem ações contínuas a longo prazo para o que a

entrevistada se refere como “desbloquear a cabeça (...) mudar o homem e a mulher”. Na entrevista vale o registro de pistas que sugerem, diferentemente do quadro descrito por Navarro (1996), que as mulheres do MST não estariam mais se circunscrevendo ao debate de direitos na “esfera pública” e sua ênfase na educação para mudanças em homens e mulheres.

... como na sociedade, e a sociedade tem todo tipo de gente, têm uns que tem cabeça e outros que não têm. A questão do machismo é forte e é construída desde que se educa os filhos, quando aprendem a ser machista, agora nós estamos buscando uma nova prática, mas dentro do movimento ainda tem muita diferença assim, com certeza.

Sobre a questão de gênero, nós temos diferenças e com tratamentos diferentes, os homens acham que quando se fala em igualdade é igualdade na força. Nós ficávamos sempre na cozinha, em casa, em portas fechadas. Nós não queremos igualdade na força, nós queremos no direito.

Essa discussão é nova, nós reunimos as mulheres, tiramos um texto, “A Luta de Classe e a Luta de Gênero”, um texto muito bom, e a partir daí começamos a puxar a discussão. No início quando começamos puxar a discussão, pensaram que nós queríamos criar um movimento paralelo, na verdade nós não queríamos isso, foi um mal entendido. Nós chamamos eles para a discussão e dissemos, nós queremos que a discussão seja junto, é a luta de classe. A liberdade da mulher, o machismo estão relacionados com a forma que a mulher vive na sociedade de hoje. Quem tem que mudar é o homem e a mulher. Aí eles começaram a desbloquear a cabeça e achar que era uma discussão interessante. Hoje eles apóiam, ajudaram a gente a fazer o Núcleo, todos os estados formaram os Núcleos das Mulheres. (Oliveira, membro da Direção Estadual do MST no Mato Grosso do Sul).

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande Do Sul - MMTR

O MMTR é um movimento autônomo, com reconhecida força regional, sendo composto de mulheres que integraram anteriormente sindicatos de trabalhadores rurais e no MST. Em 1996, segundo estudo de

Stephen (1996), haveria uma base de cerca de 25 mil mulheres organizadas em mais de 100 municípios no Rio Grande do Sul. Como em outros movimentos, a exemplo do que se registrou anteriormente para a CON-TAG, também no MMTR, a princípio, as demandas eram basicamente pela extensão de direitos previdenciários e trabalhistas para as mulheres, enquanto que hoje além desses, teriam em sua agenda, demandas típicas dos movimentos de mulheres e feministas, como aquelas por direitos reprodutivos, combate à violência doméstica e a representação das mulheres no sistema político decisório (Stephen, 1996).

As mulheres do MMTR são bem jovens, predominando as que estão entre 17 a 27 anos (Stephen, 1996). Jovens, também são as mulheres que entrevistamos do grupo dirigente do MMTR (menos de 26 anos) em Porto Alegre. Elas explicam como criaram um movimento autônomo de mulheres a partir da participação na Pastoral da Terra, já que nos outros espaços discutia-se, segundo elas “... *principalmente os problemas econômicos, sem trabalhar as necessidades e os problemas das mulheres*”. Por outro lado enfatizam que o MMTR se integra com outros movimentos de trabalhadores rurais, por entender que como trabalhadoras têm necessidade de crédito, de subsídio para continuar produzindo.

Hoje o MMTR já está em 17 estados, mas, segundo as entrevistadas, com características diferentes. Elas destacam sua luta para o reconhecimento do trabalho da mulher rural, seus direitos previdenciários e o direito à aposentadoria, apontando que de 18 milhões de trabalhadoras rurais somente 3 milhões têm a profissão reconhecida; as outras 15 milhões não conseguem percorrer todos os trâmites burocráticos que necessitariam (em outra seção volta-se ao debate sobre essa questão).

O corpo e a saúde da mulher seriam temas trabalhados no MMTR do Rio Grande do Sul no plano de distintas relações, indo além do que seria micro ou macro, pois se interpela o companheiro, o homem e o Estado. Algo tão direto, instrumental, geral, como ter uma carteira de identidade, um nome nos documentos passa a significar trincheira de resgate de auto-estima, prova para direitos como trabalhador, elemento de identidade de gênero, bandeira

de direito humano, para ter respeito como pessoa, como trabalhador e como sujeito específico, em especial considerando o natural da subalternidade das mulheres em áreas rurais do Brasil, inclusive em ambientes sindicais, quando a “outra” seria termo para designar uma genérica esposa: “*Os homens colocavam nos documentos, por exemplo, João da Silva e outra*”.

O relato que se segue ilustra o processo, o espaço temporal de cada reivindicação, ancorando-se lutas na historicidade do movimento dos trabalhadores, das entidades das mulheres e do momento do país quanto à democratização e forças dos agentes sociais. No caso do MMTR do Rio Grande do Sul destacam-se as tentativas de radicalidade, buscando-se combinar frentes por mudanças, as lutas por crédito, subsídios são fundamentais para a produção, assim como, por direitos em relação à sexualidade, ao corpo e por serem respeitadas como trabalhadoras, frisam as dirigentes do MMTR entrevistadas em Porto Alegre (março de 1997). Destaca-se, também, do testemunho seguinte, a ênfase na terra, para a mulher e os problemas que tem a mulher trabalhadora rural em comprovar sua posse. Segundo dirigentes do MMTR do Rio Grande do Sul:

No período da Constituinte, lutava-se pelo direito dos trabalhadores; nenhuma trabalhadora rural tinha o benefício da aposentadoria a não ser quando morria o marido ou quando chegasse aos 70 anos, que poucas chegavam. As duas palavras principais eram o fim da discriminação e a aposentadoria.

Com o tempo se começou a perceber que a luta não era só econômica, mas que deveria juntar as conquistas no sentido de melhorar as condições enquanto mulher, na família, na relação com o homem, o que começou a chamar a construção de novas relações de gênero.

Por mais que as mulheres trabalhem na casa e na roça, nos documentos está escrito profissão do lar e elas não tinham como comprovar a profissão porque o próprio cartório não permitia que se colocasse sua profissão como trabalhadora rural. Essa foi uma briga que nós compramos, exigindo que se colocasse a profissão, juntamente com uma campanha para documentar as mulheres. Os bens da família estão no nome do homem, o título da terra, quem é associado na cooperativa é o homem, que é o chefe da família.

A questão da Terra também foi uma bandeira puxada, tem impedimentos burocráticos da mulher que não tem o título da posse da terra. Quem sempre trabalhou com isto foi o MST, hoje temos jovens mulheres que conseguem ter o título da terra.

Alguns Sindicatos e Cooperativas

Trabalhadoras Rurais de Lima Campos, no Maranhão - quebradeiras de coco babaçu.

O babaçu é um fruto desprendido das palmeiras. As quebradeiras, como são chamadas as mulheres que coletam esse produto, enchem as cestas com os cocos e levam até determinados pontos onde serão quebrados. As quebradeiras sentam no chão, colocam o fio do machado voltado para cima e o cabo preso entre as pernas. Mantêm o coco ente as pernas e batem várias vezes com um cassete até quebrá-lo. Esses babaçuais formam um cinturão de 11,5 hectares. As mulheres coletam e quebram o coco. Ele é transformado em óleo, leite, sabão, e palha para a construção das casas (Rede Mulher, 1992).

Mulheres líderes sindicais ressaltam que começaram a se organizar em separado dentro do movimento sindical porque esse movimento não apoiava a luta realizada por elas, como mulheres ligadas ao babaçu, atividade essencialmente feminina. Elas criaram uma Cooperativa para as extrativistas.

Elas chamam a atenção para fenômeno comumente criticado pelas sindicalistas nas análises sobre organizações sindicais, qual seja, o exercício do mando e a distribuição do poder, como nas cooperativas, onde os homens passam a ter posição de autoridade quando essas passam a ser lucrativas.

Nós éramos trabalhadoras rurais e dentro do movimento sindical sempre discutíamos. O movimento sindical, porém, nunca abraçou esta bandeira de luta e de reivindicação, assim tivemos necessidade de criar os grupos e como eram as mulheres que trabalham com o babaçu, a gente começou a se juntar e discutir que queríamos comercializar o produto, e aí vinha a conversa de cooperativa e associação de quebradeiras e nós achamos que organizadas íamos encontrar uma solução. A nossa cooperativa surgiu depois desse

movimento das quebradeiras, começou quando pensamos em vez de vender amêndoa, vender óleo e para isso precisávamos estar organizadas em cooperativas. Aí começamos a criar as cooperativas com a participação das mulheres. Mas é uma coisa interessante, as mulheres se organizam e quando chega uma coisa maior, aí os homens acabam dominando mesmo e no caso da cooperativa, começamos só com mulheres, mas depois juntamos com os homens, não era possível estar sozinhas e terminamos por ter a maior parte de participação dos homens (Mulheres líderes no sindicato das Trabalhadoras Rurais de Lima Campos, Cooperativa dos Extrativistas – Maranhão).

A “Cooperativa Agro-extrativista dos Trabalhadores Rurais”, no Maranhão, surge a partir de um conflito de terra, em que as mulheres formam a oposição sindical e a cooperativa. Nesse momento a cooperativa está completamente desestruturada, relata uma das mulheres, porque falta incentivo e possibilidade de comercializar os produtos. Essas mulheres vivem essencialmente do babaçu, vendendo os produtos e os utilizando em suas estratégias de sobrevivência: elas utilizam a casca para fazer carvão e cobrir as casas; a massa para alimentação e para efeitos medicinais; a amêndoa come-se com caça e peixe e o óleo é para fazer sabão para a roupa e temperar a comida.

Dessa maneira em épocas em que o preço está muito baixo, não vale a pena vender o produto por seu baixo preço. Além da amêndoa do babaçu também tem o carvão, além da gente utilizar para fazer as comidas da gente, esse carvão pode ser vendido. A gente vende nos municípios e começou a comercializar o carvão. Além de nutritivo, nós fazemos uma massa que dá mingau e papa e se pode tomar para o estômago e a inflamação de útero. Essa é uma das nossas discussões da gente tentar aproveitar mais o babaçu para ter uma renda melhor (Rosineide Gregório dos Santos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos, Cooperativa dos Extrativistas – Maranhão).

Essas mulheres desde *in loco* analisam a globalização da economia e a ordenação da vida econômica nacional, a desvalorização atual do produto no mercado interno, discutindo mercado internacional, preço e a perda de competitividade dos pequenos produtores nacionais. A seguir, depoimen-

tos de duas mulheres de duas cooperativas, sobre efeitos dessas macroordenações político-econômicas em suas vidas.

Segundo Mariana Rodrigues dos Santos, da Cooperativa Agroextrativista do Maranhão, com o plano real o preço do babaçu ficou muito baixo. *“Nós chegamos a tirar 2 reais por dia. Um kg de arroz e feijão custa 70 centavos. A questão é que nós produzimos tudo o que podemos com o babaçu, mas não podemos produzir bombril. Já imaginou o que precisamos para comprar uma blusa?”*.

Antes do Governo de Fernando Henrique, a alíquota de importação era de 18, nesse governo é de 2, e nosso grande concorrente é o óleo da Malásia, que entra com um preço menor no Brasil. Eles produzem o óleo com um processo diferente e com trabalho quase escravo, portanto, mais barato e de melhor aceitação. Assim é que o Estado não valoriza as coisas do país. A nossa única alternativa é mudar a política do governo e produzir um óleo de boa qualidade (Gregório dos Santos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa dos Extrativistas).

Da ordenação da economia, elas passam a críticas sobre a divisão sexual/por gênero de trabalho no campo, que se dá de uma maneira rígida. Enquanto os homens trabalham no roçado, são as mulheres que quebram o coco. Apesar de que as mulheres também trabalham no roçado, capinam e os homens *“têm vergonha de quebrar o coco”*, por ser considerado um trabalho de mulheres. As mulheres quebradeiras apontam um conflito de gênero com relação ao trabalho, à quebra do coco e em relação ao exercício da política em suas organizações: por um lado os homens não querem assumir que estão realizando um trabalho feminino, por outro lado haveria dificuldades das mulheres ocuparem postos técnicos de gerência na cooperativa, *“por falta de preparação”*, assim elas trabalham diretamente na produção e eles administram a produção, como gerentes da cooperativa.

Mariana Rodrigues dos Santos, Maranhão, destaca a solidariedade para lidar com o acúmulo de jornadas de trabalho:

A nossa cooperativa é de mulheres, mas o gerente é um homem. Na diretoria a maioria é mulher e os homens gerenciam e também carregam o caminhão. Alguns homens participam, mas se envergonham de dizer que são catadores de coco. O porquê eu não sei.

às vezes a gente vê um homem que diz que é lavrador e não diz que é quebrador. Eles dizem que é porque eles não são profissionais, que eles só quebram na época que não tem serviço. Na verdade quem sustenta as coisas para a casa, sabão, café, comida são as mulheres que quebram o coco, enquanto os homens estão na roça elas estão quebrando o coco. Além de fazer o trabalho da casa, nós vamos quebrar coco depois que a gente limpa a casa, leva a comida para eles, a gente vai quebrar coco. Às vezes nós saímos às 7 horas e chegamos às 5 da tarde, isso sem comer, tomamos só café e só janta à noite.

GERAÇÃO E GÊNERO

Varia a composição etária das mulheres que participam e que estão na liderança de organizações do movimento de trabalhadores rurais, intervindo na distribuição etária da população rural da localidade, na organização da economia local e, principalmente, o apelo da organização aos jovens, quer em termos de práticas, espaço para sociabilidade, grau de democratização interna, ênfase em atividades de lazer e cultura, quer em termos de projetos, em mudanças imediatas sobre a situação econômica das pessoas ou visões de mundo e ideário político. Em particular, lidando com lideranças femininas predominam as mulheres de mais de 35 anos se a referência é a CONTAG, sindicatos e associações específicas.

Contudo, no plano de movimentos, como o MMTR no Rio Grande do Sul e o MST, reverte-se tal quadro, destacando-se lideranças femininas jovens. O MMTR inclusive, nasce como projeto de um grupo de mulheres jovens e o MST teria como intenção contar com jovens quer nos seus quadros nos acampamentos e em atividades, constituindo as Frentes dos Jovens, quer estimulando apoio desses nas áreas urbanas.

Lida-se com a realidade rural, que é de empobrecimento e fechamento de alternativas para os jovens. Abramovay et al. (1997, p. 4), destaca que a sucessão profissional, a transferência hereditária e a aposentadoria seriam “... processos sociais por que passa a formação de uma nova geração de agricultores”. Os autores também destacam que o êxodo rural, em especial nas regiões de predomínio da agricultura familiar viria atingindo principalmente as populações jovens, acoplado ao envelhecimento da população rural e à masculi-

nização da juventude, acentuando-se o chamado padrão de migração latino-americano, predomina o êxodo das mulheres jovens, cada vez menos pelas oportunidades de emprego na cidade e mais pela falta de condições econômicas de sobrevivência e a rigidez de padrões culturais na área rural, particularmente negativos para as mulheres.

Os dois grupos de quebradeiras de coco organizadas, que entrevistamos, indicam que as jovens não participam das cooperativas porque na cidade se concentrariam os serviços de educação e também porque sobre as mais jovens seria maior a repressão familiar e masculina, delimitando o espaço público como não próprio das mulheres. *“Nós mandamos as filhas estudar e elas acabam trabalhando nas casas de família, portanto, no movimento estão as mais idosas. As quebradeiras são 3.000, umas entram, outras saem”* (Rosineide Gregório dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos, Cooperativa dos Extrativistas – Maranhão). *“As mais novas, os homens não deixam participar, eles dominam e elas não tem experiência para dizer: “eu vou participar e você não vai me prender”* (Rodrigues dos Santos, Cooperativa Agro-extrativista e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no Maranhão).

A mesma dificuldade de participação por parte dos jovens é citada pela ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Elísio Medrado, na Bahia, área de pequenos proprietários que se baseiam na exploração familiar. Dona Lilite, por outro lado, enfatiza tanto a inclinação dos jovens pela festa, pela sociabilidade como os de sua geração, o que sugere também desencanto com os padrões tradicionais de exercício de política local, quanto à organização da economia política local, à falta de terra e para os jovens, de alternativas para trabalhar a terra: *“É um problema conseguir jovens homens e mulheres que participem no sindicato. Os jovens só querem manifestação política se tiver festa então tem muito para eles aqui, problemas de terra e de emprego”*.

O abandono do campo pelos jovens, para ir à cidade estudar e pela falta de apoio ao crédito, empobrecimento de homens e mulheres no campo, por falta de serviços em educação, saúde e lazer, entre outros, constam de depoimento que segue. De fato, se elencam vários fatores para explicar tanto a emigração de jovens, particularmente as mulheres, como

seu afastamento, quando ficam na área rural, das organizações de corte sindical, inclusive a concepção de que as mulheres jovens só adquiririam responsabilidade cidadã se casadas e a orientação que implicitamente é avaliada como de sentido hedonístico e/ou individualista, pediria mais reflexão compreensiva que avaliações.

Não existe mais jovens na roça (...). As meninas ou estão estudando ou estão como empregadas domésticas. Além do mais as pessoas têm menos filhos, o que significa que tem menos população. O meio rural está virando um asilo rural. Os velhos que têm aposentadoria é que ficam. O ano passado se fez uma caminhada no protesto do Grito da Terra, quem caminhou era um grupo de 12 jovens e destes só ficaram 3. Eles saem não porque não gostam da roça. Para permanecer na roça tem que ter condições de trabalhar, de lazer, de saúde, de transporte (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul).

No Paraná, a idade das mulheres no sindicato está entre 25 a 50 anos. Os jovens participam das Comissões de Jovens. São as casadas que vêm para a Comissão, mas em alguns momentos nós discutimos a questão de gênero com os jovens. Quanto à migração, quem migra mais são as moças e depois os rapazes e hoje temos uma tendência para a migração. Eles vão para Santa Catarina e para Porto Alegre. Elas vão trabalhar em fábricas de calçado e só em último caso como empregadas domésticas (Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT, Paraná).

Para algumas jovens o fato de ser solteira faz com que não se sintam ainda mulheres e, portanto, não participam. É difícil conseguir atingir às jovens, ainda se têm consciência de que mulher é só mulher depois que se casa, então elas não se sentem mulheres, elas não participam. O movimento poderia reverter muita coisa se pudéssemos chegar a elas. Também falta os grupos de jovens organizados pela Igreja. Se elas participassem entrariam na vida adulta mais preparada (Movimento de Mulheres Rurais de Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul).

Em alguns movimentos, destaca-se a presença dos jovens que acreditam nas relações entre micro e macropolíticas e apostam no novo, como prática de organização e em propostas oriundas dos próprios jovens

como o MMTR do Rio Grande do Sul, que viria gradativamente orientando-se mais para debates sobre gênero, corpo, relações entre homens e mulheres e direitos reprodutivos. O caso do MMTR do Rio Grande do Sul indica ressignificado, para finalidades coletivas, da energia hedonística e individualizada dos jovens, o que não necessariamente se restringiria a cálculos instrumentais por dividendos individuais, pois a tônica é combinar bandeiras de direitos por justiça social, direitos à aposentadoria e à posse da terra, por exemplo, com os que indicamos, comumente e de forma discutível, rotulados de existenciais ou da micropolítica exclusivamente. Dirigido por mulheres entre 17 e 27 anos, o MMTR se apresenta com ênfase na autonomia, na participação, incluindo debates sobre sexualidade e recusa a violências de várias ordens, inclusive a doméstica, (Stephen, 1996).

Valdirene de Oliveira, entrevistada para esta pesquisa em acampamento da Marcha dos Sem-Terra, em Brasília (maio de 1997) fez parte da direção política da Marcha. É uma jovem de 23 anos que se entusiasma ao falar do estar no MST, o sentido de ser útil, de pertencer a um grupo com um projeto coletivo “por justiça”, sugerindo a mística da utopia, ou do “sonho realizável”, referido por Stédile (1997). Também o balanço entre sonhos e razão na avaliação de realidades possíveis para uma jovem pobre da área rural, que opta por um movimento que lhe dá oportunidades “... de se afastar de caminhos como a prostituição ou de vir a ser empregada doméstica na cidade”. Segundo ela, é importante no Movimento a existência de uma Frente da Juventude e ressalta que a organização é composta essencialmente de jovens. “*Só o pessoal da direção nacional é de mais idade, porque são pessoas de longa trajetória. A maior parte das mulheres do movimento tem entre 20 a 30 anos.*”

Para a entrevistada do MST, é importante dar condições para que a juventude fique no campo, por novos investimentos, assistência técnica e formação “*vamos ter que segurar a juventude no campo*”.

Eu, dona de casa não ia conseguir muito ser, a única coisa que está restando para as mulheres pobres é se tornar prostituta para tentar sobreviver, hoje, no Brasil, infelizmente é isso. Eu sinto minha posição privilegiada, não por ser sem terra, mas

de estar numa organização que algum dia impediu da gente estar passando por isso. Nós estamos conseguindo resultados, não para mim de maneira nenhuma, porque bens materiais não me interessam nesse momento, eu sou bastante jovem ainda, e eu não quero ser assentada agora, eu quero que meus pais sejam assentados. Essa experiência do Movimento, para mim tem sido muito forte, até mesmo por ser jovem, a maioria das pessoas já olham para você com carinho. O Movimento para mim significa vida, dar vida para a gente, principalmente para a juventude.

Nós não queremos que só fiquem velhos no campo. Além da militância se trabalha na terra e os que estão assentados se procura viabilizar através de cooperativas, associações. A nossa educação, no acampamento, é caneta e enxada, eles têm que trabalhar, os filhos também, mas têm que mostrar que os filhos podem ser outras coisas, que pode ser advogado e tal, mas que respeitem o homem do campo (Oliveira, Direção do MST em Mato Grosso do Sul).

GRUPOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NA ÁREA RURAL

Para a entrevistada da CONTAG, muita coisa mudou na vida das mulheres e na organização a partir dos trabalhos realizados pelas mulheres, ressaltando a visibilidade dos casos de violência doméstica, comumente silenciados na família, ganhos no lidar com instituições públicas e na organização de sua vida produtiva remunerada, re-apropriando-se do produto de seu trabalho. Elas frisam reordenações das rotinas domésticas, alívio da carga, mas não necessariamente re-divisões ou transpasse dos espaços do que se considera como próprio do homem e da mulher.

Há referências de ganhos em auto-estima e imposição de “respeito” por parte dos maridos, ou como as mudanças no afirmar-se como mulher resultaria em mudanças no comportamento dos homens em relação às mulheres. Ressalta-se, também, o processo de desassociar seus méritos e identidade da figura masculina, o que não implicaria necessariamente em vontade de dissoluções da união, mas sua ressignificação, “*como parceria*”. Não se pode fazer mais nada na CONTAG se não se leva em conta as mulheres. Elas passaram a ter uma fala e um lugar em todas as falas.

As mulheres hoje dizem que o trabalho fica muito melhor. Elas têm vontade de participar, elas contam que descobriram mais alguma coisa na vida de ser mulher, elas se sentem mais firmes na questão do relacionamento entre duas pessoas. Muitas achavam que o homem é dono. A gente tem que ser parceiro.

A mudança na vida das mulheres é que a maioria delas trabalham, vendem seu produto, gerenciam seu dinheiro. Antigamente, antes do nosso trabalho, o homem bebia cachaça na quitanda, ela ia falar e ele dava um chute. Eles têm mais respeito porque a gente sempre achava que tudo o que a gente diz não tem valor, que só valia a palavra do homem, assim, por exemplo, eles diziam “cala a boca, só eu tenho o direito de falar”. Hoje se ele diz uma coisa assim, a gente tem que responder, claro que com educação. Muitos homens ainda são violentos, mas não como antigamente, quando diziam “cala a boca, quem canta sou eu, quem fala mais alto sou eu, quem manda sou eu”. A questão é que as mulheres descobrirem que elas também são gente, também têm direito de falar. (Rodrigues dos Santos, dirigente na Cooperativa Agroextrativista e Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Maranhão).

Contudo, as reações masculinas ao avanço das mulheres, de seu movimento não teriam sempre o caráter positivo, ou aumento de respeito, como sugerido pela entrevistada anterior. A seguir, depoimento que sugere reação negativa e também os preconceitos por conta de gênero e raça que sofrem mulheres negras, líderes e a dificuldade de conciliar vida familiar com a vida pública como liderança, pela simultaneidade das “cobranças”, do movimento e da família. Por outro lado, o testemunho de resistência e de rebelião também na afirmação da raça, recusando ser referida como “morena”.

Eu acho que é possível mudar alguma coisa, melhorar, mas também com muita dificuldade, quando a gente é liderança complica muito, primeiro porque o trabalho é voluntário e a gente se afasta de casa, da família e é difícil. A gente se encarrega de um mundo de tarefas. De repente, a gente não sabe do que vai dar conta, se é da família, dos compromissos. A gente sempre quer dar boa resposta para todo mundo e, às vezes, não dá para dar boa resposta para os dois ao mesmo tempo. A família não está vivendo as mesmas coisas ao mesmo tempo.

É muito mais difícil ser mulher negra, a gente enfrenta mais dificuldade. Na rua, se

a gente gosta de se arrumar, todo mundo fala na rua, “aquela nega só quer ser”. O prefeito da cidade nem diz o nome da gente e fala “aquela nega cocozuda quando vem à reunião é só para atrapalhar”, para a outra ele não diz “aquela branca”.

Mesmo no movimento quando alguém me chama de morena eu digo que não, se querem me chamar por raça que me chamem de negra. Isso eu tenho conseguido, as pessoas fazem por inocência, eles acham que me chamar de negra estão me ofendendo, eu explico que me ofendem se me chamam de moreninha. (Gregório dos Santos, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos, Cooperativa dos Extrativistas do Maranhão).

Mulheres no Paraná (CUT) também advertem para resistências contra o trabalho das mulheres nas organizações de corte sindical, em parte por conta do questionamento de privilégios de gênero, dos homens, no plano doméstico e em parte por disputas de espaço de poder público, tema que se aborda mais ao final, e que explicita-se a seguir, pela persistência de estruturas arcaicas nas instituições públicas.

(A carga de trabalho da mulher) gerou uma necessidade, meio na marra, de estar discutindo as atividades da mulher dentro da casa, ainda não da forma que precisa e ela teve mais oportunidade de se sentir capaz. Não é o que pensávamos poder alcançar, mas tem muitas mulheres que dizem que as mudanças começaram a se dar na educação dos filhos, por exemplo. Elas começam a colocar novos valores.

As resistências são muito grandes, pode ter mudado o reconhecimento dentro da propriedade, mas para fora, com o banco, com a cooperativa, ainda não mudou. Adquirimos maior capacidade de estar negociando, mas aí a gente se depara com forma em que a sociedade está pensada, o homem como chefe, o homem como responsável (Archer, Comissão de Mulheres Trabalhadores Rurais, CUT, Paraná).

Denúncias e debates que combatem a violência contra a mulher e a violência sexual são formas de trabalho que utilizam o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Elísio Medrado. Dona Lilite, a ex-presidente, insiste porém que o principal problema das mulheres, pequenas produtoras, é a posse da terra. Ela também ressalta como a terra pode estimular violências. *“A terra é um fator de litígio inclusive*

entre homens e mulheres. Os homens mandam e quando algo vai mal eles brigam, e elas ficam sem nada” (Santos dos Santos, vereadora no município de Elísio Medrado e ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município).

No Paraná viria aumentando a importância da participação das mulheres “em quantidade e em qualidade”, por ação de mulheres da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT. Elas também destacam como outras entrevistadas, a importância de mulheres em postos de decisão nos sindicatos, associações e movimento de trabalhadores rurais e avançam a chamar a atenção para a contribuição das mulheres para o dinamismo atual dos sindicatos no campo.

Estamos trabalhando a participação da mulher dentro dos sindicatos e na direção. Agora na região Sudoeste há eleições sindicais e em 15 municípios, entre os candidatos a metade são mulheres. No último período podemos dizer que foi a organização de mulheres quem deu a dinâmica para o movimento sindical, com nossas comissões organizadas que se reúnem todo o mês e onde se discute todas as questões. Estamos no dia a dia do sindicato, na previdência, nas lutas pela saúde.

Pode ser que para o conjunto da sociedade não se enxergue tanto a transformação que nós achamos que conseguimos. O que aparece é mais de dentro da casa. Eu, por exemplo, não permito que meu esposo vá, aos sábados, descansar enquanto eu trabalho. Outros exemplos, o uso de conta bancária e de bloco de compras pela mulher. Antes eram as mulheres que faziam a listinha, mas eram os homens que iam comprar. Na escola, se fossem reuniões mais simples eram as mulheres que iam, mas para escolher a direção da escola, para assinar o boletim era o pai (Archer, Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais, CUT, Paraná).

As mulheres presentes na reunião da Executiva do Movimento de Mulheres Rurais de Getúlio Vargas também relatam suas experiências de mudança de vida, com os trabalhos realizados, ressaltando os nexos entre gênero e poder, quando conflitos ocorrem no plano das organizações.

A mulher não participava de nada, na família, na comunidade, na sociedade, ela não opinava, não ia às reuniões, eram só os homens. Ela simplesmente trabalhava. Na

minha comunidade, num trabalho relacionado com a capela, os homens diziam: “enquanto tiver homem por aqui as mulheres não entram na diretoria, não têm que botar o bico aqui”. Nós éramos 20 mulheres e sempre discutíamos, e nosso trabalho era na cozinha, quem decidia o que fazer eram os homens. Nós tentamos colocar por duas vezes mulheres na diretoria e não conseguimos. Ai, na terceira vez, articulamos as mulheres e colocamos uma mulher na diretoria. Os homens queriam fazer uma nova eleição e nós não deixamos. Ai começou a mudar. Um ano depois a maioria do conselho é de mulheres. Agora ninguém mais se opõe e acham que é bom ter mulher dentro da diretoria. Começa a mudar o conceito, que mulher não é para esfregar barriga na pia e no fogão (Executiva do Movimento de Mulheres Rurais de Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul).

No trabalho com as mulheres da área rural, o comum é orientar-se para as suas necessidades materiais e da família, quanto à sobrevivência e saúde, por associações e gradativo trabalho de reconhecimento de questões comuns, de assumir o corpo como terra a que se tem direito, ampliar discussões, combinando níveis de debates e trabalhos, re-visitando, assim, os princípios dos grupos de reflexão das feministas da década de 70, por princípios de desenvolvimento de uma ética de solidariedade, tribalismo, amizade entre mulheres. Processo longo, sem fórmulas e seqüências claras.

A União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu - RS, por exemplo, desenvolve o seu trabalho em função da alimentação alternativa, a partir das idéias desenvolvidas pela Dra. Clara Brandão, com a farinha múltipla também conhecida como “multimistura”, de alto teor alimentício, simples e de barata elaboração.

Realizamos um trabalho sobre saúde, com gravuras, para que as mulheres conheçam o corpo. Em termos de direitos, também trabalhamos com as mulheres. Elas são muito oprimidas. Nascem, crescem, casam, tem filhos, sempre trabalhando, sempre na mesma rotina. E sempre em casa, ela não têm com quem dividir esses problemas, as coisas que está pensando, elas crescem em termos de conhecimento até elas procurarem os direitos delas.

Para vir na escola ou ir a uma reunião de mães elas tinham medo, não se sentiam bem, se sentiam reprimidas (...) agora não, elas vêm e conversam, discutem alguma coisa, o que acham certo o que não acham certo, elas vêm e falam com a gente (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, Rio Grande do Sul).

A metodologia utilizada é analisar as relações de gênero a partir da cadeia produtiva, a partir das atividades que envolvem a produção do milho, do leite e das ervas medicinais, para que possam sentir as relações de gênero a partir do que estão vivendo, não é algo abstrato, mas é algo do dia-a-dia. Avaliamos as atividades da mulher na produção, na comercialização, no gerenciamento e na administração do dinheiro, enfim nas relações dentro e fora da propriedade. Esse trabalho foi, num primeiro momento, realizado só com as mulheres, no sentido de capacitar as companheiras para discutir com os companheiros. Discutimos o acesso da mulher à saúde pública (Archer, Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT, Paraná).

TERRA E DOCUMENTOS

A importância nuclear da terra como bem de trabalho, fonte de subsistência, lugar de moradia e direito dos trabalhadores no campo une homens e mulheres em torno de suas organizações, identificando o movimento. As mulheres, como se registrou por testemunhos anteriores (ver, por exemplo, relatos de trabalhadoras relacionadas ao MMTR, à CONTAG e ao MST), ressaltam que a posse da terra, no caso das mulheres é um dos problemas cruciais, não só pelo sentido clássico, como os antes referidos dados à terra, mas também por sentidos que se entrelaçam a assimetrias nas relações sociais de gênero e como as mulheres seriam discriminadas por instituições oficiais quando do reconhecimento de seus direitos de proprietárias. Terra e sua representação legal e documentação são bandeiras comuns às organizações que contatamos, combinando seus múltiplos sentidos para as mulheres e acessando, assim, múltiplas necessidades.

Por exemplo, dirigentes da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná relatam como vêm trabalhando na luta pela documentação das trabalhadoras, e relacionando tal vetor de luta com o resgate da autoestima das mulheres. Esse processo se iniciaria, segundo elas, pela aquisição de documentação pessoal, sua sindicalização e os significados de tal documentação, material e simbólico, comprovando que são trabalhadoras rurais.

Este é o primeiro passo, segundo mulheres do MMTR do Rio Grande do Sul, para deixarem de ser “a outra”, “a esposa”, em que pese a sua

jornada de trabalho no campo e em casa. Mais uma vez têm-se, no trecho seguinte, as mesmas pistas do engendramento da classe, nexos entre lutas por direitos na vida pública e a re-focalização no eu íntimo, no corpo, na sexualidade, passando também por direitos reprodutivos.

Em 91, quando realizou-se o censo, fizemos uma grande campanha “mulher declare sua profissão”, no sentido da mulher colocar-se como agricultora.

A campanha continua como orientação. Temos insistido que as mulheres se coloquem sempre como agricultoras. Deu um resultado muito grande, no sentido da mulher resgatar sua identidade e auto-estima e, por outro lado, conseguimos com essa campanha jogar a problemática das trabalhadoras rurais para a sociedade.

Também conseguiu-se um grande envolvimento das mulheres no sentido de ter a sua documentação e hoje a gente sente grandes diferenças. Não temos o número de mulheres que conseguiram documentos, mas sabemos que o número é considerável.

Lutamos também com a questão da aposentadoria aos 55 anos, e depois a luta pelo salário maternidade. Procuramos, em todas as atividades, discutir as relações sociais de gênero e temos clareza de que não é uma questão das mulheres, mas que existe um espaço que é das mulheres, no qual elas colocam a sua problemática e se capacitam. Em nível dos congressos, das atividades do Sindicato temos colocado a questão. Neste momento a discussão ampliou-se para as áreas de saúde e reprodução. Na verdade, houve um aprofundando da discussão sobre as relações sociais de gênero na produção (Archer, Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais, CUT, Paraná).

Segundo dirigentes do MMTR do Rio Grande do Sul, o acesso aos seguintes documentos já significaria um avanço no processo de garantir direitos de cidadania às mulheres trabalhadoras rurais:

- Carteira de identidade.
- CPF.
- Título de eleitor.

- Certidão de nascimento/casamento.
- Carteira de sócia do Sindicato.

Por outro lado, as mulheres trabalhadoras rurais necessitam também os seguintes documentos para provar que exercem sua profissão:

- Bloco de notas da produtora rural.
- Talão do INCRA.
- Contrato de arrendamento.
- Carteira de trabalho.

Elita Santos dos Santos, conhecida como Dona Lilite na região de Amargosa (Bahia), uma mulher de 55 anos, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Elísio Medrado, hoje vereadora e mãe da atual presidente do Sindicato, “que engloba homens e mulheres”, frisa que não dá para fazer trabalho com as mulheres, como estimular horta caseira, cuidado com o corpo e até discutir a relação com o marido, se os problemas relacionados com a posse da terra não são priorizados. Segundo ela, as mulheres enfrentam, na prática, uma série de limitações que não lhes permite ter acesso, em condições de igualdade, aos instrumentos da política agrícola como crédito e assistência técnica. Por outro lado, se não estiver assegurado o direito da mulher à terra, torna-se difícil discutir comercialização e organizar capacitação.

Terra e igualdade de direitos vêm sendo os temas que mais trabalhamos no Sindicato. Ela sofre, primeiro, o problema da exclusão da categoria porque é, como o homem, trabalhadora rural. Se o marido morre e a mulher não tem nenhum documento, então, no Sindicato, nos preocupamos principalmente com o caso da mulher. Cada ano a maioria não tem como valer seus direitos, devido à questão dos documentos. Por exemplo, o documento do INCRA, quem não tem, não tem e não pode reivindicar aposentadoria.

A questão da terra absorve todo o trabalho do Sindicato. Não tem plantação de meia se não tem documento. Este é um problema do Governo, como é a questão do posto de saúde que tem atendimento precário, quando tem. A falta de titulação, certidão da posse

da terra, atinge grande parte dos pequenos proprietários, principalmente as mulheres (Dona Lilite, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Elísio Medrado, Bahia).

Dona Lilite prossegue seu depoimento na tônica sobre a desigualdade no acesso à terra, ao crédito, à capacitação, o que discriminaria as trabalhadoras rurais, acentuando a combinação de fatores como a burocracia dos bancos, jogos políticos na passagem de recursos para os municípios e padrões culturais que dificultam ainda mais para as mulheres o contato com o mundo da política pública. Segue-se comentário de dirigente do MST, na mesma linha, sublinhando que o lugar da mulher nas relações de casal também a prejudicaria no acesso à terra.

O pequeno e o médio agricultor tem crédito e tem acesso a PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), que é o programa do governo de crédito para plantar. Mas o problema é que tudo é dado de vez para produzir e não é bem assim. Cada município é atendido de forma diferente. Alguns recebem em duas vezes, outros em três vezes. Por outro lado, mulher tem medo de apelar ao crédito pelas garantias que tem que dar, pelas exigências do banco. Elas têm medo que eles possam vir a tomar a terra. A mulher avançou, mas ainda há manipulação e medo. Entre os que têm crédito, de cada 2 mulheres há 12 homens. A tecnologia é um outro problema. A terra está acostumada, se diz que salgou a terra. Hoje há um problema de aluvião, de adubo do gado, da falta de água (...). As mulheres não sabem, às vezes, nem a sua idade, são analfabetas, não sabem o direito que têm. (Dona Lilite, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Elísio Medrado, Bahia).

O MST também se refere aos problemas da posse da terra pela mulher e aponta o pouco avanço do Movimento nesse sentido. Apesar da venda do lote ter que ser assinada pelo casal, na verdade “o que o marido decide está decidido”. Segundo Valdirene de Oliveira, dirigente do MST, Mato Grosso do Sul, é preciso avançar para mudar os valores familiares, o que leva um tempo muito grande. “Agora nós estamos tentando passar uma lei no INCRA que não permite a venda de lote. Houve caso que o pessoal vende o lote e a família vai totalmente contrariada, na prática é isso. A mulher acaba assinando”.

As mulheres ligadas à União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIC/Rio Grande do Sul, também indicam que se a terra estiver no nome do marido, a mulher vai precisar provar que ela é produtora, o que seria uma reivindicação recente entre muitas mulheres na área rural .

Hoje o que elas precisam ter para provar que são produtoras, é o talão de notas, o modelo 15, já que o produtor ao vender o produto, registra e emite recibo. Tem que constar, hoje, o nome da esposa, porque senão, a esposa ajuda a produzir e não aparece como produtora. Alguns anos atrás não tinha auxílio maternidade, nem a questão da aposentadoria da mulher aos 55 anos. Desde que a lei entrou em vigor, elas brigam por esses direitos e, hoje, elas batem o pé que precisam ter isso. Mas têm muitas que ainda não têm nem carteira de identidade (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, RS).

Insistem as mulheres na direção da UNAIC que há uma dinâmica que aponta para mudanças. Por exemplo, as mulheres trabalhadoras rurais viriam dando importância à aquisição dos documentos que necessitavam para serem consideradas cidadãs, trabalhadoras rurais com direitos e ressaltam o papel do seu trabalho, do movimento de mulheres, para tal conscientização.

Hoje, praticamente todas estão, têm documentos básicos. O que muitas não tinham é como comprovar que eram trabalhadoras rurais e a gente conseguiu. É um avanço que a gente teve delas realmente trabalharem para que elas tivessem o documento, que elas não davam muita importância. Até hoje, com o auxílio maternidade, poder se aposentar aos 55 anos, elas tiveram que tirar esses documentos. Isso é uma coisa que elas providenciaram. Senão deixam de ter os benefícios que elas têm. E em nível dos movimentos, em nível estadual, nacional, o movimento de mulheres está bastante forte e briga bastante sobre isso. O Governo reconhece que elas têm sua profissão e que elas são trabalhadoras rurais (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, UNAIC, Rio Grande do Sul).

Ligada à terra está também a questão da herança, que aparece como mais uma dimensão vivida por discriminação de gênero. Receber ou não a terra dos pais ou de um parente, que seria parte considerada natural de uma cultura camponesa,

se dá em muitas regiões por discriminações de uma das partes, considerada menos importante na relação, comumente a filha, a esposa, a companheira, indicando a desconstrução dos laços de parentesco, da consangüinidade e dos apegos a normas culturais, amparada por legislação não protetora da mulher, até por sua ambigüidade ou hermetismo, dificultando a implementação de reivindicação.

Nesta região com imigração italiana, a terra, a herança é passada para os filhos homens, as mulheres ou casam com alguém que tenha terra para permanecer ou têm que ir para a cidade. O pai faz como ele quiser, não existe lei, existe uma cultura. Meu pai tem meia colônia de terra para trabalhar, dá para sustentar uma família e a previsão é de que meu irmão mais velho fique lá e quando meus pais morrerem se divide o que sobrou (dirigentes do MMTR do Rio Grande do Sul).

Abramovay et al. (1997), em estudo sobre juventude, agricultura e novos padrões sucessórios indica que a seletividade pelo filho homem quando da transmissão da terra induziria também a emigração das mulheres para as áreas urbanas. Os pais estimulariam mais a saída das filhas mulheres que a dos filhos homens. As mulheres só teriam acesso à terra se não houvesse um irmão homem, ou “quando há terra para todos” (Abramovay et al. 1997, p. 38).

A situação descrita anteriormente quanto a obstáculos que a mulher enfrenta para a posse da terra se associariam a características estruturais da participação feminina no plano do trabalho remunerado, divisões sexuais do trabalho e do poder consideradas “socialmente correta”. Situação semelhante tem sido documentada atingindo mulheres na área rural em outros países da América Latina, desafiando, portanto, os discursos sobre modernização (Zeon e Deere, 1986).

AS MULHERES DA ÁREA RURAL E A PERSPECTIVA SOBRE MEIO AMBIENTE.

Conforme frisam as entrevistadas, em testemunhos antes reproduzidos, os maiores problemas que têm tanto os homens como as mulheres trabalhadores(as) rurais, estão relacionados com a falta da posse da terra, o crédito e a falta de acesso à tecnologia.

As mulheres utilizam e dependem dos recursos, mas sua relação com eles não é natural, nem maior e mais privilegiada que a dos homens. Essa relação está ligada a sua construção cultural na sociedade, o que tem repercussões político-econômicas e é reforçada na economia política, resultando em maior desvantagem para a mulher pobre, inclusive em relação a outras mulheres e, em especial, para a mulher negra pobre.

Os testemunhos que se seguem ilustram como os interesses e as necessidades de homens e mulheres se diferenciam, em que pese as comuns reivindicações, como a luta por terra. As mulheres do MMTR do Rio Grande do Sul engendram o conceito de desenvolvimento sustentável, passando por várias dimensões e ressaltam as dificuldades de materializar tal conceito pela falta de políticas do Governo voltadas à qualidade de vida de homens e mulheres no campo.

As mulheres lidam diretamente com a vaca, com o porco, com a galinha, com a mandioca, com o amendoim, garantindo toda a produção familiar. Os homens dizem "vou te dar um pedacinho para você plantar cebola, batata, a miudeza, as coisinhas que vão garantir a alimentação". Elas são mais sensíveis às questões ambientais porque ficaram fora do pacote tecnológico. Quem recebeu essa capacitação foi o chefe da família e a mulher conservou esse conhecimento de fundo da horta. Enquanto todos estavam dizendo que tinha que colocar soja em todos os lugares, no pomar, na roça, elas diziam que não, e isto está sendo fundamental para a sobrevivência das espécies. São mais persistentes, não desistem da agricultura alternativa. Quando chega um técnico da EMATER ele vai diretamente ao homem, perguntando "onde está o chefe da família", fazendo a discussão em nível técnico. Elas podem começar a influenciar na produção, para ser diferente. Em nível da administração, se tiverem documento, elas poderiam contribuir da mesma forma que os homens deveriam contribuir nas tarefas da casa, provocando mais a discussão sobre o trabalho. Desenvolvimento sustentável é poder trabalhar e melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, é ter crédito, condições mínimas de produzir, ter educação. A própria educação é voltada para que se saia da roça, não tem incentivo para ficar. É ter os direitos mínimos garantidos, aposentadoria, atendimento e articular a questão ambiental, produzir cada vez mais com um custo menor, e trabalhar as questões de gênero que é ter direitos iguais para homens e mulheres, poder dividir tarefas, as crianças criarem o hábito de não ter diferenças entre homens e mulheres.

Nós estamos trabalhando um novo modelo de agricultura, mas sem nenhum subsídio, nem em nível do Governo municipal, nem do estadual. As iniciativas ligadas à ecologia, são iniciativas do povo, o Governo não tem políticas voltadas para este tema, deviam amparar este tipo de iniciativa. A burocracia é muito grande e acaba desincentivando. Nós entendemos o desenvolvimento rural partindo dessas pequenas alternativas, mas este desenvolvimento precisa de recursos e de políticas públicas (Direção do MMTR do Rio Grande do Sul).

O trabalho com ervas medicinais é realizado pelas mulheres da CUT no Paraná e está ligado à preservação da biodiversidade e à visão de não prejudicar o meio ambiente para as gerações futuras. A entrevistada afirma que esse tipo de debate não se dá no meio sindical.

Em todas as regiões há mulheres que produzem e comercializam ervas medicinais e isso é um trabalho bem exclusivo das mulheres. Elas se reúnem e muitas têm as ervas na sua horta e, outras, em quintais coletivos, que produzem vários tipos de plantas para a saúde preventiva, mas com um enfoque também da comercialização em nível do município e principalmente para São Paulo, a maioria vai para laboratório. O potencial é grande e necessitávamos um centro que dê a mesma qualidade para as ervas. Necessitávamos um laboratório para fazer a secagem. Alguns lugares já têm e conseguem comercializar como produtos para alimentação – chás - e há perspectiva de aumentar. Alguns grupos já tinham isso a mais tempo e a discussão foi trazida à comissão de mulheres para uma alternativa para gerar renda e estar resgatando o uso das plantas, como existia no tempo das nossas avós. As próprias mulheres vão repassando as informações que têm, que não fique centralizado (Archer, Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais, CUT, Paraná).

Os problemas relacionados com o uso de agrotóxicos são destacados, alertando-se, contudo, a necessidade de maior trabalho de conscientização sobre seus danos, inclusive entre mulheres. “No sindicato, estamos trabalhando muito os problemas dos agrotóxicos, mas muitas mulheres não se deram conta que os problemas de saúde são conseqüências do uso e contato com os agrotóxicos, na verdura, na água, na fruta, mas elas não se deram conta” (Executiva do Movimento de Mulheres Rurais de Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul).

A falta de esclarecimento sobre os problemas ambientais e a dificuldade de ligar o meio ambiente em suas atividades diárias aparece como uma maneira dos trabalhadores poderem sobreviver “*com ou sem os venenos*”.

Representantes da “União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, UNAIC, Rio Grande do Sul” relatam a falta de informação de alguns agricultores no manejo de alguns produtos que necessitariam algumas precauções. “*As pessoas usam o veneno de chinêlho de dedo, de bermuda, camiseta, muitos fumando, usam, assim, sem proteção nenhuma. Uns usam veneno e tomam banho, mas têm pessoas que não, só lavam as mãos, não têm um cuidado geral nesse sentido. A questão do meio ambiente é uma coisa que não assusta muito*”.

São as quebradeiras que dependem essencialmente dos recursos naturais, que vivem do babaçu, que brigam pelo babaçu, chegando a criar conflito com os homens, na medida em que estes querem derrubar os babaçuais para plantar o “*se eu não derrubar como posso plantar arroz*”. Segundo Mariana Rodrigues dos Santos, da Cooperativa Agro-extrativista e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Maranhão, “*as palmeiras não crescem mais, cortou, é para sempre*”.

O depoimento seguinte, de uma sindicalista quebradeira de coco, mostra o relevante papel das mulheres na defesa do meio ambiente, de sua sobrevivência, das terríveis relações sociais no campo, quando fazendeiros recorrem até ao estupro para intimidar pessoas, porque são trabalhadores e porque são mulheres. É também uma denúncia sobre o descaso do Governo para as necessidades sociais das mulheres quebradeiras de coco no Maranhão.

Nós trabalhamos muito na preservação dos babaçuais, no ambientalismo, claro se a gente utiliza do extrativismo deles, nós somos as maiores preservadoras da natureza e o Governo não prioriza esse trabalho da gente.

Onde os solos são mais fortes é melhor para a gente, onde as palmeiras soltam as folhas, onde os palmeirais são fechados e não são queimados. A questão da seca, se sente. A natureza com mais vida é muito melhor, com isso a gente tem a necessidade de manter nosso solo e isso não é compreendido pelo Governo.

Hoje estamos com um projeto de lei com a participação do movimento que está sendo tramitado no congresso, um projeto que impede a derrubada ilegal dos babaçuais. Nós temos muita derrubada dos fazendeiros para plantar capim, eles põem gado. O IBAMA não funciona e as quebradeiras sofrem muita violência, eles batem nas quebradeiras, tomam o coco, os machados e até tem caso de estupro de quebradeiras (Rosineide Gregório dos Santos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos, Cooperativa dos Extrativistas, Maranhão).

GÊNERO E PODER - ENGENDRAMENTOS DAS TRABALHADORAS RURAIS

Ao longo deste capítulo, vários testemunhos sobre condições de vida das mulheres trabalhadoras rurais apontam as suas dificuldades particulares no acesso à terra e a serviços básicos, como educação e saúde. Surge, ainda, a preocupação com o fato do campo estar se tornando “um asilo de velhos”, ao mesmo tempo que se identifica a atração das jovens por movimentos que teriam apelo de projetos de justiça social, reforma agrária e participação. Ressaltou-se a luta das mulheres organizadas, das líderes, por documentar as mulheres e por se afirmar em suas organizações ou criar outras, buscar, estar em várias frentes, contra múltiplas subordinações, além de indicar cuidados com o meio ambiente, engendrando conceito abrangente sobre desenvolvimento sustentado. São testemunhos que sugerem que para as mulheres na área rural a questão de poder engloba tanto o questionamento de gêneros de poder como simultaneamente a conquista da inclusão em poderes existentes, em particular nas instituições que defendem os direitos dos trabalhadores rurais.

Elas estão como as mulheres organizadas em ONGs e movimentos de base nas áreas urbanas, interessadas em cotas, mas, bem advertem sobre a relatividade dessa, se não dispõem de capacitação, autonomia de comunicação e formação de elementos críticos para não serem manipuladas.

Por exemplo, as quebradeiras de coco do Sindicato no Maranhão como as mulheres da CONTAG, vêem as cotas como uma briga de poder pelo espaço, por mais que as mulheres sejam capazes. Mas para as quebra-

deiras de coco, mesmo quando as mulheres são escolhidas como dirigentes sindicais, muitas vezes, por falta de preparação, são manipuladas e os dirigentes homens dizem o que elas têm que fazer.

Também, o grupo que compõe a Executiva do Movimento de Trabalhadoras Rurais de Getúlio Vargas refere-se às relações de gênero relacionadas aos problemas de poder existentes nas cooperativas e a obrigação de colocar mulheres na diretoria, mesmo que, segundo elas, as mulheres indicadas não estejam preparadas, mas só para constar a sua presença, o que causaria frustração porque quando não capacitadas, não poderiam desempenhar as tarefas previstas e *“se chegam a fazer algo errado são consideradas incompetentes”*.

Registramos neste capítulo tanto pistas para engendramentos mais radicais de mulheres em organizações da classe que vivem do trabalho da terra ou que dela pretendem viver, como tentativas pontuais de resistência e reivindicação de direitos mínimos.

O debate sobre gênero e poder também é ilustrado com ênfase. Contudo, destaca-se, a partir da própria fala, como reformas tão circunstanciadas podem potencializar, além de disputas de espaço, questionamento sobre poder, espaço e a *“estrutura da organização”*.

Como indica a entrevistada Rocicleide Silva, da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas, o fato de se vir a incluir o sistema de cotas para ter mulheres na direção de sua organização, *“vai mexer com tudo”*. Há, portanto, várias leituras sobre ganhos de direitos pontuais, na dependência de processos, em grande parte apenas se iniciando, além de colocar gênero no poder, ou melhor, algumas mulheres em posições de poder. Reflete-se sobre a possibilidade de mudanças culturais, políticas e econômicas contra as situações objetivas de discriminação e subordinação das mulheres trabalhadoras rurais.

O difícil é convencer os homens a apoiarem as mulheres, que vão mexer no poder deles, e eles têm a clareza suficiente que é uma questão de poder, mas o processo das mulheres é irreversível. Está dado que no 7º Congresso vai ter mulher nas Executivas, porque

no 6º, quando se anunciou uma chapa que não tinha mulher, todas as mulheres, de todas as correntes e de todos os lugares voaram na mesa. E fizeram um movimento para que não votassem naquela chapa. Têm várias discussões casadas com isso. E a proposta deles é criar uma Secretaria Executiva da Mulher. E aí não resolve. Sobre a questão de cotas não existe consenso na Executiva da CONTAG, que é toda composta por homem. Uma boa parte é contra a cota, creio que até porque hoje não tem um processo interno de diálogo melhor, por desconhecimento, ou por ser contra mesmo, por entender que é disputa de espaço, e espaço se disputa, e vamos para a disputa.

Neste capítulo, orientamo-nos por registros de pistas sobre engendramentos de poderes, de significados ainda pouco legíveis, muitas dessas pistas para a melhoria das condições de vida das mulheres trabalhadoras rurais, mas que indicam claramente que um processo por um feminismo muito próprio, das bases, combinando direitos sociais universais e respeito a diferenças, individualidade no gênero está em marcha acelerada, nem é algo que se deu de repente, não mais que de repente, nem que necessariamente o sertão virou mar, ainda que se reconheça que contatos com o movimento feminista de corte urbano, assim como as idéias de uma Igreja progressista têm papel de relevância na forma peculiar das mulheres rurais organizadas combinarem classe e gênero, apelo por justiça social, preocupações com o meio ambiente e consigo, como pessoas, como mulheres.

Capítulo 3

ESTUDOS DE CASO NA BAHIA

ANÁLISES TESTEMUNHAIS

Apresentamos uma classificação das organizações entrevistadas tanto pelo tipo de unidade quanto pela principal referência de suas atividades. A classificação se compõe de conceitos arbitrários para distinção das organizações por tipo de estrutura, em especial, da forma de trabalho de sua diretoria, se voluntária ou não, e sua base de ação, se local ou não delimitada, e público-alvo.

Quanto ao tipo de unidade classificamos as organizações em: ONGs (organizações não-governamentais), ou seja, aquelas que desenvolvem trabalhos de advocacia e de serviço, sem fins lucrativos, cujos recursos financeiros arrecadados se destinam à manutenção dos profissionais e funcionários envolvidos em projetos da entidade e para o desenvolvimento de seus projetos. Contam com financiamento de agências nacionais e internacionais, comumente de duração contratual e cujas relações com os órgãos governamentais, quando há, não são perenes ou fontes exclusivas de manutenção da ONG. Desenvolvem projetos que poderiam ou deveriam estar sendo exercidos pelo Estado, se em orientação de bem estar da população.

Para esse trabalho, arbitrariamente selecionamos duas ONGs que de comum têm o fato de trabalharem no campo da população, com adolescentes, no plano da mixidade, ou seja, com jovens do sexo feminino e do sexo masculino de setor popular e enfatizarem o resgate de identidade, de dignidade, de auto-estima, via combinação entre cultura, arte, ética, estética

e educação. São de portes diferentes quanto a pessoal, número de projetos, tamanho de população atendida e recursos disponíveis. Nesta categoria estão os projetos AXÉ e CRIA. Também, no plano de ONG está o projeto REFLORAR, relacionado ao GAMBÁ, voltado ao meio ambiente.

Não classificadas como ONGs, mas, de fato, mais do tipo ONG, estão entidades relacionadas com a Universidade Federal da Bahia. Duas dessas têm em comum o fato de que as pessoas profissionais são do quadro da UFBA (MUSA e GEM - voltadas para mulheres), enquanto seus projetos comumente recebem subsídios de outras agências; outras três têm o abrigo institucional da UFBA, mas manejam orçamento próprio inclusive para o pessoal da organização. Nesta categoria estão o Projeto Profissionalização para a Cidadania e o Centro de Educação Ambiental Parque São Bartolomeu.

O conceito de movimento social poderia se aplicar a todas as organizações entrevistadas, já que se relacionam com fins de direitos humanos e se sustentam na relação com setores populares, mas para fins deste trabalho, reservamos esse conceito apenas para três entidades. Todas se sustentam basicamente com trabalho voluntário, defendem grupos na exclusão, constituindo-se em seu principal norte. Sua dinâmica e vida se apóiam na mobilização e interação simétrica com seu público-alvo; elas são o seu público.

Por outro lado, atravessam o conceito de classe, ainda que majoritária e seus constituintes se concentram em uma determinada classe. Têm base territorial ampla, inclusive duas delas são de caráter nacional (ANAI, de defesa dos indígenas e a UNEGRO, relacionada aos negros). O GLB, voltado ao direito das lésbicas é recente, pequeno, tamanho inverso dos preconceitos que sofrem as lésbicas no país. Além dos movimentos sociais de corte de direitos étnico-raciais e das lésbicas, inclui-se, entre as analisadas, uma organização de classe em que 90% de seus membros são mulheres negras e pobres, o SINDOMÉSTICO e no plano de ação comunitária, as escolas comunitárias relacionadas ao CECUP. O terceiro tipo de movimentos sociais são os das associações de moradores de bairros periféricos e do Município de Amargosa.

Na escolha dessas entidades seguimos o conhecimento da área, a facilidade de contatos pelo mútuo conhecimento e a legitimidade de muitas dessas organizações entre os ativistas. Contudo, frisamos que a amostra é arbitrária e não necessariamente representativa do universo de organizações de cada tipo e público-alvo. Muitas organizações importantes não foram acessadas por limitações de tempo e recursos. Por exemplo, de acordo com relação fornecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, até fevereiro de 1996, constavam relacionadas 21 entidades com trabalhos com mulheres. Dessas, entrevistamos apenas 9; no Movimento Negro são amplamente conhecidas 4 entidades e apenas entrevistamos 1.

Recorremos a um amplo questionário/roteiro de entrevistas cobrindo as seguintes dimensões: perfil da instituição (composição do pessoal da organização, segundo sexo/gênero e idade/geração; identificação de projetos ligados à população e a programas de desenvolvimento sustentável; características de sua clientela; atividades na área de capacitação, comunicação e informação: recursos disponíveis; necessidades (obstáculos no plano da economia política e da cultura); gênero e população (os jovens; as mulheres; trabalho específico com mulheres e/ou enfoque de gênero; metodologia do tipo de trabalho com as mulheres e/ou com enfoque de gênero e programas relacionados à população); gênero e comunidade: gênero e meio ambiente; gênero e poder (concepção sobre gênero e poder; obstáculos político-econômico-culturais para que as mulheres tenham socialmente poder; avaliação sobre a situação da mulher negra e os obstáculos que socialmente enfrentam e o papel da cultura como motor de poder e de obstáculo para as mulheres).

ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

Muda-se, neste capítulo, a estratégia de trabalho baseada em testemunhos, ou seja, a de privilegiar a documentação de práticas de distintas organizações em seu processo de dar poder às mulheres e questionar poderes,

por entrevistas com lideranças, considerando casos em áreas rurais de diversos estados. Aqui passamos a focar organizações variadas em que as mulheres têm papel de destaque como gestoras ou beneficiárias e/ou que, direta ou indiretamente, trabalham com ou para (pesquisas, por exemplo) setores populares da população da Bahia, ou melhor, em algumas áreas do Recôncavo Baiano, em especial na cidade de Salvador. Deve-se considerar entre essas, várias que se estruturam pela “mixidade”, com programas para mulheres e homens, sendo que grande parte deles da raça/etnia negra e que se interessam cada vez mais por adotar perspectivas de gênero, ou focar diferenças entre homens e mulheres, uma vez que tais diferenças se mesclam às suas relações sociais, quer no espaço público, quer no privado, interferindo, inclusive, na modelagem dos programas das organizações.

No mapeamento de experiências de organizações relacionadas ao movimento popular e/ou orientadas para dar poder às mulheres, baseando-se em testemunhos colhidos em entrevistas, neste capítulo interessa-nos registrar a diversidade de organizações em que estão tendo ativa participação das mulheres como gestoras e beneficiárias, levando em conta algumas dimensões relevantes para o debate sobre poder às mulheres no gênero, considerando atividades relacionadas à população, meio ambiente e desenvolvimento comunitário.

Por que a Bahia, por que Salvador e por que áreas no Recôncavo?

Sendo área de mais antiga colonização e com grande concentração dos descendentes da diáspora africana, negros chegados como escravos quando do Brasil Colônia, na Bahia culturas diversas se mesclam, colorindo as relações de classe, inclusive por perversidades sociais que se reproduzem na história. A situação do negro e da negra na Bahia sugere uma combinação de desigualdades, que não se expressam somente no plano de indicadores formais, pelos quais os povos da raça negra se destacam como indivíduos com as mais baixas taxas de posição, mas nas relações sociais de trabalho e na cotidianidade da vida, em especial dos pobres, que, no dia-a-dia, enfrentam uma cultura do “sabe com quem está falando” e formas variadas de um “racismo cordial” ou de aparência cordial.

Por outro lado, em nenhuma outra parte do Brasil se concentram tantas experiências criativas de afirmação cultural da raça negra, resgatando cosmovisões, ritmos e performáticas que, mais do que planos na religião e no lazer, ressignificam o lugar da raça como linguagem de afirmação e dignidade. Alguns blocos afro como também nações/terreiros do candomblé e dos “pais e mães de santo” são comunidades que investem em outra educação, dando visibilidade às origens africanas e ao valor do negro, da negra na construção da história do Brasil, cultivam padrões de solidariedade e vida comunitária que questionam a racionalidade iluminista. Por outro lado e por outras fontes, historiadores alertam para rebeliões, insubordinações antigas que ocorreram na Bahia, lugar onde o segundo grito de independência foi dado no Brasil, como registra o seu hino:

“Nasce o sol em dois de julho, brilha mais e brilha mais que o primeiro”.

Será? E será que brilha, que vai brilhar também para o caso das mulheres negras?

Com cerca de 80% da população negra, Salvador é considerada a cidade de maior concentração do povo negro, fora da África, contudo, estima-se que mais de 60% dos negros vivam em Salvador com menos de dois salários mínimos por mês e que, entre estes, uma alta proporção seja de mulheres chefes de família, quase 40% em 1990.

Vem se gestando na Bahia, em Salvador, um movimento negro crescente, que se materializa em vários tipos de organizações que diferem entre si quanto a projetos e práticas, sofre revezes por necessidades econômicas primárias e outras, mas se afirma na cultura, nas denúncias e em experiências singulares, como, por exemplo, as que aqui transcrevemos, das mulheres da UNEGRO.

Também o movimento das mulheres é fragmentado, compõe-se de organizações bastante díspares quanto a recursos e até em definições do que seria feminismo, o que é bom e é sofrido, mas que recusa rótulos, indicando que há vários movimentos no movimento do feminismo e que

aquele que chega pelas mulheres de setores populares, das associações de moradores, das mulheres negras, inaugura uma terceira onda em que, além das polêmicas sobre geral e específico, sobre objetivo e subjetivo, necessidades de sobrevivência econômica e mudanças culturais, afirmação de individualidades, de diferenças, há possibilidades criativas de combinação de perspectivas, já que são múltiplas as necessidades e muito mais os desejos.

Por outro lado, mulheres negras e pobres viriam também ilustrando exercícios de combinações além de essencialismos. Em outubro de 1997, em Salvador, teve lugar o X Encontro Feminista Nacional que trouxe algo novo, o de ser preparado por representantes de entidades do Fórum de Mulheres de Salvador, a maioria jovens relacionadas a entidades do movimento negro, a sindicatos, a associações de moradores. O lema foi “Diversidade no país da exclusão”. Mulheres jovens de periferia e setores populares e mulheres negras predominaram no encontro.

As trabalhadoras domésticas, um dos grupos ocupacionais que se caracteriza por baixos salários e relações sociais pautadas pela informalidade, em que pese as conquistas do grêmio na Constituição de 1988, são majoritariamente mulheres negras e contam, as organizadas, casos de relações sociais no trabalho e de vitimizações na sociedade, em que racismo, sexismo e autoritarismo de classe se mesclam de forma a sugerir um quadro de exploração próprio do período colonial, mas que se sustentam por uma formação de classe que alimenta exclusões.

Por outro lado, impressiona o seu grau de organização em Salvador e o processo de conquista de uma identidade estimulada por articulação, participação no Movimento Negro, relação com as lutas e campanhas de setores populares e participação no movimento de mulheres. O processo de crescimento quanto à visibilidade social do Sindicato de Trabalhadores Domésticos indica como a conquista do poder questiona outros poderes tomando várias formas.

Também com interesse pelo meio ambiente e como as mulheres lidam com o desenvolvimento comunitário, vale olhar Salvador, onde cerca de 80% da área é constituída de encostas, 70% de sua área urbana é ocupada

de forma irregular, sendo ponto de atração, nas comunidades pobres, a chamada “Agenda Marrom” de meio ambiente (FNUAP, 1997). De fato, no cotidiano tais comunidades enfrentam problemas com lixo, saneamento, esgotos que correm a céu aberto e com a água, seja por falta ou por má qualidade. No Subúrbio Ferroviário na cidade de Salvador, 36 bairros e invasões ao longo da Avenida Suburbana “*têm sua urbanização restrita apenas às principais vias de acesso*” (Serpa, documento da AMPLA).

Em Salvador vem se implantando um projeto governamental para saneamento ambiental, o Bahia Azul e grupos de base como a AMPLA (Associação de Moradores de Plataforma) que criticam e analisam seus efeitos para as áreas em que estão e as mulheres o discutem. Também voltadas para o meio ambiente estão as entidades de defesa do Parque São Bartolomeu, grande área de reserva natural e lugar sagrado para os povos do candomblé. Em todas essas entidades as mulheres se destacam.

Mais que um cenário pautado pela homogeneidade, seleciona-se a Bahia tanto pela heterogeneidade de organizações que aí estão, quanto por suas potencialidades de conhecimentos e práticas que articulam distintas identidades, por gênero, raça, opção sexual e geração na classe. Interessa também registrar como várias organizações em Salvador recorrem à cultura, à música, à expressão performática como linguagem alternativa, no engendramento de poderes às populações com que trabalham, como linguagem de questionamento de estereótipos e de poderes. Foi com essa perspectiva que selecionamos as organizações que compõem este estudo de caso, privilegiando algumas que trabalham com adolescentes e recorrendo à cultura da educação para cidadania e profissionalização, buscando integrar o trabalho de ONGs com aquele da rede oficial e trabalhar conhecimento instrumental com investimento no resgate da auto-estima e dignidade de pessoas em situação de exclusão.

Não se esgota o universo de organizações do movimento de mulheres e muito menos de outros movimentos na cidade de Salvador e no Recôncavo Baiano. Ao contrário, há muitas outras organizações relacionadas aos distintos movimentos, como se frisa no capítulo sobre a metodologia do

trabalho (Capítulo 2), e o que interessa, repete-se, são casos para ilustrar a diversidade e a alteridade, considerando, não somente entre os pobres ou em programas, com um olhar para grupos em exclusão de direitos e bens, as mulheres, mas mulheres na raça e na geração, uma vez que algumas das organizações selecionadas têm como público-alvo os/as adolescentes.

GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO NA CLASSE

Instituições Voltadas para a População Adolescente ONGS e TIPO ONGs

- **CENTRO PROJETO AXÉ DE DEFESA E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.**

Perfil Institucional, Processo e Projetos

A palavra “AXÉ”, no candomblé da Bahia significa o princípio, a força, a energia que permite que todas as coisas do mundo tenham um vir a ser, um transformar-se e um futuro. Assim inicia Césare La Rocca, em entrevista dada, resumindo princípio, filosofia, busca de enraizamento na Bahia, sua ancestralidade afro, no desenvolvimento em crianças e jovens até 19 anos, que vivem pelas ruas, marginalizados socialmente, um sentido de pertencer, de comunidade (a comunidade dos meninos e meninas), de auto-estima e gosto pela educação, combinada com arte e atividades culturais, ou seja, o moto que destaca a ONG que coordena o AXÉ, como é conhecido o Centro Projeto AXÉ de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente. AXÉ, energia que lhe singulariza no ambiente das ONGs.

Em Salvador, nenhuma outra, e no Brasil, muito poucas, têm tal sofisticação de estrutura, história em ascendência e sucesso, no plano de reconhecimento internacional, tendo recebido prêmio da UNICEF pelo valor e qualidade de seu trabalho relacionado à proteção dos direitos de cidadania e preparação de crianças e adolescentes em situação de risco, em

especial, os chamados “meninos de rua”. Hoje, o AXÉ desenvolve projetos que buscam auto-sustentação, mas sem sacrificar o objetivo básico de educação para cidadania e desenvolve programas relacionados com a rede pública de educação, tendo, portanto, a potencialidade de influenciar parâmetros e práticas dessa e assim institucionalizar progressivamente novos parâmetros e práticas.

Nenhuma outra ONG, em Salvador, conta com uma rede de contatos e financiamento como o AXÉ. Relaciona-se, na equação de seus programas, com órgãos do governo, nos três níveis e com organizações internacionais como: UNICEF, OIT, BID, UNIÃO EUROPÉIA, DIAKONIA, CESE-COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS, USAID/COMPANHEIROS DAS AMÉRICAS e organizações privadas/ONGs, de cooperação nacional, CREDICARD, ABRASEL (Associação Brasileira de Empresários de Hotelaria), Instituto Ayrton Senna e CEDECA.

O AXÉ foi fundado em 1990, iniciando suas atividades como projeto vinculado ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, contando com apoio da Terra Nueva, ONG italiana, de cooperação internacional. Em 1991, constituiu-se como pessoa jurídica autônoma. O AXÉ tem vários projetos específicos, variando a composição por sexo dos meninos e meninas. Por exemplo, no projeto Moda AXÉ as meninas e jovens mulheres estão crescendo em participação; já em um outro projeto, diretamente relacionado com meio ambiente, o Oficina de Reciclagem de Papel, predominariam os meninos e jovens homens, o que indica a reprodução social dos estereótipos quanto a áreas de homens e de mulheres. Esclarece-se que os meninos e meninas são encaminhados para os projetos com que mais se identifiquem.

A Adolescente Mulher e a Perspectiva de Gênero nas Atividades do AXÉ

Reconhece Marli Oliveira (da equipe de coordenação do AXÉ) que ainda se busca como trabalhar, como ser um educador de rua, em contato direto com

os meninos e meninas com até 18 anos. Os educadores de rua viriam chamando a atenção há muito e têm como particularidade o público feminino, problema que não estaria bem equacionado em programas que não atentariam para tais singularidades. Ela também observa que viria aumentando tanto a visibilidade de adolescentes nas ruas, em situação de risco, como das que se aproximam, que querem participar do AXÉ, porém, também sublinha que, com a maior probabilidade, as adolescentes não persistem, pois o projeto deve competir com a prostituição, na qual muitas estão engajadas, oferecendo uma renda maior do que poderia oportunizar o AXÉ. Vem se iniciando trabalho exploratório e de aproximação com meninas e jovens envolvidas no comércio da prostituição, visando, no futuro, um projeto específico.

Gênero e a singularidade da menina e da jovem pobre vêm gradativamente se afirmando como dimensão e população a merecer cuidado modelado para si, e, em muitos programas do Projeto, como o da Moda AXÉ, a população de meninas e adolescentes mulheres se destaca quantitativamente. Em outros, como no de Oficina de Reciclagem de Papel, voltado à produção, destaca-se o número de meninos e jovens homens (Oliveira, AXÉ).

Na Moda AXÉ, um dos vários projetos da ONG, o número de meninas e jovens beneficiárias supera a de meninos e adolescentes homens. As mulheres também participam ativamente como estilistas, costureiras, educadoras e supervisoras dos projetos Moda AXÉ e Stampa AXÉ que se desenvolvem em prédio do Centro Histórico de Salvador, a Unidade do Pelô, projetos estes que são descritos a seguir, por depoimentos entusiasmados do Gerente da Unidade do Pelô, em Salvador, Augusto Perrone, estilista italiano, ligado a famosas casas de moda na Europa, no AXÉ há 5 anos, juntamente com outro estilista italiano, também famoso na Europa, Nicholas Cirvine (Gerente Adjunto da Unidade do Pelô, em 1997). Ambos vieram a convite de La Rocca para colaborar na implantação da Moda AXÉ e ficaram até hoje, entusiasmados com a perspectiva social e criativa do projeto e a possibilidade de imprimir inovações ao trabalho, entusiasmo que se tenta registrar, a seguir, transcrevendo partes de seu depoimento sobre a Unidade do Pelô, tendo em vista o que mais interessaria para mapear: as marcas de perspectiva de gênero que têm o projeto.

Destaca-se a singular marca de gênero das atividades da Unidade do Pelô: o reconhecimento de que a realidade da menina, da jovem na rua é diferente da do menino, do jovem, pedindo cuidado singular, como a recorrência a uma re ou desconstrução de repressão da sexualidade, ou sua recorrência manipulativa como formas de sobrevivência na rua; o trabalho sobre a figura materna e a ausência da figura paterna na vida desses meninos e meninas; a reprodução de estereótipos, uma vez que os meninos e jovens homens, com a maior probabilidade, lidam com as máquinas industriais de costura e estamperia e as meninas e jovens, com as de costura do tipo domiciliar; chamar a atenção que na interface geração e gênero um complicador se apresenta para a questão de dar poder às mulheres, qual seja, o lidar com a família, encrustrada em valores tradicionais, reforçados por sua situação de miserabilidade; usar a moda e o corpo no plano da criatividade artística.

Além da produção de modelos para desfiles pois antes o que eram corpos em andrajos, o que eram para pessoas que andam sujas, em farrapos e repelidas socialmente, também, por sua aparência, hoje, já tem significados básicos para o resgate da auto-estima e individuação, os/as jovens se integram em pesquisas sobre temas das confecções por processos educativos participativos, são também criadores de moda, trabalhando subjetividades, contribuindo, portanto, para dar poder a homens, mulheres e jovens. Isto colabora, mas, não necessariamente, dá poder às mulheres.

A seguir, texto construído a partir de depoimento de Perrone, em resposta a tal questionamento e no qual destacamos *corpus* que, a nosso juízo, estaria orientado a gênero, com repercussões prováveis, não empiricamente pesquisadas, por poder à mulher no gênero, ressaltando-se que, no caso, a mulher é uma menina ou jovem negra na mais extrema pobreza, que vem e que vive em situação de risco e sujeita a múltiplas violências, o que mais complica a equação gênero e poder.

Começamos com alguns meninos, a procura é grande, passamos de 26, em 1992, a 40 meninos e meninas, que estão entre 13 a 19 anos, sendo que a maioria, hoje, está entre 15 a 17 anos. Os desfiles se tornaram um acontecimento tanto para os meninos e meninas, quanto na vida da cidade, sendo noticiado nacionalmente, prestigiado por

artistas e personalidades de destaque público. Nos dois últimos anos foram 150 meninos e meninas, ou melhor, adolescentes, que desfilarão, sendo 60% mulheres e entre essas, cerca de 30% têm entre 17 a 20 anos. Na Moda Axé (confecção) e na Stampa Axé (tecidos), ou seja na Unidade do Pelô estão também, como membro da equipe que trabalha com os meninos e meninas (para nós são meninos e meninas, mesmo os adolescentes) 82 educadores, sendo que a maioria tem 20 anos, metade são do sexo masculino e metade do sexo feminino. As mulheres são gestoras do Projeto.

A preocupação orientadora da organização da Moda AXÉ é que faltavam mulheres no AXÉ e é necessário o equilíbrio. Defendemos a noção de equilíbrio entre homens e mulheres, sol e lua. Não ter mais mulber, não ter menos homem, mas ter equilíbrio. Começamos a cuidar da seleção, cuidado em ter mais mulheres, meninas, adolescentes mulheres, mas com cuidado porque para as meninas e os meninos de rua não existe a figura paterna. O referente, tanto do menino quanto da menina de rua, nossa principal população, é feminino, quando há que ter o equilíbrio (Perrone, AXÉ).

Na Moda AXÉ recorre-se à participação dos meninos e meninas em todas as atividades que resultam na produção da moda apresentada em desfiles de repercussão nacional. Os relatos de La Rocca e Perrone que se seguem, evidenciam como gênero pode vir a ser reconstruído por atividades em que os meninos e meninas, mais que assistidos, passam a ser tratados como sujeitos, respeitadas as diferenças e investindo-se, ao mesmo tempo, na educação, na auto-estima e em alternativas de geração de renda.

Eles, elas chegam masculinizados, a menina quer esconder que é feminina, que é mulher, isto a protege na rua. Não sabem os meninos qual o espaço, o direito à diferença das meninas, elas sabem o dele, mas não o delas.

O problema é o contato que têm em casa, aprendem a ser outras pessoas aqui e voltam para um convívio que não muda. Essa é uma frustração. O AXÉ tem que lutar para mudar meios e outros [atores, atrizes] que não são apenas os meninos e as meninas. Como mudar o mundo externo, como lidar com a questão da família? Na Moda AXÉ começamos a convidar os pais. Os meninos cresceram, mas não os pais e as mães. Há um problema de geração, das relações pais e filhos. Convidamos as famílias para as atividades do projeto, para estarem nos desfiles, verem o sucesso de seus filhos. Isto ajuda. Os pais e mães passam a respeitar mais os filhos e filhas, vistos agora como

profissionais, como pessoas que geram renda, e que estão mudando e que querem construir algo (Perrone, AXÉ).

Há também a questão das políticas públicas (em relação à mulher) sendo importante discutir mais o conteúdo dos currículos escolares e, nesses, se tomar cuidado como se representa a mulher, a mãe e o meio familiar. No caso da ação do poder público tem-se, por exemplo, o não cumprimento da responsabilidade da paternidade, temos que discutir mais isso com os meninos e rapazes no Projeto. Outro problema é que se ensina o menino e a menina a valorizar a educação, a melhorar na e a escola, a cobrar mais, a querer aula, a cobrar dos professores. Chegavam sem saber falar. Mas depois continua o problema com relação à escola. É critério que todos os meninos e meninas estejam matriculados em uma escola da rede oficial, ajudando o Projeto na matrícula. Passam a reclamar da escola, têm mais condições, aprende-se a ser cidadão, investe-se na cidadania, no respeito, no direito a ser cidadão e cidadã. Mas este exercício até cria problema para eles e para elas, pois encontram uma escola atrasada que muitas vezes não tolera nem as críticas dos alunos e das alunas.

As mulheres não são apenas vítimas, muitas delas são brigonas, mandonas e manipulam com os homens a questão da paternidade. Investimos em educação sexual, sobre a gravidez precoce, na unidade de saúde do Projeto AXÉ. As meninas manipulam os meninos com a maternidade. Gravidez precoce é tratada também como educação cívica. A questão do uso da camisinha não é informação, tem poder, tem cultura no fato dos meninos não quererem usar. O projeto de geração de renda se preocupa em investir na questão da produtividade, auto-sustentação, como outra fonte de poder, de auto-estima e dignidade para os meninos e meninas, inclusive para que na própria família sejam mais respeitados e não se apoiem tanto em machismos para se sentir importantes (Perrone, AXÉ).

● CRIA - CENTRO DE REFERÊNCIA INTEGRAL DE ADOLESCENTE

O CRIA é uma ONG de pequeno porte, fundada em 1994, também voltada para um público adolescente misto, de setores populares, que recorre ao teatro e às artes em geral para, por meio da participação criativa, levar temas

sobre cidadania e autocrescimento. A coordenação é composta por 4 mulheres (coordenação geral, artística, de montagem de peças e de administração pedagógica), que estão na faixa dos 35 anos em média e a maioria com curso universitário ou de especialização. A coordenadora Maria Eugenia Millet é psicóloga, com formação em arte e teatro e autora de peças teatrais, além de professora universitária da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia.

O CRIA forma e trabalha com uma equipe de apoio e com outra de jovens atores. A equipe de apoio se divide em: 1) pessoal da vertente pedagógica, 6 a 12 jovens (menos de 20 anos, sendo 50% mulheres) treinados para monitores, que são selecionados anualmente; 2) assistentes artísticos – em número de 3, sendo 2 homens e 1 mulher, entre 19 a 23 anos de idade. E na de jovens atores estão 2 grupos: 1) Tribo da Terra, composto por 16 adolescentes, a maioria mulheres e 2) Iapuram – com 11 adolescentes, em que também predominam as mulheres.

A maioria são adolescentes de bairros de periferia, pobres, da raça negra, ou de escola pública de igual caracterização. Alguns dos jovens que procuram a ONG para inscrever-se em suas atividades são de classe média, brancos e de escolas particulares. O CRIA tem também alunos que são encaminhados pelo Projeto AXÉ (adolescentes de rua ou de famílias pobres). O CRIA conta também com 13 profissionais na área de educação e de saúde, sendo que 12 são mulheres, desenvolvendo as mesmas atividades de capacitação. Todo o pessoal da equipe de coordenação e profissionais trabalham como contratados.

Maria Eugenia Viveiros Millet, a coordenadora geral, também é uma entusiasta que contagia e prende o interlocutor quando se refere aos jovens, à sua criatividade, à importância da arte na vida deles e delas. Com os jovens cria peças sobre sua cotidianidade, que serão também por esses encenadas. Relações de gênero é o tema privilegiado nas ações pedagógicas e de lazer cultural. Ela assim se refere à proposta do CRIA:

O CRIA é uma ONG que tem como objetivo geral abrir espaços de escuta para as questões emergentes dos jovens, estimulando sua participação ativa (...) recorre a programas artísticos-pedagógicos, onde adolescentes e educadores tornam-se multiplicadores de suas próprias experiências educativas. Os projetos desenvolvidos pelo

CRLA enfocam temas sociais emergentes e de interesse dos adolescentes, como educação, sexualidade, etnia, violência, relações de gênero, cidadania (...) As atividades do CRLA referem-se também ao programa de formação de grupos de teatro de adolescentes e a produção de materiais educativos, montagem de peças educativas, elaboração de livros, cartilhas etc.

Uma peculiaridade do CRIA é trabalhar junto com as escolas municipais e centros de saúde, desenvolvendo o Projeto Educação – Um Exercício de Cidadania. A parceria se dá com a Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Odebrecht, com a cooperação da Fundação MacArthur e apoio da Universidade Federal da Bahia e Fundação Cultural do Estado. Esse Projeto, desenvolvido desde 1994, tem como objetivo implantar programas de educação para a cidadania nas escolas e centros de saúde do município.

Por intermédio do teatro e de ações educativas com educadores e/ou adolescentes e integrando projetos às instituições de Salvador, intenta-se efeitos a mais longo prazo, uma vez que se investe na institucionalização de projetos, que, no modelo vigente de ONGs, comumente ficam restritos no tempo e no espaço, as soluções de continuidade.

Em 1997, atendeu-se mais de 500 jovens em escolas públicas, sendo que entre estes as mulheres são maioria ou altamente representadas. Contudo, a perspectiva de relação ONG-escolas postos de saúde do Governo Municipal é também ameaçada pela tradição político-partidária do Brasil de “terra arrasada” por competições políticas, ou seja, de não se assumir projetos gestados em administrações anteriores. A cada mudança de governo, a ONG se fragiliza, temerosa de que não haverá continuidade no trabalho, o que, em última, análise prejudica muito mais os e as jovens em particular, considerando que o CRIA trabalha com *argila difícil de lenta infiltração*, ou seja, por questionamento de estereótipos culturais, trabalho de contra cultura que exige longo prazo, como o do resgate de identidades.

Nas escolas trabalha-se com professoras jovens, de curso primário, a maioria é negra, mas não se assume como tal, e este é um dos temas do trabalho de auto-estima e resgate de etnicidade (Millet, CRIA).

Metodologia de Trabalho, Mulheres e Gênero

O trabalho do CRIA não é específico para mulheres, mas a maioria dos adolescente que atendem às atividades de capacitação são mulheres. Usa-se o teatro, a dança e peças para mobilização. Os temas comumente enfocados nas peças de teatro atraem muito as mulheres jovens.

São temas visando educação para cidadania, sexualidade, amor, etnia, auto-estima, expressividade, dando ênfase a relações de gênero, como, por exemplo, as que permeiam as relações professoras e alunos.

Além das atividades diretas, desenvolvem pesquisas com o público-alvo, para melhor modelar as peças de teatro, que são elaboradas em conjunto com os/as adolescentes. *“Com as apresentações da peça ‘Quem descobriu o amor?’ para adolescentes e suas famílias, profissionais e diversas entidades que trabalham com adolescentes, foram mobilizadas cerca de 3.400 pessoas para a temática do Projeto”* (Millet, 1996).

Alguns obstáculos ao trabalho do CRIA, além dos de ordem econômica e financeira e a garantia de poder planejar trabalhos a longo prazo, têm marca clara de gênero, como o fato da ambigüidade e os conflitos que coordenadoras e mesmo as jovens têm entre família e trabalho.

Millet também se refere a dúvidas de caráter ético-existencial, por exemplo, identificar qual o papel como educadora junto a adolescentes pobres que ficariam relacionadas com a ONG por um período relativo de suas vidas, tendo que depois enfrentar dificuldades objetivas relacionadas com sua condição de pobres. Como trabalhar autoconhecimento, associando o ser mulher ao ser cidadã? Millet continua registrando problemas ao lidar com os estereótipos, preconceitos e interdições pessoais dos professores da rede pública.

Se o trabalho da ONG estimula a criatividade, uma vez que deve ser atraente para conseguir a adesão dos jovens e das entidades contratantes, como as secretarias de Governo, e se dá margem a muita alegria, como afirma Millet, por se sentir construindo junto, com os/as jovens, resgatando, por exemplo, valores artísticos, por outro lado, muitas vezes é abatido

por frustrações, pela impotência de monitorizar intervenções a longo prazo ou mais amplos quanto ao público-alvo.

Por outro lado, os jovens atores comumente têm que priorizar atividades de sobrevivência, deixando de lado o seu engajamento nas atividades artísticas da ONG, tornando-se inclusive “*peças tristes, pois tal opção não se alinha a seus desejos*”.

Poder às Mulheres

Uma avaliação sobre o impacto potencial do(s) projeto(s) do CRIA na vida de jovens, homens e mulheres que, de alguma forma, estão envolvidos com a entidade, caracterizariam o projeto como bem sucedido, em particular no sentido de desenvolver criatividade, sentido de auto-estima, tolerância e reconhecimento da alteridade. Com homens e mulheres jovens, questiona-se estereótipos sobre sexualidade, sexismos e estimula-se um pensamento crítico cidadão, ou seja, no sentido de reivindicação de direitos. Note-se que se registra também ganhos no plano da identidade étnico/racial, estimulando-se jovens negros e negras a se engajarem em atividade artísticas, cursos, antes tidos como apropriados só a pessoas brancas. Segundo Millet:

No princípio das atividades, elas seriam alvo de brincadeiras (principalmente se jovens negras). Elas então se recolhem, mas logo soltam o corpo e a voz. Com o tempo estão participando nas peças, na dança, por relações mais simétricas, não se destacando mais os homens. No início, as mulheres jovens são mais contidas, mas em pouco tempo, pelo trabalho aqui, se afirmam, discutem abertamente sobre sexualidade, namoro, Aids, saúde. O problema maior é que ajudam a família tanto com um emprego, como em casa cuidando de irmão, da casa, então estão, em tese, mais cansadas. Mas isto é relativo.

Outro efeito positivo é a conscientização de direitos. Os adolescentes depois de alguma frequência às atividades do CRIA passam a ter mais conflitos com a escola, porque desenvolvem a capacidade e o direito de questionar hierarquias, autoritarismo e “mesmice”. Passam a ser mais exigentes, a reconhecer que têm direito de ter uma

melhor educação, com professores que não faltem às aulas, sejam pontuais e atualizados. Como o CRIA trabalha com os adolescentes a crítica aos currículos para propostas alternativas, indiretamente cria-se um grupo de pressão.

[Note-se que na mesma linha de crítica à educação oficial, são pronunciamentos, antes registrados, de integrantes do Projeto AXÉ.] Os jovens passam a questionar o tipo de educação sexual que recebem na escola, já que recebem conhecimentos alternativos, por discussões participativas, sobre sexualidade no CRIA. Forma-se uma massa crítica não somente da escola. Nota-se crescimento da auto-estima de jovens e educadores. Algumas das peças do CRIA já foram apresentadas pelos grupos de jovens engajados na ONG, no exterior. Segundo Maria Eugenia Millet: Algumas jovens negras que passaram pelo CRIA entraram na Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, enquanto antes, a Escola de Teatro só tinha jovens brancos. Entre os fatores que contribuem para que os projetos do CRIA sejam bem sucedidos citaria: envolvimento, participação dos jovens, e o apelo das artes.

Além de entrevistas com Maria Eugênia Millet, foram analisados o Relatório para a Fundação MacArthur, folhetos e dossiês produzidos pelo CRIA. Em um dos folhetos encontramos o dado que, por meio das ações educativas, foi atingido (maioria mulheres), até o final de 96: 5.295 adolescentes (diretamente); 13.290 adolescentes (indiretamente) e 512 professores de 5ª a 8ª série.

● PROJETO PROFISSIONALIZAÇÃO PARA CIDADANIA

(Centro de Estudos Afro-Orientais/Universidade Federal da Bahia CEAO/UFBA)

O Projeto de Profissionalização para a Cidadania é uma organização de tipo ONG, contudo tal rubrica não é totalmente adequada à organização, porque ainda que dependa de fundos de várias instituições e tenha relativa autonomia no manejo desses fundos e do estabelecimento de seu

programa, está relacionada ao Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. Os recursos que chegam ao Projeto passam pela gerência administrativa-financeira da Universidade Federal da Bahia e a coordenadora tem o poder de decisão na alocação de recursos.

O Projeto recebe fundos da Fundação FORD, do UNICEF, do Ministério do Trabalho – Fundo de Amparo dos Trabalhadores (FAT) e da Secretaria do Trabalho e da Ação Social, e da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE). Estabelece também com outras agências, parcerias e com instituições das três instâncias do governo, por exemplo, com a Fundação da Cidade Mãe da Prefeitura Municipal de Salvador. Tem suas atividades discutidas e acompanhadas por distintos movimentos sociais e entidades de base, além de contar para atividades específicas com parcerias de ONGs como o CRIA. Por seus nexos com o CEFET-Bahia, relaciona-se com a rede de ensino pró-técnico, visando preparar os jovens para o exame de seleção aos cursos de 2º grau do CEFET e, neste sentido, considera-se como prioritária sua institucionalização, integrando-se à rede pública.

É coordenado pela socióloga Wanda de Sá Barreto, apaixonada pelo Projeto, que enfatiza a sua peculiaridade em voltar-se para a população mais excluída, os/as jovens e negros pobres, no sentido de lhes dar profissionalização, encaminhamento para o trabalho e resgate de identidade. O projeto busca alicerçar a cidadania, enfatizando que tal cidadania estaria modelada nas interações classe e raça, daí por que no Projeto se dá ênfase à história, cultura, ancestralidade, importância do negro e da negra na história do Brasil e às múltiplas formas de racismo contemporâneo, no plano do resgate também de cidadania cultural.

Ao combinar profissionalização com formação de cidadania, reforça-se a auto-estima, ao tempo que se discute questões como racismo, gênero (apenas se inicia, nos cursos) e violência institucional. A idéia é ensinar aos jovens a enfrentar as violências e hostilidades da sociedade, ou seja, endurecer o cangote para aguentar as porradas que vão vir.

A questão étnico-racial permeia todos os módulos de profissionalização, trabalhando-se identidade, cidadania e nova ordem mundial, em termos conceituais, história e contemporaneidade.

Importa reforçar as organizações de base, neste sentido, os jovens integrantes do Projeto são oriundos de bandas afro-baianas, de ONGs e movimentos sociais com orientação étnico-racial. Combina-se sonhos com pessoas, (Sá Barreto, Profissionalizante para a Cidadania).

Fundado em 1995, o Projeto vem sendo avaliado como bem sucedido pelas distintas agências que o financiam e por personalidades da vida baiana, de movimentos sociais, que entrevistamos. Integram o Projeto 17 pessoas contratadas, entre instrutores, pessoal da coordenação e administração. Desses, 7 são mulheres, sendo a maioria da coordenação, administração e módulos de formação de cidadania. Os homens estariam concentrados como instrutores nos cursos de caráter técnico-profissionalizante.

O público-alvo do Projeto são jovens negros solteiros, entre 16 a 25 anos e, na maioria, ligados a blocos de música/cultura afro-baiana.

Cerca de 40% dos beneficiários nas primeiras turmas do Projeto eram mulheres e, atualmente, esse número chega a cerca de 70%. As matrículas se dão de acordo com a vontade dos jovens e é quando se realizam as divisões vocacionais por gênero, ou as marcas da cultura. Nas turmas de educação básica predominam mulheres, já nas de área técnica, como eletrônica e eletricidade, os homens. Por outro lado, é interessante notar que cada vez mais ambos os sexos se interessam pelo mundo imagético, pelas aulas de vídeo e filmagem.

Metodologia de Trabalho e as Mulheres

Como já foi relatado, o projeto não trabalha exclusivamente com mulheres, mas em muitos dos cursos e atividades do Projeto predominam as mulheres. Há negociações para que, em futuro próximo, integrem o Projeto, como beneficiárias, as mulheres repercussionistas, integrantes da banda afro-bahiana, a Banda da Didá composta por mulheres. Assim, relações de gênero é temática contemplada no Projeto, mais recentemente.

Considera Sá Barreto que, ainda que intencionalmente, apenas se inicie um trabalho que relacione gênero à raça, o Projeto viria fazendo uma

diferença quanto a gênero no plano subjetivo, estimulando auto-estima e questionando estereótipos.

Nos módulos de cidadania, trabalha-se sobre sexualidade com a colaboração da ONG CRLA, inclusive com recurso de vídeos. Destaca-se a realidade da mulher negra tanto no mercado de trabalho quanto nas relações de gênero, parte desenvolvida por mulheres do movimento negro.

Falta introduzir um módulo sobre meio ambiente. A ênfase, no debate sobre população e cidadania, é na questão étnico-racial.

Na primeira experiência, de 10/1995 a 12/1996 foram formados 118 jovens (15 a 22 anos e escolaridade entre 5º série e 3º ano do 2º grau, com predomínio da 5ª e 6ª séries, 44% do gênero feminino), sendo que outros 68 estão presentemente cursando turmas do Projeto. Em 1997 vão ser engajados no Projeto mais 150 adolescentes.

Fez-se também parceria com o projeto do Governo Municipal “Fundação Cidade-Mãe”, no programa “Combate ao Trabalho Infantil”, patrocinado pela UNICEF, envolvendo 50 adolescentes de bairros periféricos de Salvador, com faixa etária entre 14 e 17 anos, para capacitação em Informática e Eletrotécnica (36% eram mulheres). O curso teve seu início em outubro de 1996 e término em janeiro de 1997 (280 horas/aula).

É visível o crescimento, em particular das mulheres, a assertividade quanto a auto-estima, a descoberta do valor de sua raça, desvendando e enfrentando preconceitos sem frustrações e negatividade pessoal.

Avaliação realizada com os jovens ao final da primeira experiência indicam que a melhor performance foi de adolescentes do gênero feminino. Não só apresentaram um menor nível de abandono, como também tiveram percentualmente o dobro da certificação ao nível do segundo módulo, revelando o seu maior preparo e interesse pelo curso (Sá Barreto, Profissionalizante para a Cidadania).

Como Maria Eugenia Millet, do CRIA, Wanda de Sá Barreto considera que os problemas básicos para que os jovens que freqüentam o Projeto

tenham bom rendimento, não abandonem os cursos e de fato se encaminharem para o mercado do trabalho seriam dados por condições estruturais, como a pobreza do grupo familiar original e, no caso das mulheres, a alta incidência de gravidez entre as adolescentes e chefatura familiar.

Além das entrevistas foram analisados materiais como folder sobre o projeto e relatórios de atividades.

Instituições Voltadas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Comunidade

Tratamos a seguir, de forma abreviada, dois projetos relacionados a Meio Ambiente, ambos relevantes socialmente pelas atividades que executam, de conceituado prestígio. Contudo, as simplificações no tratamento deve-se ao interesse do trabalho que é detectar a importância das mulheres no projeto, como o vivem e o tipo de atividades voltadas para as mulheres e para gênero, ou que tenham repercussões na população, de forma tal, a intervir nas relações sociais entre homens e mulheres ou colaborar na afirmação e no poder para as mulheres.

PROJETO REFLORAR, Recomposição Florestal Em Áreas Rurais (Relacionado com a ONG GAMBA, Grupo Ambientalista da Bahia)

Márcia Lúcia Cardoso Neves, bióloga, é Coordenadora de Campo no Projeto, localizado no município de Elísio Medrado e que se estende por vários outros municípios do Recôncavo Bahiano. Mora em uma casa sem luz, no alto da serra, ama e defende o modo natural de vida, sendo querida pelos habitantes do lugar, participando da vida local de Elísio Medrado e Amargosa no plano de associações de bairro, sindicatos rurais (“em que predomina e se destaca a liderança das mulheres”, segundo Márcia Lúcia Cardoso Neves), escolas e outras entidades de vida coletiva. Fazem parte do REFLORAR, ela, coordenadora de campo, 27 anos e 2 homens, também biólogos, 26 e 30 anos.

O Projeto é ligado à população e ao desenvolvimento sustentável, visando: preservação de uma área que compreende vários municípios do Recôncavo Baiano, em que se localiza áreas da Mata Atlântica, floresta tropical mais ameaçada do planeta. Através de trabalhos com comunidades rurais se está contribuindo para mudar o atual modelo de desenvolvimento (Cardoso Neves, REFLORAR).

Do diálogo com Márcia Lúcia, em Amargosa, sublinhamos a importância de ter, em projetos ambientais, mulheres com sensibilidade para gênero e como essa temática permeia as distintas relações sociais: sua sensibilidade como mulher para a importância de trabalho específico com a mulher agricultora; a falta de outras mulheres com quem compartilhar; o fato da comunidade lhe ver como técnica, o que lhe permite burlar as adscrições às mulheres, mas que aumenta sua solidão. Ela é também professora em uma escola municipal na área de biologia, viaja duas vezes por semana para um município vizinho, discute muito na região a questão da desnutrição por palestras. Para ela, é um dos problemas básicos da região. Considera que o saber das mulheres viria minimizando problemas de desnutrição, mas que falta uma re-educação sobre hábitos alimentares. Mesmo assim, enfatizamos, o REFLORAR não tem um trabalho específico com grupos de mulheres.

CENTRO EDUCAÇÃO AMBIENTAL SÃO BARTOLOMEU PROJETO MEMORIAL PIRAJÁ (CEAO-UFBA-Centro de Estudos Afro-Orientais/Universidade Federal da Bahia)

Duas mulheres coordenam o Projeto, a historiadora Ana Lúcia Menezes Formigli e a socióloga Tânia Regina Xavier. No Projeto estão 11 pessoas, muitas vinculadas a atividades temporárias, sendo a maioria mulheres, em função de coordenação e como educadoras.

O Projeto foi fundado em 1991. No momento conta com apoio de: UNICEF; Fundação Odebrechet; Fundação Clemente Mariane e Fundação Abrinq. Recebe colaboração, com educadores do Ministério de Educação e Cultura e da Universidade Federal da Bahia/Centro de Estudos Afro-

Orientais. Fisicamente o Projeto está em uma pequena sala no CEAO, mas tem ampla visibilidade na imprensa por suas atividades e trabalho de advocacia pela recuperação do Parque São Bartolomeu e pelo Boletim editado pela entidade.

A organização é tipo ONG, no sentido de que está vinculada à Universidade da Bahia, mas os recursos básicos para seus projetos dependem de financiamentos externos. Assim se definem seus objetivos, dos quais ressaltamos a combinação de interesses com a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento comunitário, a qualidade de vida da população e investimento em cidadania para que sejam os homens e mulheres que habitam o entorno do Parque seus principais guardiães e guardiãs. Considera-se na ONG que isso só será possível, se, em particular, investir na educação dos jovens para a cidadania, resgatando a auto-estima, quando gênero passa a ser uma referência subliminar, cuidando-se, portanto, de vários corpos e territórios, inclusive, ou singularmente, o sagrado.

Implantação, pelos poderes públicos, do Parque Metropolitano do Pirajá, conhecido como Parque São Bartolomeu, também reconhecido como o “parque sagrado da Bahia”, que se estende pelo Subúrbio Ferroviário, Pirará e Valéria, na cidade de Salvador, Bahia, área de maior concentração da população de baixa renda. Três grandes ameaças atingem o Parque: ocupação urbana; a poluição e a insegurança (Folha do Parque São Bartolomeu, 1996).

Trabalho de educação ambiental e pluricultural junto à comunidade, adolescentes e escolares da região do Parque desde 1991, e que hoje envolve 10 escolas públicas, 42 educadores [a maioria, mulheres] e 1.200 alunos [alta proporção de mulheres], terreiros e organizações populares.

O Projeto concebe que a questão do Parque envolve a melhoria da condição social dos bairros vizinhos, fazendo-se necessário um plano integrado envolvendo a implantação do Parque, enfocando a viabilidade do parque na sua auto-sustentação, ou seja, para a geração de emprego e renda para a população do Parque, perspectiva de Ecoturismo que vem mobilizando setores da população (campanha em vigência: “O Parque que queremos”). A população vem se

mobilizando pela melhoria da qualidade da água fornecida pela represa do rio do Cobre e a manutenção desse manancial como fonte de abastecimento para a população da região. É assim que iremos construir o PARQUE QUE QUEREMOS: um parque comunitário, um parque escola, um parque natural, um parque vinculado às nossas tradições culturais e sintonizado com a modernidade em benefício das atuais e futuras gerações (Folha do Parque São Bartolomeu, informativo do Projeto Memorial Pirajá, edição especial - Fevereiro 1997).

O público-alvo prioritário do Projeto são adolescentes que residem na área do Subúrbio Ferroviário de Salvador, estudantes em escolas de curso secundário na zona de periferia, população pobre.

Metodologia de Trabalho e as Mulheres

Não existem programas específicos para mulheres, mas no trabalho de mobilização comunitária, as mulheres têm expressiva participação. Trabalha-se com grupos de moradores, clubes de mães em nível da comunidade e em programas como “O Parque que queremos”, em que as mulheres são as principais agentes de mobilização da comunidade.

Em 1991, o Projeto colaborou com o Clube de Mães na construção de uma creche comunitária em Novos Alagados, área de população pobre. Reconhece-se que o trabalho é incipiente em relação às mulheres.

Com os adolescentes o projeto vem conseguindo ampliar a consciência ecológica e a perspectiva de desenvolvimento sustentável. Já se atendeu cerca de 120 adolescentes (grande parte, mulheres) e até mais, por efeito de multiplicação. Também vem trabalhando a auto-estima dos jovens, das jovens, estimulando talentos.

As mulheres se destacam nas atividades de capacitação pelo envolvimento com questões da comunidade; têm senso de responsabilidade social, desenvolvem, em pouco tempo, facilidades de articulação, questionando, falando, inclusive verbalizando sobre casos de violência contra a mulher, como os casos de estupro, que antes eram silenciados, na região. Discute-se sobre o corpo como dimensão básica de relacionar-se com a vida. Gravidez entre adolescentes é um dos temas de preocupação que se vem enfocando nas

atividades educativas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, considerando uma perspectiva integral.

Participa-se no seguimento do projeto do Governo, denominado de Baía Azul sobre a rede hidrográfica, a questão dos esgotos, e as mulheres das comunidades da área do projeto governamental vêm sendo assessoradas com informações para a sua participação na avaliação e vigilância sobre tal projeto do Governo, para que não fique em declaração de princípios.

Tem-se conseguido ampliar o impacto da participação popular sobre o meio em que vivem, na região, atividade em que as mulheres se destacam. Cerca de 130 associações de moradores, sindicatos, grupos culturais e terreiros de candomblés estão envolvidos no Projeto pelo Parque, e na preservação ambiental esgoto, lixo, poluição da baía, por exemplo da região.

Os maridos das educadoras reclamam de que as mulheres passam a viver e a falar constantemente o projeto, adotando o Parque (Menezes Formigli, Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu).

Instituições Voltadas para Grupos Étnico-Raciais

Movimentos sociais de âmbito nacional - seção Bahia

• ANAI - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA

Coordenada pela antropóloga Rosa Costa (37 anos), a ONG ANAI-Bahia, fundada em 1980, em Salvador, tem em seus conselhos homens e mulheres, a maioria voluntários, profissionais liberais, professores universitários, que compõem uma diretoria de 10 pessoas. Somente dois membros da coordenação, duas mulheres, recebem remuneração por trabalho em tempo parcial. Organizam anualmente uma assembléia anual e contam para seus trabalhos com vários “amigos da instituição”.

Na diretoria estão três mulheres. Lúcia Mascarenhas (24 anos), antropóloga recém formada, é da coordenação e foi a nossa entrevistada. Ela recebe salário, atendendo expediente de meio turno na sede do ANAI,

em Salvador (Centro Histórico do Pelourinho), uma pequena área de dois ambientes. Na tarde em que a entrevistamos, pudemos observar sua energia e a quantidade de trabalho em uma pequena ONG, assediada por estudantes que buscavam material para pesquisa, telefone e fax funcionando sem parar. A ANAI se destaca pela ação advocacional pelos povos indígenas. São objetivos da ANAI:

- Assessoria técnica a comunidades indígenas nas áreas de saúde, educação, demarcação de terra, educação comunitária e organização.
- Formação de formadores de opinião pública, professores e jornalistas, por exemplo, sobre os povos indígenas.
- Intervenção em políticas públicas para os povos indígenas.

(O grupo populacional com que trabalham são membros de povos indígenas, entre os quais é alta a participação de mulheres. Atende-se a 12 povos, em 27 terras indígenas, predominando os Pataxós. A população indígena da Bahia é de 10.947 pessoas).

Mulher nas Atividades da ANAI-Bahia

A ONG não tem um trabalho voltado exclusivamente para as mulheres, o que é ponto de polêmica entre antropólogos que assessoram a instituição. Lúcia Mascarenhas considera que há de investir mais na identificação dos problemas da mulher indígena *“em relação ao maior problema dos índios na Bahia, a demarcação de terras e também para que nos programas de alfabetização elas sejam mais contempladas, assim como no caso de doenças e cuidados”*. Ela considera que se deveria trabalhar questões de saúde, reivindicação das mulheres indígenas (questões ginecológicas) e ressalta também o caso de mulheres com lepra, em muitas aldeias, o que viria aumentando.

Mas contam com muita dificuldade, falta de apoio do Estado e o trabalho da organização está voltado principalmente para a demarcação de terras, levantamento para laudos relacionados a tal necessidade. *“Ontem*

tivemos reunião para 1977, e concordamos que as prioridades seriam intervenções nas áreas de educação, saúde, saneamento e medicina preventiva, além da demarcação de terras indígenas. Mas trabalha-se com doações e com voluntários” (Lúcia Mascarenhas, ANAI).

A entrevistada sublinha que o trabalho da entidade beneficia a todos os indígenas. Considera, ao ser perguntada, que de fato as mulheres teriam questões e necessidades específicas, mas adverte: “não me arrisco a falar”, “não sei”.

● **UNEGRO - UNIÃO DOS NEGROS PELA IGUALDADE (BAHIA)**

Olívia Santana, presidente da UNEGRO, na Bahia, divide-se em trabalho voluntário para vários movimentos, sendo ativa também no movimento de mulheres e lutas políticas por causas populares, trabalho remunerado como educadora e ser mãe de uma menina de 3 anos. “*É a vida das mulheres do movimento negro, só com muito amor*”, diz ela. Na Bahia, a UNEGRO foi fundada em 1988 e vem desenvolvendo trabalho advocacional, de combate ao racismo, de educação, “*por outra mentalidade*”, “*pela qualidade de ensino para as crianças e adolescentes pobres e o resgate da história dos negros na história do Brasil*”, e, mais recentemente, no plano de pesquisa e serviço sobre Aids na população negra do Centro Histórico de Salvador.

Na entidade todos são voluntários e “*um menino que limpa a sede que deveria receber um salário, mas está sem receber há 2 meses*”. Na direção estão 8 pessoas mais 4 suplentes. Por sexo e idade é a seguinte a composição da diretoria: Presidente, mulher - 35 anos; Vice-presidente: homem, 36 anos; Coordenação da Área de Condição da Mulher, mulher, 24 anos; Secretária Geral: mulher, 24 anos e Secretário de Finanças: homem, 35 anos.

A maioria dos associados da UNEGRO (tem assembleia com mais de 200) são negros, jovens da periferia, sindicalistas, estudantes universitários, com renda média de 500 reais a 4 salários mínimos. A família limita a participação, é um problema, e o preço é alto.

Este trabalho exige doação, sacrifício da vida privada, abre-se mão de muita coisa, às vezes até da família, da casa, do marido. No meu caso já houve muita cobrança da família. Já tive que sair de reunião por cobrança dos pais ou para cuidar da filha (3 anos). Muitos jovens vêm às atividades, mas não às reuniões, alegam cansaço ou falta de recursos até para o vale transporte. Muitas vezes só vai com o dinheiro de passagem da ida, e na reunião conseguimos dinheiro para a passagem da volta. Mas tem-se muitas pessoas que querem se dedicar aos trabalhos da UNEGRO (Santana, UNEGRO).

No texto seguinte, Olívia Santana toca em ponto contemporâneo polêmico, que vem sendo debatido em vários fóruns internacionais do movimento de mulheres, qual seja, os limites e contradições entre institucionalizar-se como ONG, com recursos profissionais e equipe mantida por fundos de agências e projetos, ou no plano de ONG advocacional, basear-se na dinâmica de movimento social, relacionada à vontade dos princípios e projetos e sustentada por trabalho voluntariado.

A UNEGRO não se considera uma ONG, não tem equipe especializada. É um trabalho de ativista, de movimento social, sustentado por voluntários, a maioria pobres ou de classe média baixa, que se dedicam à questão da identidade do homem e da mulher, negros, considerando que a identificação de preconceitos, de opressões e de opressores é uma necessidade. Alimenta o trabalho da organização, a vontade política de transformar a situação de homens e mulheres pobres, então criticamos a situação da economia política, a pobreza, o desemprego, a burocracia governamental e a legislação que indiretamente ampara preconceitos. Mas nos damos conta da contradição, quando precisamos de capital para tocar os projetos. Nós não dispomos de condições ideais de trabalho, todas têm que trabalhar, para sobrevivência, fora do trabalho da entidade. Então nos damos conta que precisamos de uma equipe profissionalizada.

Reunimo-nos todas as quartas-feiras, às 19 horas, depois de um dia de trabalho. Não queremos nos profissionalizar, mas precisamos de ter um grupo de pessoas que possam dar dedicação maior à entidade. Temos muito cuidado com os limites da profissionalização, da institucionalização em ONG e do caráter de movimento social. A nossa proposta não é de pessoas que estão fazendo alguma coisa porque estão recebendo dinheiro para poder fazer. Receber dinheiro só para os gastos dos projetos específicos,

ou para os serviços de apoio, por exemplo, precisamos pagar a secretária, ter uma pessoa que digite o material, que organize documentos. Por outro lado, quando vamos para os bairros fazer trabalhos com adolescentes, sentimos os limites do ativismo voluntário, não conseguimos atender todos os pedidos das mulheres de bairro, dos terreiros de candomblé (Santana, UNEGRO).

Em sua entrevista Olívia afirma que os recursos são difíceis, ressaltando que no mundo de financiamento por agências e governo haveria todo um tráfico de influência. Existe hoje um conflito entre ONGs e entidades de base que se vem agravando, mesmo entre as que atuam na área de gênero. A mulher negra tem uma tripla discriminação, por gênero, raça e classe. “As mulheres brancas de ONGs reconhecidas, mais sólidas, são profissionais com nível universitário, de famílias de classe média, a maioria fala inglês e tem computador”.

Metodologia de Trabalho, Mulher e Gênero na UNEGRO

Na UNEGRO, em 1997, havia uma Comissão da Mulher desenvolvendo o projeto de prevenção à Aids e DST, com particular ênfase no caso de grupos de populações, mulheres e homens negros, em especial os jovens, no Centro Histórico de Salvador (Pelourinho).

Santana afirma que o trabalho contínuo, como o de educação, é irregular e, que hoje, a ênfase maior está na prevenção da Aids. A UNEGRO tem um grupo de RAP, meninos adolescentes de 15 a 17 anos. Este projeto vem atraindo muito os adolescentes, que se oferecem para participar, sem qualquer remuneração. Eles vão pela rua mostrando peças de teatro ou fazendo shows.

Relata ainda uma atividade anualmente promovida pela UNEGRO em Salvador em que se preocupam, em especial, em prestigiar as mulheres negras. É o “Troféu Clementina de Jesus”, de repercussão nacional, que anualmente homenageia 12 figuras negras que tenham se destacado na música, na academia, na religião, na afro-política e em trabalhos comunitários. Contam para essa atividade com o patrocínio do Governo do Estado e de empresas.

Há 3 anos elaboramos o Projeto de Prevenção contra a Aids, promoção da Secretaria da Saúde, e relacionado ao Plano Nacional de Prevenção à Aids. É um projeto,

quanto a nossa atuação, para a situação dos negros, dos homossexuais e das prostitutas. Dividiu-se a área de trabalho em Salvador, em duas: a da Avenida Suburbana (subúrbio ferroviário) e a do Centro Histórico (Pelourinho). Convidou-se a UNEGRO por causa da sua atuação no Centro Histórico. As mulheres são as gestoras do projeto. A maioria são mulheres. Realizamos oficinas e elaboramos material para o segmento negro da população.

E é muito difícil chegar aos terreiros de candomblé, é um campo importante para o debate sobre a prevenção contra a Aids. O terreiro da Mãe Stela, um dos mais respeitados na Bahia, está aberto para a UNEGRO, para fazermos oficina, eles têm escola, muitos adolescentes em sua comunidade.

Mãe Stela colabora com o Projeto de Prevenção contra a Aids, participou do nosso vídeo, do cartaz. Nós a consultamos sempre. Vamos lançar um cartaz específico para os povos dos terreiros de candomblé sobre prevenção. Só não lançamos porque não temos dinheiro, mas está pronto, foi elaborado por outra Mãe de Santo, a Mãe Sandra, paulista. A Mãe Stela avaliou positivamente o cartaz, disse: “Esse trabalho pode chegar nos terreiros, que os terreiros abrem as portas, porque tem a nossa língua, respeita a nossa linguagem”. Os candomblés são bastante conservadores, há que respeitar sua forma de ser. Não dá para chegar no terreiro com a pose de técnico, considerando seu conhecimento superior às práticas dos povos dos terreiros. Lidar com a sexualidade é muito difícil (Santana, UNEGRO).

O Projeto de Prevenção a DSTs e Aids, gerido pelas Mulheres da UNEGRO

No seguinte relato, Olívia Santana fala sobre o Projeto de Prevenção contra a Aids, ela registra a metodologia de trabalho do Projeto e os problemas dos movimentos sociais de base para conseguir financiamento e como compromisso político-cultural por uma causa, o povo negro, as mulheres negras assumiriam a área de ação social, suprimindo deficiências do Estado. E na medida em que desenvolvem tal trabalho como voluntárias enfrentam a várias jornadas de trabalho e conflitos entre o público e o privado.

O Projeto é financiado pelo Ministério da Saúde e uma parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, que administra a verba. O Projeto não visa somente trabalho com mulheres, mas sim com toda a população. O peculiar é que as mulheres são gestoras.

O Projeto da UNEGRO se desenvolve na área do Centro Histórico de Salvador. A organização não-governamental, Grupo Gay da Bahia (GGB) também desenvolve trabalho na área do centro histórico. Elegeram como público-alvo os homens negros, as mulheres negras (de preferência) e os adolescentes, homens e mulheres, negros.

Desenvolveram oficinas dirigidas para mulheres e para adolescentes usando uma metodologia específica (há registro sobre a sistemática e a avaliação dessas experiências). Trabalhamos com 320 adolescentes em 1996, homens e mulheres (cerca de 55% eram mulheres com menos de 25 anos).

Os profissionais são da UNEGRO. Inicialmente treinamos a equipe, um grupo de mulheres da UNEGRO, que desenvolvem o trabalho de oficinas com adolescentes. Então nós fizemos um curso de capacitação durante uma semana, que foi dirigido a lideranças de entidades do movimento negro, do Centro Histórico do Pelourinho, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, no Terreiro [Centro Histórico de Salvador]. O treinamento foi sobre práticas preventivas e sexo sem risco. Inclui a equipe da UNEGRO nesse curso de capacitação, profissionais da área de saúde e, em parceria com as ONGs GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids) e CAASA (Casa de Apoio e Assistência ao Aidético).

Foi relatado que o orçamento anual (original) era de 63 mil reais, estando previsto para 3 anos, na qualidade de empréstimo do Banco Mundial ao Governo Federal para a área de saúde, especialmente para a prevenção da Aids. Esse foi o embrião do Plano Nacional de Prevenção à Aids do Ministério da Saúde, o qual vem mobilizando as comunidades no país inteiro. Ocorre que chegou em Salvador, só três anos depois de inaugurado o Plano. A verba para o Projeto foi reduzida a 15 mil reais, prejudicando o desenvolvimento integral do projeto.

No dia 21 de dezembro fomos convidados a participar de uma reunião, recebendo a notícia de que o dinheiro não vinha diretamente para a entidade, que iria para a Secretaria da Saúde e que nós tínhamos que desenvolver o trabalho até março, para prestar contas em março, quer dizer um projeto que tinha sido definido para ser realizado em 3 anos, foi reduzido a 3 meses!

Esse Projeto, contudo, presentemente, continua sendo por nós desenvolvido. A Comissão de Mulheres da UNEGRO resolveu desenvolvê-lo por conta própria. Começamos o trabalho em janeiro de 1996, provamos por A mais B que não era possível fazer daquela forma em três meses, um projeto pensado para três anos e o desenvolvemos por um ano inteiro, 1996 (as atividades de oficinas e o curso de capacitação). Depois fizemos o relatório de prestação de contas dessas oficinas e ao mesmo tempo, produzimos, em paralelo, todo o material didático dos cursos. Essas atividades não foram cobertas pelo Ministério da Saúde. A verba que veio não dava nem para cobrir cartaz e vídeo. Só veio 5 mil reais para um vídeo e os orçamento dos 3 vídeos que estavam no Projeto original era de 15, 13 e 10 mil, cada. Então nós resolvemos buscar outros parceiros. Fizemos contato com a CESE (Centro Ecumênico de Estudos Socioeconômicos) que também avaliou o Projeto da UNEGRO e resolveu apoiá-lo. Eles ajudaram na produção do vídeo, a Secretaria de Saúde do Estado colabora em itens específicos e pretendemos manter a mesma prática de 1996, no período 1997 e 1998, ou seja, com vários parceiros.

As coordenadoras do projeto afirmam que o mesmo se sustenta tanto pelo trabalho voluntário de mulheres da UNEGRO, quanto no trabalho remunerado, quando possível. Quando chega o dinheiro das parcerias são contratados alguns profissionais, com quem têm contato e que já viriam acompanhando o trabalho, para dar acessorias específicas.

O trabalho é realizado dentro das condições existentes. Por exemplo, foi realizada pela Secretaria de Saúde, uma avaliação no ano passado e houve consenso no julgamento de que o Projeto da UNEGRO superou as expectativas. Outras entidades também receberam aquém do que deveriam receber, segundo seus projetos originais, e trabalharam no marco do que foi dado mas, reduziram as atividades.

No final do ano de 1996, foi feito o balanço e identificado que o dinheiro não contemplava nenhum material de publicidade do Projeto. Para conseguir verba extra, foram feitas camisetas, cartazes e um vídeo.

O dinheiro que o Ministério da Saúde mandou para um vídeo visava a produção de um vídeo de 10 minutos. Mas a Comissão de Mulheres fez um vídeo de 35 minutos e com artistas conhecidos. Fizemos parcerias não foi só do ponto de vista financeiro mas também no plano do cultural. Houve uma mobilização geral em torno do Projeto, recorremos a técnicas de militância de movimento social, o que facilitou muito.

Contudo o entendemos que este ano, 1997, temos que conseguir estabelecer parcerias do ponto de vista financeiro mesmo porque precisamos melhor qualificar o nosso pessoal até para ter um trabalho superior do ponto de vista técnico. Precisa manter os cursos na área de saúde porque a pesquisa que desenvolvemos desde 1996 (é contínua), por exemplo, vem cada vez mais se ampliando e você tem que estar acompanhando isso. Por outro lado, é elemento fundamental nesses cursos o caráter de troca, portanto, há que cuidar de como falar a língua que o povo entende, para que o homem e a mulher, os negros, consigam se ver sujeito nesse trabalho, respeitando-se também gênero, além de raça e classe.

Destaca-se, no relato de Oliva Santana, o que seria perspectiva de gênero no trabalho do Projeto antes comentado e como devem ser combatidos estereótipos trabalhando com os adolescentes e com grupos mistos de homens e mulheres.

As mulheres, bem como os adolescentes, homens e mulheres, têm necessidades específicas, contempladas no Projeto – na sexualidade, as relações homem e mulher exigem tratamentos específicos. Por exemplo, as mulheres negras têm muita dificuldade ainda de estabelecer uma relação mais igualitária entre os sexos. É comum casos em que o marido ou o namorado não querem usar camisinha e muitas vezes também não querem que a companheira recorra a métodos contraceptivos. O comum é ainda caber ao homem decidir sobre a vida reprodutiva das mulheres.

Os instrutores trabalham por uma perspectiva de gênero. Já durante a seleção desses, cuidamos em relação à visão de mundo que trazem, em particular sobre gênero. Esse é que é o grande desafio, porque geralmente nos cursos das outras organizações os instrutores têm muito conhecimento técnico, enfatizando-se como é que se dá a cadeia de transmissão da Aids, quais os instrumentos de prevenção, mas no que diz respeito a aspectos mais culturais e às relações de gênero, há limitações, não aparece nos programas de capacitação. A Comissão de Mulheres da UNEGRO tem a equação gênero/raça/geração como pano de fundo de seu trabalho e é o que respalda a

mobilização, o envolvimento até afetivo com o tema da prevenção. É preciso mexer com a auto-estima, resgatar a dignidade. Nós descobrimos nesse trabalho, que é todo apoiado em pesquisas e contatos permanentes com o público-alvo, por sua participação, que a população negra não tem a menor identidade com essas campanhas que aí estão.

Por outro lado, temos que trabalhar contra estereótipos, como os oriundos do machismo, do negro varão, garanhão, objeto de superior força sexual. Estereótipos reforçados pelo negro, nas suas relações com suas companheiras, negras ou brancas. Então estamos trabalhando também a identidade do homem e da mulher negra, questionando construções colonizadoras, e isso tem que ser feito com homens e mulheres, com os adolescentes, inclusive, em grupos mistos.

Ouvimos muito e é desse contato que formamos a metodologia de trabalho. Por exemplo, trabalhamos em oficinas com as jovens da Banda da Didá, uma banda de percussão, de mulheres negras entre 15 a 30 anos. Os primeiros contatos da Comissão de Mulheres da UNEGRO e a Didá foram muito bons, mas elas iam às oficinas porque foram orientadas para irem, haviam as que estavam quase de castigo. O trabalho tem que acontecer, deve ser uma opção de cada um. Deixamos claro a importância do envolvimento como algo sentido como importante, que não necessitavam vir se não queriam. Muitas só olhavam. Mas depois pediram que voltássemos, que continuássemos o trabalho de oficinas. Foi todo um processo de conquista, mas respeitando o estado de ânimo delas. Hoje as jovens da Banda da Didá estão no Projeto, colaboram no combate a estereótipos com suas danças e batuque, montam quadros exaltando figuras femininas da cultura baiana, vão contra estereótipos, pois tocam tambores grandes, pesados e um tipo de arte, a percussão, em que predominou sempre o homem.

Organizações Voltadas para Mulheres Movimento Social

• GLB - GRUPO LÉSBICO DA BAHIA

O GLB, fundado em 1993, tem poucos membros, estando na diretoria 4 mulheres entre 24 a 51 anos, todas voluntárias a tempo integral, que se reúnem na sede de outra ONG, o GGB - Grupo Gay da Bahia, de homens. O que mais distingue o GLB é a coragem das jovens mulheres que levam

cartazes identificando a presença do GLB, em uma sociedade bastante preconceituosa contra homossexuais, em particular se mulheres. Jane Pantel (31 anos), uma das responsáveis, identifica como objetivos do GLB:

- Conscientização dos direitos de cidadania das lésbicas.
- Informações realistas sobre a lesbianidade.
- Defesa das lésbicas contra o preconceito e a discriminação.
- Contribuir para elevar a auto-estima das lésbicas.
- Promoção do bem-estar das lésbicas com campanhas sobre saúde e por outras ações.

Entre os programas do GLB constam: a prevenção do HIV/Aids/DSTs nas lésbicas e nas mulheres em geral e a conscientização sobre direitos humanos quanto à cidadania. A população alvo são as lésbicas/bissexuais femininas, compreendendo pessoas entre 16 a 55 anos e a maioria com escolaridade de nível médio e atuando como operárias ou estudantes.

Desenvolvem trabalhos na área de saúde preventiva, no caso de HIV/Aids, câncer de mama e colo do útero. Também no campo dos direitos humanos e no resgate da auto-estima por oficinas de sexo-seguro; palestras com técnicos ligados à área; vídeos informativos e educacionais; reuniões semanais; painéis e exposições.

• MUSA - MULHER E SAÚDE

(Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal da Bahia)

ORGANIZAÇÃO DE MULHERES - NÚCLEOS NA UNIVERSIDADE

O MUSA está entre um núcleo de pesquisas, estudos e ensino relacionado com as atividades acadêmicas e ONG ou Coletivo de Mulheres, de advocacia e prestação de serviços não pagos, ou seja, a grupos comuni-

tários relacionados a movimentos sociais. Financeiramente se beneficia da relação com a UFBA (Universidade Federal da Bahia), sendo que as mulheres profissionais que o integram têm vínculos com essa, mas também têm que buscar recursos próprios, em agências de financiamento para trabalhos de maior fôlego, como pesquisa e ação.

Fundado em 1990, graças ao trabalho da equipe em pouco tempo ganhou reconhecimento nacional, integrando hoje, como mais se detalha em outro parágrafo, redes de âmbito nacional e internacional do movimento de mulheres. Por outro lado é digno de registro a conquista de espaço (até físico em termos de salas) da organização no setor da universidade que se situa. Segundo Stela Aquino, do Coletivo, para ganhar tal respeito as professoras e pesquisadoras do MUSA tiveram que se sobressair como profissionais em áreas não necessariamente relacionadas à mulher, no campo do conhecimento da saúde. Compõem o Coletivo: duas mulheres médicas, com doutorado; uma mulher socióloga, com doutorado; uma mulher socióloga, com mestrado; uma mulher enfermeira, com mestrado. Os alunos que participam das atividades do Musa são, em sua maioria, mulheres com pós-graduação (mestrado e doutorado), das áreas de enfermagem, medicina e sociologia e, aproximadamente, sete bolsistas que permanecem pelo prazo de dois anos/cada.

Programas e Projetos do MUSA

- Pesquisa, ensino e extensão - assessoria e oficinas à pedido de organizações de base, sindicatos, associações de moradores e movimentos sociais sobre temas relacionados à saúde e gênero.
- Curso de capacitação e gerência, visando:
 - Socializar o debate sobre temas, como Aids e gênero, entre pessoas das áreas de educação e de saúde;
 - Discutir sexualidade e saúde, questionando o discurso médico sobre tal relação.

Para 1997, com o apoio da Fundação Ford, o desenvolvimento de programas de treinamento em métodos de pesquisa em gênero, sexualidade e saúde.

São linhas de pesquisa do MUSA: morbimortalidade e gênero; identidade de gênero, condição feminina e saúde; direitos reprodutivos, sexualidade e saúde; gênero e etapas da vida (infância, adolescência, velhice); gênero, trabalho e saúde; gênero, saúde e cidadania; assistência integral à saúde da mulher; violência contra a mulher. Desenvolve um amplo programa, a vários níveis de capacitação (detalhado no capítulo específico sobre o tema) (Aquino, MUSA).

Nos programas de ação, nas palestras e oficinas que realiza, bem como nas pesquisas, o MUSA usa envolve estudantes e jovens de bairros de periferia de Salvador (população pobre, a maioria negra).

Stela Aquino assim se refere à diversidade de contatos estabelecidos pelo MUSA e o estabelecimento de redes:

O MUSA faz parte da Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero; faz trabalhos conjuntos com o GEM (ver outro verbete) e com outras entidades de mulheres. Coordenadoras do MUSA têm cargo de direção na REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS. O MUSA se relaciona também com redes internacionais, como a Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, mas a articulação nesse nível é ainda incipiente. Por outro lado, integra o Comitê Estadual de Morte Materna e tem representação no Conselho Municipal da Mulher.

Na Bahia, o MUSA vem prestando trabalhos voluntários de assessoria e em seminários e cursos, oficinas de saúde e sexualidade, junto a entidades de bairro – associações de bairro e de movimento social, como o movimento negro. Tem atividades na formação de líderes comunitários como multiplicadores de ações educativas em saúde reprodutiva e sexual em seus locais de origem.

● GEM - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A SAÚDE DA MULHER

**(Escola de Enfermagem - Universidade Federal da Bahia)
ORGANIZAÇÃO DE MULHERES - RELACIONADA À
UNIVERSIDADE**

Relacionado à UFBA, o GEM, fundado em 1988, tem o mesmo *status* institucional do MUSA. Da sua coordenação fazem parte oito

professoras sendo três doutoras. É coordenado pela professora de enfermagem Sílvia Lúcia Ferreira que define como objetivo básico do GEM, o “*desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde da mulher a partir de trabalhos com grupos de mulheres*”. Faz trabalho na área de capacitação, envolvendo em suas atividades profissionais de saúde (médicas, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas); estudantes de graduação e pós-graduação de ciências sociais e da saúde e mulheres em lideranças comunitárias.

Metodologia de Trabalho com Grupos de Mulheres

São desenvolvidas oficinas de sensibilização, com metodologia feminista sobre corpo, saúde, sexualidade e cidadania. Sílvia Lúcia Ferreira destaca trabalhos que vem desenvolvendo relacionados com a mulher negra e sobre os serviços de planejamento familiar, considerando que:

As mulheres negras sofrem patologias específicas que não são contempladas nos programas assistenciais. A pesquisa envolvendo mulheres negras na saúde são pouco realizadas.

As unidades de planejamento familiar são, na sua maioria, locais de distribuição de métodos contraceptivos (geralmente pílulas). A laqueadura é amplamente utilizada.

- **CHAME - CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER (PROJETO DE EXTENSÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINÁRIOS SOBRE A MULHER - NEIM/ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)**

TIPO ONG

O CHAME tem uma peculiar situação institucional, pois relaciona-se a um núcleo de mulheres da universidade, o NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. O NEIM conta com um amplo corpo de professores e pesquisadores, mulheres que fazem parte de distintos departa-

mentos da UFBA e, além de ensino e pesquisa na área de gênero, nos respectivos departamentos e programas de pós-graduação, também desenvolvem trabalho de extensão articulado com grupos de base e associações de mulheres em bairros. O NEIM vem desenvolvendo atividades também no campo da violência contra a mulher, com financiamento da Fundação Ford.

As integrantes do CHAME, diferentemente daquelas do NEIM, não são do corpo acadêmico da Universidade, necessitando recursos próprios para se financiar e aos projetos da organização. Recebem apoio principalmente de agências internacionais na Suíça e da UNICEF. Em 1997, três mulheres desenvolviam o trabalho de coordenação da ONG: Maria Jaqueline de Souza Leite (socióloga, casada, dois filhos), Luiza Hubea (enfermeira, 45 anos, solteira e nossa entrevistada) e Cida Santos (pedagoga, 40 anos, solteira). Entre os consultores do CHAME consta um homem, Antônio Jonas Dias Filho (sociólogo, mestrando, 35 anos, solteiro), com tese na área de turismo sexual, destacando o caso da mulher negra. Para a área de pesquisa, apoia-se o CHAME em membro da diretoria do NEIM, a Dra. Analice Alcântara Costa, recorrendo, também, a outras consultorias pontuais para teatro, mímica, montagem de peças com adolescentes etc.

O CHAME se move em área nova até no mundo tão criativo das ONGs, tendo sido pioneiro no lidar com o plano da denúncia e da prevenção com o turismo sexual (além do CHAME, em 1997 só existia uma ONG no Rio de Janeiro e outra em Recife). Segundo Luiza Hubea, são objetivos do CHAME:

- Prevenção do turismo sexual e o tráfico de mulheres por meio de informação, sensibilização e formação de multiplicadores junto à rede de educação, em escolas públicas de 1º e 2º grau; ao meio acadêmico, universitário; sindicatos e entidades de classe;
- Trabalho com adolescentes no plano de educação para cidadania e em relação à sexualidade;
- Assessoria à organização de mulheres, associações de bairro, entidades da Igreja, movimentos sociais relacionados a grupos étnicos; sensibilização da imprensa e dos poderes constituídos para a questão do turismo sexual, tráfico de mulheres e relações de gênero;

- Elaboração de material para conscientização sobre turismo sexual, para divulgação no Brasil e no exterior (com a ONG suíça FIZ, em 1995, o Chame publicou o “Dossiê Suíça” sobre o tráfico de mulheres brasileiras para Europa) (Luiza Hube, CHAME).

O CHAME em suas atividades de treinamento e conscientização trabalha com mulheres casadas e solteiras (a maioria), de perfil diverso quanto a escolaridade, mas predominando as pessoas de baixa renda e de baixa escolaridade ou em cursos de nível secundário em bairros periféricos, ou seja, com mulheres pobres, a maioria negras e jovens. Trabalha também com a população jovem em escolas da rede pública e de escolas de classe média.

Indiretamente, vem trabalhando também com voluntárias no exterior, mulheres brasileiras que vivem em países da Europa, em particular na Itália (Associação de Mulheres Brasileiras), na Alemanha e na Suíça, para acompanhamento e prestação de serviços de informação no combate ao tráfico e exploração sexual de mulheres. Desde o final de 1996 vêm se ampliando os contatos com ONGs no exterior. Por exemplo, mulheres organizadas na Alemanha monitoram os serviços de agências de casamento que estariam indiretamente estimulando o tráfico.

Todas as pessoas que trabalham diretamente com a ONG são contratadas, e diferentemente da posição da Presidente da UNEGRO, defende Luiza Hube, que não se deveria contar com trabalho voluntário. *“Algumas agências internacionais insistem para que o CHAME trabalhe com voluntárias, mas nos recusamos, consideramos que o trabalho exige profissionalização, dedicação e retribuição”.*

Sobre os potenciais obstáculos para atingir os objetivos de sua organização, considerando as necessidades das mulheres envolvidas nos projetos (como gestoras ou beneficiárias) e suas atividades diárias, Hube menciona a insegurança econômica do grupo-alvo, as adolescentes, como um dos principais obstáculos, inclusive para os trabalhos de conscientização e capacitação de multiplicadores e questiona *“Que alternativa econômica oferecer a adolescentes pobres? Retirar do turismo sexual e colocar onde?”.*

Afirma faltarem pesquisas, experiências congêneres que re-alimentem os trabalhos da ONG. O fato de que a sensibilidade dos poderes públicos para a questão do turismo sexual é ainda incipiente, por outro lado é tema delicado que fere interesses econômicos de distintos agentes que estão no ramo do turismo.

A família das jovens, potenciais vítimas do tráfico, aceitam a triste realidade já que ter uma filha no exterior é símbolo de *status* e possível fonte de ingresso superior às potencialidades de rendimentos da família.

É problemático o contato com as mulheres envolvidas em atividades de exploração sexual, tanto pela organização da exploração, com riscos de vida, inclusive para os agentes dos projetos da ONG, quanto pela hostilidade das próprias adolescentes e suas famílias. Por outro lado, não se tem estrutura de recursos humanos e bens, como transporte e sistema de informação e de contato com agências governamentais, para um eficiente trabalho de denúncia e prevenção. O CHAME vem focalizando mais a prevenção junto com a potencial população vítima do tráfico, quais sejam, jovens de bairros periféricos, estudantes de classe média.

Sobre a avaliação do impacto potencial do(s) projeto(s) de sua organização na vida das mulheres que de alguma forma estão envolvidas no projeto e seu acesso e controle de recursos e benefícios, Luiza Hubee diz que não há um trabalho sistemático, que retrate os efeitos das atividades de projetos do tipo do CHAME, a medida que se trabalha com conscientização. Mas vem sendo positiva a resposta ao trabalho de dar visibilidade da problemática de exploração sexual de mulheres, em especial as adolescentes.

Grupos de Base/Classe

SINDICATO

- **SINDOMÉSTICO - SINDICATO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS DO ESTADO DA BAHIA**

O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia - SINDOMÉSTICO - foi fundado em 1990. Sua presidente, Creuza Oliveira,

de 35 anos, (nossa entrevistada) é conhecida na cidade por seus discursos e atividade, estando com relativa frequência em entrevistas na mídia. São todas mulheres e trabalhadoras domésticas as 19 diretoras. A base é composta de 1.700 trabalhadores domésticos (1997), sendo que cerca de 99% são mulheres.

Cerca de 30 a 40 trabalhadoras domésticas viriam às reuniões do SINDOMÉSTICO, que se realiza aos domingos, de 15 em 15 dias. Diariamente, o Sindicato atende uma média de 50 pessoas, inclusive alguns patrões, que buscam informações sobre a nova legislação trabalhista quanto aos direitos dos trabalhadores domésticos (1988) e assistência jurídica. *“Lembre-se que, em 1993, nós tínhamos, na Região Metropolitana de Salvador (cerca de 9 municípios) de 73 a 75 mil mulheres empregadas domésticas (Oliveira).*

O SINDOMÉSTICO presta consultoria jurídica a uma média de 50 trabalhadores domésticos por dia, organiza cursos e programas de informação, abordando temas como a questão dos direitos trabalhistas, de saúde e o direito à maternidade. Investe-se no conhecimento das leis de valorização da mulher, valorização das suas origens étnico-raciais, insistindo na questão racial, por meio de encontros, seminários e reuniões.

Assistem às reuniões do SINDOMÉSTICO, aos domingos, mulheres entre 18 a 45 anos, mas predominam as que têm entre 20 a 30 anos. Entre as ativistas predominam as solteiras, comumente mães solteiras, e se diaristas, chefes de família. Um ou dois homens aparecem de vez em quando nas atividades.

Além das atividades em capacitação, o SINDOMÉSTICO presta assessoria jurídica diariamente, organiza campanhas específicas, elabora boletim e material informativo e iniciou em 1998, pesquisa sobre as condições de vida das trabalhadoras domésticas, organiza festas e atividades socializadoras, em conjunto com entidades do movimento negro.

Como membro do Fórum de Mulheres de Salvador, participa de reuniões do Conselho da Mulher (entidade relacionada ao Governo Municipal). É, também, membro da CUT - Confederação Única dos Trabalha-

dores, desenvolvendo atividades e campanhas conjuntas em prol dos trabalhadores, com outras entidades sindicais, ressaltando questões de gênero e de raça. A maioria de suas atividades são no plano da conscientização, advocacia e prestação de serviços.

Metodologia de Trabalho

Participa em intensas discussões em reuniões periódicas, recorrendo-se à dinâmica de grupo, testemunhos e uso de material visual, vídeos, principalmente, além de conferências e cursos.

Na pesquisa que se inicia, discutiram o questionário proposto pela Confederação Latino-americana e Caribenha de Trabalhadores Domésticos (CONLACTRAHO), adaptando para a realidade baiana, dando ênfase à questão racial e generacional, o caso de trabalhadoras domésticas crianças, jovens e na terceira idade e composição dessa população por domicílio, à medida que é alto o número de jovens recrutadas pelos patrões na área rural, sem o mínimo conhecimento de direitos humanos e trabalhistas.

Em outra pesquisa que realizaram em 1996, com fundos da UNICEF, “Programa Criança Esperança”, com trabalhadoras domésticas adolescentes, usaram método de aproximação face-a-face, abordando as jovens quando essas saíam para compras pela manhã, para o café da manhã dos patrões, ou no parque.

Muitas das líderes vêm de participação em cursos noturnos organizados pela Igreja, outras tiveram contato e ativismo relacionado com a teologia da libertação, como JOC (Juventude Operária Católica) e recorrem até hoje a técnicas difundidas por essa orientação, ou seja, aliar pesquisa, aproximação ao exemplo, ao contato personalizado, com ênfase em práticas de vida.

A vida do SINDOMÉSTICO, os serviços de terceiros (assessoria jurídica por advogado e de secretariado) é mantida pela contribuição das associadas, ou seja, uma taxa mínima. Recebem algum fundo mínimo extra, oriundo dos serviços de assessoria jurídica (para as associadas não se cobra

os serviços prestados). Arrecadam, em média, cerca de 1.000 a 1.500 reais por mês, o que está aquém das necessidades da entidade. Em 1997 receberam alguns financiamentos de entidades estrangeiras para projetos específicos: a pesquisa, o programa de rádio e elaboração do boletim mensal, sendo que, no total, esses fundos somam apenas US\$ 40,000.00 para 1997-1998.

A presidente, Creuza Oliveira, é também representante da Região Nordeste, no Conselho Nacional de Trabalhadoras Domésticas, recebendo por conta desse trabalho, um salário mínimo por mês. A maioria das ativistas e colaboradoras trabalham de forma voluntária. As ativistas trabalhadoras domésticas vêm ao SINDOMÉSTICO uma vez por semana.

Creuza Oliveira avalia como positivo o papel do SINDOMÉSTICO na vida das associadas, quer na resolução de problemas imediatos, quer no ganho em relação à auto-estima e assim observa o alcance social coletivo do sindicato:

Por outro lado, no plano de conquistas coletivas, legais, ressalta-se que graças à mobilização das trabalhadoras organizadas no Brasil, e o apoio do movimento de mulheres, do movimento negro e de partidos da oposição, as trabalhadoras domésticas conquistaram, em 1988, na Constituição, direitos trabalhistas antes a elas vedados, ainda que já parte do acervo de direitos dos demais trabalhadores, como salário mínimo, férias, dia de descanso, licença maternidade e outros.

Há todo um campo no plano da conscientização e de dignidade ou de cidadania político-social-cultural que envolve identidade racial, de gênero e de trabalhadora de difícil quantificação. Creusa Oliveira, a presidente do SINDOMÉSTICO, foi candidata a vereadora em 1996 e teve uma expressiva votação. Não ganhou, mas conseguiu cerca de 1.066 votos.

Nas passeatas que o SINDOMÉSTICO e a ASSOCIAÇÃO DE LAVADEIRAS, outro grupo de base, promovem em campanhas por direitos e em datas específicas, como no Dia das Trabalhadoras Domésti-

cas, viria aumentando o número de simpatizantes e ativistas, ou seja, de trabalhadoras domésticas que já se assumem como tal. O impacto do movimento negro nesse resgate de dignidade, em Salvador, é também digno de nota, já que há uma íntima associação entre emprego doméstico e raça, sendo ocupação de tradição escravocrata.

Para Creuza Oliveira, projetos que têm as mulheres negras como beneficiárias ou as mulheres negras como gestoras, teriam outros obstáculos que aqueles comuns aos casos das mulheres brancas.

No caso da empregada doméstica, sim, é diferente, a maioria são mulheres negras. É mais difícil lidar com a discriminação racial, com a violência policial. Não se tem condições de disputar com as mulheres brancas no mercado de trabalho. A questão da “boa aparência” que exigem os empregadores é para descartar a negra. A negra não tem condições de ter mobilidade e ter acesso às fontes educacionais, estudar (Oliveira, Presidente do SINDOMÉSTICO).

COMUNITÁRIO

• ESCOLAS COMUNITÁRIAS, RELACIONADAS AO CECUP – CENTRO DE CULTURA POPULAR

Mulher, Educação e Desenvolvimento da Comunidade

As escolas Comunitárias, relacionadas ao CECUP (Centro de Cultura Popular), estão no âmbito do desenvolvimento comunitário, prestando um serviço à comunidade. Aqui a breve referência é para registrar um trabalho desenvolvido por mulheres. O CECUP coordena o Projeto de Formação de Educadores Comunitários de Salvador.

Segundo Olívia Santana que trabalha como educadora no Projeto, o CECUP não tinha como objetivo a mulher, mas a maioria de sua clientela são mulheres negras que ganham de meio a um salário mínimo. As Escolas Comunitárias suprem deficiências da rede de educação do Estado. É um empreendimento de mulheres, cuja gestão também é de mulheres. Trabalham na formação das professoras, a

relação social entre homens e mulheres e entre mulheres, bem como de crianças e professores, a questão da auto-estima e da qualidade de vida da população por meio de seminários, cursos, palestras, almoços e atividades. O Projeto de Formação de Educadores Comunitários visa à capacitação de professores de escolas comunitárias da cidade de Salvador e de alguns municípios do interior.

A escola Luiza Morim é um exemplo de escola comunitária bem sucedida, sendo um projeto sob gestão das mulheres. O projeto de escolas comunitárias colabora no empoderamento das mulheres, segundo Olívia Santana.

Sou técnica educacional, fazemos, via CECUP, um trabalho de capacitação dos educadores. Essas escolas são a única alternativa para os filhos de mulheres negras, a maioria empregadas domésticas dos bairros populares de Salvador, porque nesses bairros não têm escolas. Muitas deixam os filhos nessas escolas, porque é a única opção para elas poderem ir trabalhar. As gestoras dessas escolas têm até o 2º grau, são mulheres que optaram organizar as escolas em suas casas ou na associação de moradores. Fazem uma vaquinha com os pais, um paga cinco, outro dez reais, muitos não dão nada, e muitas vezes não se têm dinheiro para pagar os professores.

Nas 63 escolas acompanhadas pelo CECUP estão 120 mulheres como professoras e coordenadoras (Santana, CECUP).

Olívia relata algumas das agências internacionais que trabalham com o CECUP (Sabin, CEIB, SIBE, IF e IAF). O problema é que a maioria das agências internacionais estão deixando de apoiar o projeto. As agências estão preferindo apoiar projetos de curto prazo, sendo que um projeto de qualificação de professores envolve cinco anos.

Não é por opção que as mulheres são a maioria entre os educadores populares, mas porque só mulheres estão disponíveis para ganhar pouco, metade de um salário mínimo ao mês. As educadoras convivem com dramas da cotidianidade de pobreza dos alunos. Houve um caso em que o ano letivo foi interrompido, pois a metade dos alunos da escola morreu, porque suas casas foram soterradas. Eram filhos de pais que também vivem em barracos. Muitas das mães de alunos são empregadas domésticas.

O CECUP, diferentemente da UNEGRO, por exemplo, é uma ONG organizada em torno de objetivo específico, tem financiamento, está bem estruturada, tem computador, tem sede, conta com um grupo de profissionais. O Projeto de Formação de Professores para Escolas Comunitárias conta com uma coordenadora, uma diretora, um núcleo de profissionais, duas técnicas pedagógicas. A equipe recebe dois salários mínimos por mês/cada. Essas educadoras são verdadeiras guerreiras (Santana, educadora CECUP).

O Projeto de Formação de Educadores Comunitários de Salvador – parceria CECUP/SAVE (1995-1997) – envolveu 29 escolas comunitárias, 20 coordenadoras e 106 professoras, todas mulheres, na maioria negras.

Ao longo desses 12 anos vem acontecendo no Estado da Bahia, mais especificamente na cidade de Salvador, o movimento de criação e estruturação de escolas comunitárias. Esse movimento teve como motivação básica a deficiência dos órgãos públicos em absorver a demanda de crianças na fase escolar, principalmente pré-escola e classes de alfabetização. Essa deficiência inicialmente era apenas considerada pelo aspecto quantitativo, número de vagas disponíveis. No entanto, ao longo do processo, foi acrescido também o aspecto qualitativo, no sentido da ideologia passada pelo currículo das escolas públicas, do tipo de relação estabelecida com o aluno, do alto índice de repetência e evasão escolar, reflexo de um ensino de má qualidade. As escolas comunitárias concentram-se em atividades de classes de pré-escolares e alfabetização.

O Projeto tem como objetivo reciclar professores da pré-escola e da alfabetização em conteúdos básicos de língua portuguesa e matemática e em aspectos metodológicos sobre as crianças. Tem também subprojetos na área de saúde e esporte; participação em fóruns, campanhas de movimentos reivindicatórios, manutenção de uma videoteca e uma biblioteca. Por ano, acompanha o CECUP, cerca de 32 escolas comunitárias. Conta-se (1995-1997) com financiamento do Save the Children Fund e da Scottish Catholic International Fund.

(Documentos do CECUP - Projeto de Formação de Educadores Comunitários de Salvador, 1996- xerox).

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO-ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

● FABS - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIROS DE SALVADOR

Registro

A FABS tem composição mista, reúne todas as associações de moradores da cidade de Salvador, a maioria em bairros pobres da periferia. De cada dez associações cerca de oito são dirigidas por mulheres, registrando-se assim a relevância da mulher no cuidado com a comunidade, no trabalho coletivo. As mulheres estão em maioria nas comissões específicas de saúde, educação, terra e moradia, meio ambiente, direitos humanos, transporte e lazer.

A maioria das associações de moradores que integra a FABS está no Subúrbio Ferroviário de Salvador. O testemunho de Antônia Garcia sobre essa área ilustra as dificuldades de homens e mulheres em realizar projetos no plano de desenvolvimento comunitário e a importância das associações de moradores e o papel social das mulheres em cargos de liderança:

No Subúrbio se concentra uma população muito pobre que vem sendo mais vitimizada pelo aumento do desemprego, a burocracia governamental quanto a julgamento de projetos apoiados pela população, como o do teatro para o bairro da Plataforma, e uma legislação que favorece os grandes proprietários, os especuladores. A maioria dos moradores vivem na insegurança sem documento de posse de suas terras. A situação de saneamento básico é bastante precária, sendo que 80% dos casos de leptospirose e de cólera registrados na cidade de Salvador, ocorreram em bairros dessa região. Lixo acumulado na rua, na porta das casas faz parte da paisagem, assim como esgoto a céu aberto. São freqüentes os deslizamentos de terra quando das chuvas. A poluição do ar é constante, havendo uma fábrica de cimento e de plástico na área, que contribui para a poluição que também se deve à precariedade da situação de saneamento (Garcia, diretora executiva da FABS, ex-diretora executiva da AMPLA).

A FABS desenvolve os seguintes programas e projetos ligados à população e ao desenvolvimento sustentável:

- Projeto de Educação em Saúde Comunitária de Salvador (iniciado em 1996) com o objetivo de democratizar a programação, a gestão e o controle das atividades de saúde, garantindo canais de participação à comunidade, com a gestão da associação de moradores;

● Proteção do meio ambiente, que compreende:

- Acompanhamento do Projeto do Governo, Baía Azul (que prevê o saneamento de 80% da cidade de Salvador), na defesa dos interesses da população de baixa renda da área do Subúrbio Ferroviário da cidade;
- Luta pela Reforma Urbana, por meio de Comissões da Terra e da Defesa pela Habitação, junto com diversas associações de moradores, que estão lutando pelos direitos de populações de baixa renda em ter legalizada a posse da terra e da casa onde estão há muitos anos (agora ameaçados de despejos, pela valorização da área com o Projeto Baía Azul do Governo).

● **AMPLA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PLATAFORMA**

● **CEMS - CENTRO DE MULHERES DE SALVADOR**

O Desejado e o Realizado

Vem se multiplicando a formação de núcleos de mulheres em associações de moradores em bairros pobres da periferia de Salvador. Vivem graças ao esforço voluntário, ainda que algumas contem com ajudas externas para projetos específicos. O que mais impressiona nas entrevistas realizadas com pessoas nessas entidades é a persistência no trabalho, querer mudar e a variedade de projetos, planos, coisas por fazer sobre as quais se fala em um plano em que se confunde desejo e realidade, o que parece alimentar sua persistência. O “vamos fazer”, o “queremos fazer” supera em muito o que puderam fazer.

Antônia Garcia é uma mulher que ilustra que vale insistir nas utopias. Uma das mais conceituadas líderes populares em Salvador, é diretora executiva da FABS e uma das fundadoras da AMPLA - Associação de Moradores da Plataforma, em 1977 e do Centro de Mulheres de Salvador, voltado a trabalhos com as mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde se localiza o bairro da Plataforma e onde mora Antônia. É oriunda de família pobre “e negra”, acrescenta ela. Foi assessora do CEAS - Centro de Estudos de Ação Social, dos jesuítas e com ação entre os excluídos, os pobres. Estudou sociologia, candidatou-se a vereadora nas últimas eleições e atualmente participa da direção municipal do Partido dos Trabalhadores.

Em entrevista, Antônia Garcia e Ângelo Serpa, doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental pela Universidade de Agronomia de Viena, assessor da AMPLA, tornaram difícil distinguir, entre tantos projetos apresentados, o realizado, o realizável e a realização desejada. O não realizado tem pouco a ver com a falta de vontade dos idealizadores, ou a qualidade ou a inconveniência dos projetos quanto a necessidades das populações-alvo, mas por insensibilidade de poderes e falta de recursos.

Na AMPLA, a maioria atua em trabalho voluntário, sendo 4 pessoas em cargos executivos (todas mulheres) com idade média de 30 anos. Trabalham em creche com os idosos, em programas para as famílias da comunidade; administram uma padaria; cursos profissionalizantes e um núcleo de planejamento estratégico da Baía de Todos os Santos.

Tanto homens e mulheres, são de classe média baixa e predominam os de curso primário ou secundário. A maioria é casada ou chefe de família (comumente as mulheres). Em comparação às demais associações de moradores, a AMPLA se destaca por ter conseguido mais recursos para projetos, por contatos com agências internacionais e nacionais, contudo, geralmente os fundos são por tempo limitado e para projetos específicos, em especial os de serviços, como a creche, que inclusive recebe contribuições de empresas locais. A entidade sofre constantemente com a falta de solução para os problemas de continuidade em seus trabalhos. A AMPLA é referida por entrevistadas de outras associações de moradores, como um projeto bem sucedido, mas que estaria em risco por falta de financiamento:

A AMPLA tem creche, escola, atividades permanentes de cursos, para geração de renda, promovem oficinas etc. Contam com empréstimos bancários, contatos com agências nacionais e internacionais para desenvolvimento de atividades com mulheres, tem um centro de formação e um centro de informação para a mulher. A NETE é outro projeto, também relacionado com a AMPLA, que fornece marmitas para os encontros de entidades do setor popular. É um projeto bem sucedido. O projeto Plataforma tem três anos de atuação, tendo contado com financiamento da Suíça visando capacitação para o trabalho remunerado. Mas o financiamento está terminando (Tavares Leiro do Coletivo de Mulheres do Bairro do Calafate).

A AMPLA foi fundada por mulheres, tendo uma história de lutas, em particular pela saúde. Tem organizado creche-escola, oficinas profissionalizantes para adolescentes e adultos, grupos de produção comunitária. Em 1979, juntamente com outras associações de moradores, fundou-se a FABS - Federação das Associações de Bairros de Salvador e, em 1983, o Centro da Mulher Suburbana, que posteriormente se transformou em Centro da Mulher de Salvador - CEMS.

A AMPLA foi criada para organizar os moradores do bairro de Plataforma, na área da Suburbana, por seus direitos de cidadania, moradia, advogando pela legalização das terras (questão fundiária), pela qualidade dos transportes, serviços de saúde e de educação e por desenvolvimento comunitário.

O CEMS é mais recente, a idéia foi organizar as mulheres da região Suburbana (área de Salvador), na defesa de questões específicas; prestar serviços em distintas áreas, como, por exemplo, na saúde e desenvolver oficinas de treinamento para mulheres de baixa renda dos bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador. O CEMS implantou o ambulatório de saúde da mulher que desenvolve trabalho educativo. Recentemente, 1996, firmou-se convênio com a Secretaria Municipal de Saúde para viabilizar o desenvolvimento de atividades de combate as DSTs/Aids no Subúrbio Ferroviário quando realizou oficinas de capacitação de 37 monitores/multiplicadores. Já atingiu (até início de 1997) mais de 2 mil pessoas, com um público composto basicamente por mulheres e adolescentes.

O CEMS também atua via trabalho voluntário de 5 mulheres no colegiado e 3 no diretório cuja média de idade é de 25 anos. Promove oficinas de saúde em bairro do Subúrbio Ferroviário de Salvador, com a colaboração de feministas, ONGs de mulheres e o NEIM – Núcleo de Estudos Integrados sobre a Mulher, da Universidade Federal da Bahia.

O Subúrbio Ferroviário concentra um terço da população total do município de Salvador, predominando uma população de baixa renda (pedreiros, carpinteiros, policiais, funcionários públicos, pescadores, empregadas domésticas e vendedores ambulantes e autônomos).

A AMPLA se dedica a advogar, planejar e organizar a população em torno dos seguintes temas, entre outros:

- A questão da moradia, da legalização da posse das casas, de saneamento e de planejamento paisagístico e ambiental;
- O uso dos espaços livres e sua utilização pelos moradores;
- A questão dos deslizamentos de terra; programas de arborização; construção de fossas sépticas;
- Criação e implementação de oficina teatral para adolescentes no bairro de Plataforma (agenda de propostas da equipe do Projeto Espaço Livre coordenação de Ângelo Serpa).

O Projeto Espaço Livre vem sendo discutido no âmbito do Programa Centro de Estudos Avançados da Universidade Federal da Bahia, contando com foros interdisciplinares de debate. O bairro de Plataforma é considerado experiência piloto.

Entre os projetos está a Criação de Viveiros em uma área de 200m², para propagação de plantas medicinais e ornamentais. O trabalho conta, principalmente, com a colaboração de voluntários, a maioria mulheres.

Em Plataforma vem se desenvolvendo trabalho de resgate da memória do bairro, da história do bairro, um dos mais antigos. Estão em conflito com interesses de famílias ricas, que com o Projeto Baía Azul do Governo viriam reivindicando a posse de terrenos onde estão assentados, há gerações,

famílias de baixa renda. A Associação está na luta pela Reforma Urbana, junto com a FABS. Vêm desenvolvendo campanhas e ações de proteção aos marisqueiros, uma vez que o lugar de mariscagem vem sendo ameaçado por dragagem, relacionada ao Projeto Baía Azul de saneamento da baía. A mariscagem é fonte de alimentação e de trabalho de muitas mulheres pobres.

Com a FABS foi articulada uma campanha intitulada SOS ORLA MARÍTIMA e continua a campanha pela preservação do Parque São Bartolomeu, em particular considerando o seu uso e significado (sagrado para o candomblé).

Em relação ao meio ambiente, há alguns anos atrás (1987), foi lançado o “S.O.S. Orla Marítima”, já que por conta da valorização da área do subúrbio, incluindo sua beleza natural que está na baía de Todos os Santos, aumentando o interesse da especulação imobiliária, de grandes companhias e famílias ricas, que agora estão reivindicando a posse de uma área onde as famílias pobres já moram há gerações.

A população pode perder sua fonte de alimento e também sua moradia porque na medida que valoriza, os ricos começam a ocupar a orla do subúrbio que sempre foi desprezada por eles, porque tem uma população majoritariamente pobre e negra. É que o subúrbio ainda tem o Parque São Bartolomeu que é um parque sagrado e muito extenso. É uma luta que não é só de uma instituição específica. É uma luta que foi iniciada pelas associações de moradores do subúrbio (Garcia, AMPLA/CEMS).

Existe um projeto antigo de restaurar um teatro no bairro. O teatro funcionaria como um catalisador de atividades, possibilitando a construção de fossas, plantação de árvores, mas problemas de burocracia do governo estão dificultando a consecução do referido projeto.

Há também o projeto de um Centro de Cultura, que utilizaria as ruínas de uma fábrica têxtil, parte do patrimônio histórico da cidade do século passado. A universidade fez um projeto para um centro de cultura articulando vários projetos naquele centro contribuindo para gerar emprego e renda com a administração dessas entidades populares.

O CEMS tem um projeto em negociação (elaborado em fevereiro de 1996) “Mulher, Saúde e Cidadania”, com a colaboração do NEIM - Núcleo de Estudos Integrados da Mulher da Universidade Federal da Bahia e o GEM - Grupo Saúde da Mulher da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. O projeto tem como objetivo desenvolver atividades com mulheres de baixa renda dos bairros do Subúrbio de Salvador, como informações sobre o corpo feminino, saúde, sexualidade e direitos civis.

Deverá compreender treinamento de 100 mulheres; posterior encaminhamento de 5 mulheres para treinamento específico em ambulatórios de atendimento alternativo à saúde da mulher, a exemplo do SOS CORPO de Recife (ONG) e o ambulatório SAÚDE E SEXUALIDADE de São Paulo, para que no futuro venham exercer atividades nos ambulatórios do CEMS, que seriam fortalecidos em uma terceira etapa do projeto.

AMPLA prevê também: creche comunitária; convênio alimentação, buscando a produção de alimentos naturais, alternativos; organização de oficinas comunitárias sobre o corpo e sexualidade; treinamento para multiplicação de monitores em cursos profissionalizantes, evitando divisões sexuais de ocupações ou reprodução de estereótipos, por exemplo, estimula-se que em tecelagem estejam mulheres e homens.

Mulher e a Gestão do Meio Ambiente

- **COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE**
(Associação de Bairro da Área da Bacia do Calafate)

Nas atividades de coordenação do Coletivo estão 9 mulheres, com uma faixa etária entre 18 e 63 anos. A coordenadora tem 40 anos, separada com duas filhas e trabalha como costureira. A vice-coordenadora tem 25 anos. A frequência mais ativa é de mulheres e também assumem a coordenação do Coletivo, com apenas o curso primário. Algumas (2 em 9) tem o curso de 2º grau. Conta-se no quadro, com uma recém formada socióloga,

uma jovem negra que vem imprimindo ao Coletivo práticas de pesquisa para delimitação de necessidades e melhor conhecimento sobre o bairro.

O Coletivo foi fundado em 1992. Marta Tavares Leiro, a tesoureira, conta uma história que é típica das associações de mulheres, quanto a envolvimento temático, surgindo de necessidades materiais concretas, com fins instrumentais, como emprego e renda. Aos poucos outros debates são incorporados como subjetividade, violências contra as mulheres, busca de dignidade, auto-estima e rebeliões contra opressões de gênero e, terceira onda que vem progressivamente acontecendo em especial nos movimentos de base, movimentos sociais de mulheres trabalhadoras e pobres. No caso do Calafate, pelo contato com o ideário feminista, relações com grupos e pessoas externas e também por estímulo concreto, a violência doméstica contra mulher do bairro sofreu alterações, conforme relatos:

No início era apenas ajuda financeira às mulheres, em especial casadas, desempregadas, com curso primário e baixa renda (Calafate é um bairro de população muito pobre). Essa associação voluntária foi o embrião do Coletivo no bairro. As atividades eram em volta da questão do trabalho. Reuníamos-nos e se discutia sobre discriminação.

Foi quando houve um caso de violência contra uma das participantes, que foi agredida pelo marido, então além do debate sobre economia, começamos a discutir e atuar em relação à violência contra a mulher. Tivemos a colaboração de uma feminista norte-americana que nos dois primeiros anos do Coletivo colaborou com os trabalhos.

Buscamos o apoio mútuo quanto à violência doméstica: realizamos a promoção de palestras e oficinas sobre auto-estima, abordamos a questão psicológica e também debates sobre o meio social – uma aconselha a outra. Enfrentamos problemas, como as ameaças dos maridos das mulheres vítimas de violência doméstica, inclusive por causa disso, muitas saíram. Houve um desgaste do trabalho. A violência tinha também uma relação com a questão financeira, pois essas mulheres não podiam deixar os seus maridos.

Então o Coletivo começou investir também na questão financeira, ou seja, possibilidade de alternativas de geração de renda .

A questão da impunidade dos agressores, nos casos de violência doméstica: nesse sentido, denunciemos e lutamos contra a falta de colaboração da polícia na perseguição dos agressores.

Segundo Leiro, atualmente o Coletivo se propõe a continuar refletindo sobre violência em oficinas, que são realizadas com ajuda da ONG-CHAME e investir na auto-estima e também no debate sobre o corpo e sobre a saúde. Em 1996 fizeram uma campanha em relação a saúde com prevenção sobre o câncer de mama e do colo do útero. Houve mobilização de toda a comunidade, inclusive de uma comunidade vizinha. E começaram um projeto que está em andamento, para criar um Centro de Referência para a Mulher. O Calafate tem atuado como Coletivo de apoio, ou seja, prestando informação e também por contatos com a Delegacia de Proteção à Mulher. Faz ponte com os espaços institucionais existentes na cidade, investindo em conscientização e dando visibilidade social aos problemas do bairro, à questão da qualidade de vida, de saneamento, de esgoto, de água. Por outro lado, investindo no debate sobre a saúde.

A saúde é um dos problemas básicos no bairro. O Coletivo realizou uma pesquisa no bairro (1996) com a colaboração de uma socióloga, Lícia Maria Lima Barbosa, recém formada, que reside inclusive no bairro e que é membro do Coletivo. Na pesquisa se entrevistou 100 mulheres sobre questões de saúde. E se identificou que há um desconhecimento total sobre prevenção em relação ao câncer e a uma série de doenças infecto-contagiosas.

Organizamos fóruns de debate sobre saneamento e habitação e articulamo-nos para participar no Fórum das Mulheres de Salvador (entidade do movimento de mulheres que reúne distintas organizações). Desenvolvemos oficinas sobre sexualidade e violência (Tavares Leiro, Coletivo).

Leiro, viria de uma formação de política local. O pai era presidente da associação de bairro, organizou um time de futebol, foi vereador pelo Partido da Frente Liberal e depois se afastou da política partidária. A mãe é muito ativa na paróquia local, que tem influência sobre uma área maior que o bairro (área da Av. Suburbana, na cidade baixa, em Salvador). As atividades dos pais, segundo ela, mudaram “a cara do Calafate” e servem de estímulo para a participação das filhas. Marta Leiro foi freira por um ano.

Segundo ela, a religião tem sido, no bairro, um aspecto básico no sentido de incentivar a participação das mulheres no Coletivo e, por outro lado, tem contado o coletivo com a grande colaboração da igreja local. Tanto a mãe como a tia são também ativas na Associação de Moradores. A tia de Marta Leiro é uma das moradoras mais antigas do Calafate, também católica praticante, trabalhou para trazer para o bairro e conseguiu, via campanhas, energia elétrica. Tal prática, segundo ela “... dá respeitabilidade. Está na base dessa respeitabilidade a confiança e o contato face a face. É o que enriquece e permite um trabalho na área de gênero”.

Sobre o efeito da composição etária da população na participação em atividades coletivas, responde Marta Leiro que no Calafate não se visualizam problemas pelo fato de conviverem jovens e mulheres mais velhas. As mães seriam inclusive mais dinâmicas que as jovens. Já as esposas parecem ter menos tempo que as mulheres chefes de família para participarem em atividades comunitárias e sofrem a pressão dos maridos. “O problema maior é no pensar, no planejar. Se espera mais das mulheres, em particular das formadas. Existe no bairro, como instituição, “a dinâmica do cochicho”, pelo qual homens e mulheres falam da vida das mulheres”.

Quando perguntamos se nos projetos, as mulheres negras apareciam como beneficiárias ou como gestoras, teriam ou não outros obstáculos que aqueles comuns aos casos das mulheres brancas, Leiro deu a seguinte resposta que indica a possibilidade de divergências no tratamento da questão racial entre militância e posturas de jovens negras quanto a estar na moda e adotar padrões de consumo comercializados. Tais conflitos respaldam a posição da entrevistada em enfatizar metodologia de trabalho comunitário sensíveis aos valores correntes, ainda que com o objetivo a longo prazo de vir a questioná-los.

Projetos do Coletivo de Mulheres do Calafate têm como principal beneficiárias as mulheres negras, que perfazem a maioria delas. Contudo já houve polêmicas quando se tratou de discutir a questão racial, problemas de identidade e de discriminação. Convidamos uma entidade do movimento negro, que defendia que as mulheres deviam

usar penteado afro e não alisar o cabelo, como símbolo de identidade negra. Essa posição de mulheres relacionadas a essa entidade do Movimento Negro não foi bem aceita pelas mulheres jovens do bairro, se sentiram ofendidas porque espicham o cabelo, era como se lbe estivessem dizendo que não tinham dignidade, orgulho de sua raça. Mas já se discutiu sobre racismo, dignidade e importância dos negros na história do Brasil e houve bons debates. Há que se cuidar para não afastar as mulheres jovens (Tavares Leiro, Coletivo).

Sobre a metodologia de trabalho do Coletivo, Marta Leiro chama a atenção para a ênfase no contato, na imagem e em oficinas. Relata que trabalham com mulheres em diferentes faixas etárias. Mas recentemente (1997-primeiro semestre) surgiu uma articulação com o Núcleo de Mulheres da Periferia, que é uma outra organização que está na área de incentivo de formação de liderança jovem, trabalhando com a faixa etária entre 14 e 25 anos, com ênfase em questões de gênero.

A população de mulheres do bairro, em sua maioria casadas, vivem com seus maridos, são de baixa renda, tem casa própria, que passa de pai para filha. A maioria das mulheres são donas de casa, muitas empregadas domésticas. A área vem de uma invasão. Foi um S.O.S., um conjunto que foi criado para abrigo dos desabrigados pela chuva. Tal tipo de ocupação persiste em uma parte do bairro e existe também uma área que é de invasão e sofre discriminação por parte dos demais moradores do bairro, sendo a mais desassistida quanto a serviços públicos. No Coletivo se fazem trabalhos para a integração desse grupo à comunidade.

Muitas mulheres no bairro são humilhadas pelos maridos e vêm ao Coletivo como um lugar de amigas. As mulheres do bairro que procuram o Coletivo, têm entre 20 e 40 anos. Este ano se introduziu trabalho com jovens adolescentes, mas é difícil. É o projeto ARADO (fazer semente, quer dizer, investir em jovens). Quatro bandeiras têm incentivado o trabalho do Coletivo: a violência contra a mulher, a saúde, a educação-tema escolhido para 1997 e a intenção é mais investir na área de trabalho. Organizamos palestras sobre o direito ao emprego, a ter possibilidades de trabalho digno e o problema do rendimento (Tavares Leiro, Coletivo).

O Coletivo vem gradativamente diminuindo o investimento em palestras sobre temas específicos. As mulheres do bairro são mais sensíveis a imagens e a técnicas de participação, como as oficinas. Há reuniões periódicas, mas a ênfase maior e a que mais mobiliza, principalmente os jovens, é a oficina. O Coletivo exhibe mostras de vídeos, por exemplo, sobre prevenção do câncer. Organiza campanhas de informação sobre o mesmo tema, o que estimula ativos debates depois dos vídeos. Realizam pesquisas locais que têm colaborado na elaboração dos projetos.

Uma das metodologias básicas é o contato face a face de vizinhas, pelo fato de que todas as participantes, inclusive as coordenadoras, moram no bairro. É do contato diário que se selecionam prioridades e se consegue a mobilização/participação. *“Calafate é o bairro com uma alta estabilidade, as pessoas não se mudam com frequência. A GENTE TEM UMA HISTÓRIA”* (Tavares Leiro – destaque da entrevistada).

- **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA PAZ
CONSELHO DE MORADORES
CENTRO COMUNITÁRIO (FUNDAÇÃO D. AVELAR)**

O Bairro e as Entidades Locais

O nosso contato com Marinalva Souza Santos – da Pastoral da Criança, parte do Centro Comunitário do Bairro da Paz, do Conselho de Moradores e da Associação de Moradores do bairro, foi feito por Maria Ubajarerda (conhecida como Baixinha) – que presta assessoria aos trabalhos comunitários e é relacionada ao CEAS - Centro de Estudos de Ação Social, entidade constituída por jesuítas que presta assessoria a associações e movimentos sociais de base popular. Todas aquelas entidades são relacionadas entre si, tendo influência da Igreja Católica - Fundação D. Avelar e o pensamento progressista de religiosos alinhados aos princípios da teologia da libertação – do CEAS – bastante influência na cosmovisão de ativistas, como Marinalva Souza Santos, que vem de uma longa trajetória de preparação de liderança, promovida pela chamada “igreja dos pobres”.

Por outro lado, objetivamente a presença da Fundação D. Avelar na área é marcante, também, por prédios que se destacam. A área que é originária de uma invasão, situa-se em lugar que está em crescente valorização imobiliária, próxima à Av. Paralela. É grande o risco de expulsão da invasão por ação do Governo, lembrada pelos integrantes da Associação e por Baixinha.

Terra é um grande problema. O problema é igual ao de todas as áreas pobres de Salvador. Sem serviços básicos, a cidade não é aberta aos pobres que vêm para áreas periféricas como esta, o vetor de expansão são as periferias. Aqui é uma área de resistência, esta área foi feita para ser nobre, com grandes edifícios, é área da Av. Paralela, um dos principais corredores de expansão de Salvador. Os pobres invadiram, vem resistindo. Há um problema sério, a questão fundiária, menos de 10% dos moradores são proprietários, podem ser expulsos de um momento para outro. Inclusive há projetos de transformar essa área do Bairro da Paz, em zona de turismo. A OAS [grande empresa imobiliária] comprou grande parte da área. A população do bairro vive em constante alerta, porque ainda pode haver atritos sobre a questão de terras, a pressão é muito forte por parte do capital imobiliário (Baixinha, CEAS).

Viviam 45 mil pessoas pobres no bairro da Paz em 1990, segundo o censo do IBGE. O bairro da Paz vem de uma invasão, a Malvinas, com nível de desemprego alarmante. Segundo técnicos – do CEAS – que trabalham na área, para cada jovem empregado há 10 desempregados.

O bairro tem uma razoável infra-estrutura de instituições que fazem trabalho comunitário, tendo conseguido convênios com o Governo Estadual e Municipal. A igreja católica e missionárias estrangeiras dão assessoria e vivem no Bairro. O CEAS tem presença ativa na área. O Conselho de Moradores do Bairro também é ativo, exigiu dos órgãos públicos que cobrissem a comunidade com serviços de infra-estrutura por campanhas, passeatas e manifestações que foram notícias nos jornais locais no início desta década. O resultado foi o estabelecimento de postos de saúde em 1992, com profissionais: médicos, ginecologista, pediatra e clínico, enfermeiras e nutricionista.

Conseguiu-se uma rede de organizações entrelaçadas, que atuam na comunidade em consonância umas com as outras. O Conselho de Moradores tem trabalho na área de saúde, de educação, conta com atividades de imprensa, organiza eventos em prol dos direitos humanos e supervisiona a administração dos projetos comunitários. Trabalha-se com comissões por trabalhos específicos. Marinalva de Souza Santos (nossa entrevistada) é da área de saúde.

Existe também ligado ao Conselho de Moradores, um Centro Comunitário da Fundação D. Avelar, que tem responsabilidade jurídica. É ligado ao trabalho pastoral (Pastoral da Criança e Pastoral de Saúde) e ao Projeto Cidade Mãe, que é um projeto governamental da Prefeitura Municipal. Também conta-se com a colaboração do CONDER (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo), que é um órgão estadual. A Pastoral da Criança atende cerca de 159 famílias, mais ou menos uma média de 5 pessoas por família, a maioria tem 7 a 8 filhos.

O Centro Comunitário, regido pela Fundação D. Avelar, compreende: uma farmácia e horta caseira; Pastoral da Criança com 5 setores (cerca de 159 pessoas envolvidas) e se encarrega de visita às mães, cuidado com o peso das crianças, produção e distribuição da multimistura; um Posto de Saúde; a Rádio Comunitária; uma unidade do programa do Governo Municipal Cidade Mãe e a Igreja.

São 250 famílias nessa área do bairro assistidas pela Pastoral da Igreja católica. A Pastoral tem programa de geração de renda, para a multimistura.

A multimistura é um tipo de farinha onde se misturam vários elementos, inclusive casca de ovo e casca de legumes, qualquer pessoa pode fazer e é usado contra a desnutrição, contra a osteoporose e a recuperação. Certificado pelos médicos como alto poder nutriente, cobre 90% das necessidades das crianças. A Pastoral investe na multimistura e em remédios caseiros. A maioria das pessoas envolvidas nesses projetos são mulheres (Baixinha, CEAS).

Creuza, líder comunitária, ligada ao Centro Comunitário, tem uma farmácia de remédios caseiros. A farmácia conta com um laboratório, onde se

fazem remédios, usando basicamente folhas e cascas. Conta-se com a colaboração de uma médica italiana naturalista. Creuza estudou sobre comida natural (na Universidade Federal da Bahia) e também sobre remédios caseiros.

Na direção das entidades comunitárias no bairro da Paz, predominam as mulheres, e Igreja também. Marinalva Souza Santos é líder comunitária no bairro da Paz e veio da Igreja Católica. É também ativa no Conselho de moradores no centro comunitário, com uma grande experiência na Pastoral da Criança e na Pastoral da Saúde. Marinalva tem 4 filhos adolescentes, parece ter 25 anos, mas tem 37 anos e vive só. Segue testemunho de Marinalva sobre a história de sua vida, como é que chegou no bairro e como foi se formando como líder comunitária:

Em 1987 eu cheguei aqui, não era bairro ainda, era apenas mato, com alguns barracos de palha e taipa e eu também necessitando de moradia invadi o meu pedaço e comecei também a construir o meu barraco que foi de taipa, meu primeiro barraco. Logo depois conheci os padres que ficaram sabendo dessa invasão. O Governo queria expulsar a gente, acabar com a invasão, então os padres resolveram nos ajudar. Aqui chegando, eles reuniram um pequeno grupo e começaram a conscientizar as pessoas sobre o direito de moradia e eu estava entre esse grupo.

Depois de alguns anos de trabalho e conscientização, de muitas palestras, caminhadas, divulgação das reivindicações e luta para conseguir a nossa moradia, felizmente conseguimos e hoje tenho essa história de luta com muitos outros companheiros. Foram muitos os companheiros que nos ajudaram a conseguir o que nós temos hoje: Um Conselho de moradores do Bairro da Paz; um Centro Comunitário Paroquial do Bairro da Paz. Tivemos a ajuda da nossa amiga italiana Ernestina [irmã que vive no Bairro da Paz]. Temos uma rádio comunitária, posto de saúde, em convênio com a prefeitura. Aqui está a Fundação Cidade Mãe, também por convênio com a prefeitura. O Centro Comunitário Paroquial, hoje pertence à Fundação Dom Avelar [Diocese de Salvador] que é a entidade jurídica que mantém esse Centro.

Marinalva Souza Santos é catequista, ministra da palavra e desenvolve atividades na pastoral, que conta com 2 homens e 20 mulheres; no Conselho de

Moradores também as mulheres são a maioria. A entrevistada ressalta que o problema da idade é crucial quanto à liderança. Faltam líderes jovens e renovação das lideranças “*As líderes são comumente as mesmas*”. Nas reuniões da Pastoral predominam as mães, muitas mães solteiras, entre 14 a 46 anos, predominando as famílias pobres. As mulheres comumente são empregadas domésticas e lavadeiras. Os homens, pedreiros e carpinteiros e muitos desempregados.

A metodologia de trabalho com grupos de mulheres na Pastoral da Criança do Bairro da Paz foi relatada em entrevistas indicando posições diferentes entre as mulheres entrevistadas, como privilegiar o trabalho de contato cotidiano entre lideranças, ativistas com formação em gênero e em outros temas e o pessoal residente na comunidade, como metodologia para mudar hábitos. Tal prática, originária da Igreja, seria adaptada inclusive para temas não legítimos para a igreja, como a questão do aborto. Por outro lado, é singular a posição das entrevistadas na ênfase do envolvimento de homens e na discussão da relação entre os sexos, e não somente do lugar e subordinações da mulher.

Recorre-se a visitas e reuniões periódicas. É um trabalho que se usa na Pastoral da Criança. Primeiro identifica-se as necessidades da criança desde quando com três anos, depois disso discute-se programa, faz-se visitas para pesagem da criança. O peso da criança é momento muito importante, uma vez por mês ele é feito no centro. Muitas crianças são tão frágeis que têm que ser pesadas em uma caixa de cartão. Toda pesagem é feita com a orientação do líder. Ai nas visitas se conversa muito sobre a mulher e se comparte problemas e conselhos nas reuniões.

Damos assessoria sobre os cuidados com as crianças, também no período da gestação, sobre redução de peso. A líder atua na concretização para a educação da criança. Todo mês se faz quase que uma vistoria da situação das famílias no bairro. Identifica-se a necessidade de nutrição das mães, das crianças e das gestantes. Atendemos estes três tipos de população. Trabalha-se a recuperação, primeiro ensina-se a fazer, segundo, a criança recebe a multimistura (Souza Santos, CEAS).

Nas entrevistas foi relatado que a maioria das atividades da comunidade envolve projetos em que as mulheres têm maior participação, quer

como gestoras quer como beneficiárias. Comumente são relacionadas às entidades locais, formam grupos para reuniões e oficinas. Houve um grupo de jovens que trabalhou na elaboração de um vídeo de um projeto com término para 1998. A participação da mulher comumente se relaciona com interesses com sua vida pessoal ou com interesses muito pragmáticos, por serviços, mas comumente é algo bem específico.

Com os relatos ficou claro que a formação de líderes é considerada atividade permanente. A questão é que não se pode ter formação com prazos fixos, currículos fechados, mas sim com uma atividade em aberto, como um processo. Não é um curso, é uma relação. É assim que tratam as questões, por exemplo, do aborto, como uma relação, onde todos aprendem, inclusive os instrutores.

A mudança de hábitos, requer um contato cotidiano com os jovens, para assim interferir também na educação formal e não apenas por momentos [pedagógicos]. Ainda que seja importante o saber acumulado, a relação professor-aluno, se fortalece na prática da convivência, no contato que informa. A presença dos profissionais na comunidade é mais importante que os cursos e pacotes de formação. Estar constantemente no lugar, conversar, ouvir, discutir, fazer atividades contínuas, essa é a melhor metodologia para mudar hábitos.

A maioria das pessoas que trabalha nas entidades de base no bairro da Paz são voluntários. As reflexões de Marinalva Souza Santos se alinham àquelas antes expressas por Olívia Santana (UNEGRO), ou seja, apontar as ambigüidades entre necessidade de profissionalização, inclusive por questões de sobrevivência e conservar o elã, o AXÉ, a energia da militância. Tal equação seria complexa, como sugerem as entrevistadas, com complicador adicional, como lemos no discurso de Marinalva Santos, qual seja, como ser profissional e não se distinguir e se separar da “base”, ou não deixar de ser “base”.

Complicado o trabalho voluntário, todos aqui somos pobres e precisamos de dinheiro para sobreviver. Por outro lado a remuneração tem que ser sempre por algo relacionado com a militância e aí corre o risco do profissionalismo. O problema é que a militância,

o trabalho para nós, significa viver, estar na comunidade. Agora quando a liderança recebe algo é quase simbólico, de colaboração para a sobrevivência, mas de qualquer forma cria uma expectativa. Por outro lado preocupamo-nos com a relação entre liderança e base, para não ficar burocrática (Marinalva Souza Santos, CEAS).

Segundo as entrevistadas, os potenciais obstáculos para atingir os objetivos da organização, considerando as necessidades das mulheres envolvidas nos projetos (como gestoras ou beneficiárias) e suas atividades diárias são a questão da sobrevivência, a questão da auto-estima e o problema da falta de dinheiro. Foi feito via Conselho de Moradores, uma campanha de debates sobre identidade e sexualidade. A maioria das mulheres adolescentes já fez aborto ou tem vida sexual ativa. Falta também mais investimento em medicina preventiva tanto para homens como para mulheres. As meninas procuram mais que os meninos. Elas se interessam por debater sexualidade, querem informações e refletir coletivamente.

Sobre o impacto potencial do(s) projeto(s) de sua organização na vida das mulheres que de alguma forma estão envolvidas no projeto, Marinalva Souza Santos afirma que como líder, o fato de receber e trabalhar com os outros é muito gratificante.

A pessoa é meio morta se não tem consciência do seu direito, com todos os sacrifícios se cresce muito, a mulher sempre foi mais sacrificada. Nota-se o ganho das mulheres em auto-estima e também aprendem sobre práticas de cuidado dos filhos e com a alimentação, hoje se recorre a farmácia de produtos alternativos, de remédios caseiros, come-se até mais verdura, e isso é trabalho da Associação, e da Pastoral. Por outro lado se aprende a reivindicar, as mulheres participam mais nas campanhas, nos debates sobre o bairro e sobre política.

Ao perguntarmos como se davam as relações na comunidade quando se discutia sobre raça e racismo na Associação, Marinalva Souza Santos referiu-se a formas como se realiza o racismo em Salvador, cidade que para muitos seria um “paraíso racial”, considerando-se a presença dos negros e o prestígio das manifestações artísticas de origem afro. O depoimento de

Marinalva Souza Santos, mulher negra, de pele escura, indica que nem tão paradisíaca assim são as relações raciais na cidade.

Aqui nem se fala de raça, e devia. Quase 100% das mulheres do Bairro são negras, só se sente o que é ser negra em Salvador e só sente que se é negra quando se sai da comunidade, mas as pessoas aqui se consideram “claras”.

Quando fui trabalhar na casa de branca, na Pituba [bairro de classe média alta] eu trabalhava para uma mãe e seu filho, trabalhava de costura, quando eu disse que ia sair, a patroa me disse para eu conseguir uma pessoa educada como eu, “moreninha mas não negra, boa como você”. Eu respondi: “olha, mas eu sou negra”. Para ela eu não era negra porque ela me considerava uma pessoa linda, boa.

Mas de fato não se discute nas reuniões do Conselho sobre raça, e devia. Quando a polícia chega, primeiro bate nos adolescentes, nos homens negros, depois pergunta, com os brancos também, mas é menos, e por que?

● ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DE SANTA RITA - AMARGOSA, ESTADO DA BAHIA

O Bairro de Santa Rita, a Associação, sua Presidente

Na sede do município de Amargosa, em uma casa simples, entrevistamos Dona Elza dos Santos e Ilza Maria de Carvalho Melo. Dona Elza, como é chamada, é a atual presidente da Associação, tem 53 anos, é viúva. Ilza, a futura presidente, tem 32 anos, é casada, tem dois filhos e trabalha em educação, na coordenação do MEB (Movimento de Educação de Base da Igreja Católica). Na diretoria da Associação existem 11 pessoas. A maioria são mulheres na faixa de 40 a 46 anos, todas com mais de 35 anos.

Santa Rita de Amargosa é um bairro pobre, em uma sede em que vivem cerca de 4 mil pessoas. A associação tem sede construída pela “população da igreja” e nasceu de grupo da igreja. Dona Elza é presidente da Associação há 4 anos.

A maioria das pessoas do bairro e que participam da Associação, são pessoas pobres, muitas empregadas domésticas, trabalhadores na construção civil, bóias-frias, tanto homens como mulheres.

A Igreja católica local colabora em atividades de bairro com a Associação, cujo trabalho mescla também evangelização, assistência aos moradores e serviços esporádicos, como campanhas de gênero para os mais necessitados, desenvolvendo de forma intermitente algum pequeno e curto projeto. Contam com o apoio e assessoria do MEB (Movimento de Educação de Base) na área de educação e, na área de saúde, Dona Elza relata:

Visamos a melhoria dos serviços do bairro, questões de saúde, campanha em relações de doença. Por exemplo, em 1994 fizemos uma campanha em relação a cólera. Há mais de três anos fizemos campanha pela questão do lixo. [Havia um matadouro que elas conseguiram tirar dali de perto, foram à prefeitura, fizeram solicitação, manifestação; Dona Elza inclusive chegou a ser perseguida.]

Para ilustrar a dinâmica da Associação destacam que o principal recurso que contam é a solidariedade e a ajuda mútua. Cita a mobilização pela melhoria das habitações no bairro, onde há cerca de 5 anos, 30% das casas não contavam com banheiro, as fossas eram fossas secas. Mobilizaram-se para mudar essas condições e conseguiram mudar. Hoje a maioria das casas já conta pelo menos com algum tipo de fossa. Investem também na paisagem do bairro, incentivando a plantação.

A Associação cuida de questões do bairro e ajudas individuais, como, por exemplo, de pessoas que não têm casa. Dona Elza conta o caso de uma família que morava em um barraco. Todos no bairro foram mobilizados, fizeram campanha de doação de tijolos e se conseguiu em mutirão construir uma casa para a família. Para Dona Elza, “o mais importante, não é tanto conseguir as coisas, é ter a mobilização das pessoas”.

Conseguiram recentemente a arborização do bairro, o que era uma reivindicação antiga. “Conseguimos com a prefeita Iraci e com a participação, em nível de trabalho de mutirão de todo o bairro. [É um projeto com colaboração com

a ONG ambientalista GAMBÁ]. Beneficiaram também recentemente, sete famílias em termos de novas casas, porque estavam em situação de risco.

Não têm um trabalho específico com mulheres, mas elas predominam nas reuniões. São as que mais se mobilizam em campanhas para comprar material, em atividades coletivas, conserto de casas e muitas vezes doam remédios, ajudam os que estão mais carentes. É o fato da casa que foi construída para uma família, que aparece em foto várias vezes mostrada por Dona Elza, orgulhosa pela construção da casa por campanha da Associação e muito mais pela mobilização: fez-se mutirão, campanha para gêneros para a família, recolhimento de remédios e o recolhimento de tijolos. Na campanha dos tijolos até crianças participaram indo de casa em casa recolher tijolos. Organizaram almoços coletivos, festas, bingos. Cerca de 150 pessoas participam nas campanhas da Associação, como no caso da “família carente”.

Segundo as entrevistadas, a Pastoral teria o mérito no desenvolvimento do espírito comunitário: *de estar juntos, de resolver as coisas juntos e unir tanto grupo de pressão como grupo de cooperação. (...) Preocupamo-nos com a juventude, que não tem emprego e que não tem orientação. Há muitos casos de aborto.* Dona Elza destaca a questão da desnutrição, da prostituição de menores que viriam aumentando e com falta de trabalho e brigas entre os vizinhos.

Reuniamo-nos também com os evangélicos, lemos, descobrimos a vida na prática. Fazemos debates sobre a desonestidade na política e por que há tanta miséria. Na comunidade nos envolvemos ativamente na campanha da fraternidade e discutimos muito sobre a necessidade de participar por um outro tipo de política (Santos, Associação de Moradores do Bairro de Santa Rita).

Capítulo 4

**CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO
RECURSOS E NECESSIDADES**

CASOS NO BRASIL (URBANO E RURAL)

Associações de Moradores

Todas as ONGs e os Grupos de Base entrevistados produzem algum tipo de material relacionado com seu trabalho de capacitação de grupos. Os materiais apresentam aspecto, qualidade e mensagem diferentes, dependendo de seus objetivos, suas prioridades e condições econômicas de produção.

Não entraremos, nesse trabalho, na discussão sobre a qualidade ou o conteúdo dos materiais, que seria uma complexa tarefa de análise de mensagens, mas apontaremos as principais necessidades que as ONGs e os Grupos de Base expressam nas entrevistas realizadas.

As Organizações Feministas

Foram entrevistadas oito organizações feministas representativas do movimento de mulheres no Brasil, nas cidades de São Paulo – CIM, COLETIVO, REDE de MULHERES; e Rio de Janeiro – IDAC, CEMINA, REDEH, CEPIA; e THEMIS em Porto Alegre.

Todas elas capacitam desde profissionais liberais, até lideranças ou grupos de classes populares. Os principais temas a que se referem as

entrevistadas passam, também, pelos financiamentos disponíveis. Durante os primeiros anos da década de 90, com a ECO 92, as ONGs feministas estiveram muito voltadas para a questão ambiental, chegando a formar uma Rede entre elas, capacitando e produzindo material sobre o tema. A questão dos direitos reprodutivos é um dos temas que a maioria das ONGs trabalha. A violência contra a mulher é citada e duas delas se dedicam mais em profundidade à questão dos direitos da mulher com direitos humanos. As ONGs referem-se a dificuldade de atender a demanda existente de capacitação, assistência a grupos de base, sem recursos suficientes, acarretando com isso despesas que as próprias ONGs não têm como cobrir.

Apresentam um grande número de publicações que pode variar, mas que engloba materiais de diversos tipos como livros, cadernos, revistas, vídeos e alguns programas de rádio. Em geral são dotadas de recursos tais como fax, e-mail e pertencem a redes internacionais com possibilidades de conhecer o que acontece no mundo. Estiveram muito relacionadas com as Conferências Internacionais, inclusive se internacionalizando. São financiadas por organismos ligados à ONU, fundações norte-americanas, organismos de cooperação européia, ONGs européias e uma delas tem um projeto com o BID. Existe, porém, uma queixa que é comum a todas, qual seja, os recursos cada vez mais difíceis, seja pela diminuição dos recursos em si ou pela falta de possibilidade de continuar financiando programas e projetos num país que não os prioriza.

O CEMINA, Centro de Projetos da Mulher, é, entre as organizações entrevistadas, a que capacita para trabalhar na área de comunicação. Começou trazendo mulheres de todo o Brasil para a sua sede no Rio de Janeiro e hoje deslocam-se para os estados. As mulheres ou são comunicadoras, ou pertencem ao movimento de mulheres. As que não têm nada a ver com o feminismo “começam a ter” e as feministas tornam-se produtoras.

O CEMINA produziu vários programas de rádio sobre questões ligadas à saúde, meio ambiente, Conferências da ONU, (DIREITOS HUMANOS, CAIRO, BEIJING etc.), campanhas contra a prostituição infantil, um manual sobre Mulher em Comunicação com o Meio Ambiente e outros.

Seus principais obstáculos, em primeiro lugar, estão relacionadas com a falta de recursos, necessitam prestar assessoria, contar com mais pessoal, ampliar a equipe, produzir material de boa qualidade, fortificar a Rede de pessoas que foram capacitadas. Há um programa no rádio chamado Fala Mulher, que vem conquistando espaço, e trata de temas como aborto e homossexualidade. É um programa em que *“a gente fala de tudo”* (Guillón, CEMINA).

A CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação, tem um projeto de capacitação voltado ao movimento de mulheres sobre questões jurídicas, com capacitação sobre os aspectos legais e junto com o IPEA, vem desenvolvendo idéias de como analisar a reordenação econômica que vem se dando de forma diferenciada para homens e mulheres, e o emprego feminino dentro desse contexto. A CEPIA tem uma publicação quadrimestral, *“Carta CEPIA”*, publicações sobre saúde reprodutiva, violência e cidadania.

Um dos problemas encontrados pela CEPIA é o nível de demanda existente por todo Brasil, com viagens constantes da equipe, combinada com a busca incessante de recursos financeiros. O fato de começar a desenvolver um projeto acarreta demandas *“para as quais não se têm recursos; a ser chamadas para ir a grupos pequenos que não tem como pagar nem a passagem”* (Linhares, CEPIA).

O IDAC, Instituto de Ação Cultural, produziu uma série de materiais na questão da sexualidade e da adolescência: jogos vídeos, materiais impressos, capacitando pessoal ligado à área de saúde. Os temas mais discutidos durante essas capacitações estão relacionados com a sexualidade na adolescência e a dificuldade das mães falarem esses temas com seus filhos(as) - gravidez precoce, estupros no lar são temas comuns *“para as meninas de classe popular tanto faz engravidar aos 15 como aos 18”*.

O IDAC nos aponta uma dificuldade com os organismos de cooperação qual seja o fato de que quando financiam um projeto não dão recursos para pagamento de pessoal nem para treinamento *“o que adianta montar um projeto de ouro, se não houver pessoal treinado para trabalhar ali dentro”*.

O IDAC recebeu financiamento para um Centro de Autos-Estudos para Mulheres Executivas, para mulheres profissionais, trabalhando a ques-

tão da auto-estima e no aperfeiçoamento de seu desempenho geral, seja em informática, comunicação, línguas e outros temas, *“assim não se poderá dizer, que fulana vai ganhar menos que fulano porque é menos preparada”*(Ribeiro, IDAC).

A REDEH, Rede de Defesa dos Direitos Reprodutivos, também capacita na área dos direitos reprodutivos, sexuais, aborto, esterilização. Capacitam mulheres jovens de classes populares para trabalhar com os agentes de saúde. Vão replicar o trabalho incluindo homens. Impartem cursos de seis horas diárias. Tiveram um projeto com a Avon, para capacitar gerentes de venda na questão da saúde e capacitaram 500 mulheres gerentes, que por sua vez repassam o conteúdo das capacitações a todas as vendedoras Revlon.

Uma das questões para a REDEH é como realizar um monitoramento mais de perto, mais crítico, com recursos que são escassos. Outra questão é como responder à demanda de grupos ou pessoas que querem os cursos sem os recursos suficientes (Schumaker, REDEH).

O CIM, Centro de Informação da Mulher, realiza seminários, tem uma série de publicações, “Cadernos CIM”, com temas relacionados às Conferências da ONU – População, Desenvolvimento Social, Hábitat, um boletim; participam na revista “Enfoque Feminista” e estão desenvolvendo um projeto de capacitação de professores na questão de gênero para todos os sindicatos de professores.

Durante a ECO 92 teve um importante papel com várias publicações sobre mulher e meio ambiente. Detectaram que na época não havia nenhum veículo que sensibilizasse o movimento de mulheres para a Conferência e juntamente com outras ONGs feministas e algumas ambientalistas realizaram vários seminários de sensibilização.

Segundo relatos para o CIM a questão do financiamento tem sido dramática. Trabalham com esquema de voluntariado, mas como existe um sistema de informação permanente necessitam mais pessoal especializado, com horário completo, pessoal que possa atender às pessoas que procuram os serviços do CIM (Maranhão, CIM).

O Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, realiza um trabalho na área de saúde da mulher, capacitando profissionais de saúde – a mudança

de mentalidade dos profissionais de saúde é importante para melhorar a vida das mulheres – para atender mulheres vítimas de violência sexual e doméstica. Fazem seminários sobre diversos temas ligados aos direitos reprodutivos, com advogados, deputados, entre outros. Capacitam ONGs, mulheres líderes comunitárias e profissionais, trabalham com grupos a importância da alimentação, dos agrotóxicos para as mulheres e o câncer de mama ligado à radiação.

O principal problema que sofrem são os baixos salários das técnicas que trabalham no Coletivo. As ONGs estão com muita dificuldade de receber financiamento externo, o dinheiro da cooperação está sendo colocado na África e na Europa do Leste (Oliveira, Coletivo).

A Rede de Educação vem trabalhando desde a ECO 92 a questão ambiental e juntamente com outras ONGs promoveram a Caravana Verde (ver Castro e Abramovay, 1997). A Rede nesse projeto ocupou-se da capacitação. Capacitam sobre liderança, relações de gênero no ciclo de projetos e para o uso do vídeo e do rádio.

A Rede trabalha com grupos de base que estão em várias regiões do Brasil e dão um curso que se chama “Rompendo o teto de cristal”. Produziram materiais sobre o uso do rádio e do vídeo, publicaram um trabalho sobre “Mulheres em Economias Sustentáveis: Agricultura e Extrativismo”, outro sobre “Novas Relações entre Homens e Mulheres na Produção e Consumo de Alimentos”. Produzem junto com uma ONG em Brasília, INESC, um boletim para o rádio com temas da atualidade.

A Rede nesse momento apresenta muitas dificuldades para dar continuidade aos seus projetos, já que as ONGs que financiavam a instituição estão nesse momento mais voltadas aos problemas nos seus próprios países. Segundo a entrevistada: “*faz falta aprender a lidar com os Bancos e com a empresa privada*” (Viezzler, Rede).

A THEMIS capacita em Porto Alegre lideranças comunitárias, realizando cursos de educação, direitos básicos da mulher, direito penal, com a duração de cinco meses, envolvendo trabalhos, visitas, saídas de campo etc. O tema sobre os direitos reprodutivos também é tratado durante os cursos.

Essas mulheres a partir dos cursos passaram por um processo de transformação e nesse momento atuam em todos os Conselhos existentes (Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Saúde), são presidentes de associações e estão em grupos específicos. Elas são consideradas lideranças e são procuradas para resolver todo o tipo de problemas, como, por exemplo, esgoto, água, escola e violência doméstica.

A THEMIS também tem várias publicações nas áreas de legislação, violência e direitos reprodutivos. Assim como as outras, é financiada fundamentalmente pela cooperação internacional e a demanda de trabalho vem crescendo muito (Soares, THEMIS).

As Organizações das Trabalhadoras Rurais

Os Sindicatos e as Cooperativas, também comentam sobre suas metodologias de capacitação, seus recursos, mas principalmente suas necessidades, na medida em que na sua grande maioria, também trabalham com financiamento externo, nacional ou internacional, uma vez que o organismo de apoio se retira, elas mostram como têm poucas possibilidades de sobrevivência.

É interessante salientar como a capacitação está ligada às condições concretas de melhoria da produção, mas também ao direito da mulher participar como cidadã e ao tipo de discriminação sofrida pelas mulheres trabalhadoras rurais. Somente a CONTAG apresenta um modelo de capacitação mais ligado a direitos reprodutivos e financiado por uma organização internacional, apesar de que o MMTR-RS é apoiado por ONGs internacionais.

Uma das grandes dificuldades apontadas é a da participação das mulheres nas capacitações dadas tanto pelo governo como pelas ONGs; seja porque os cursos realizados não fazem diferença quanto ao tempo e horário, seja pelas suas dificuldades relacionadas ao trabalho reprodutivo ou pela impossibilidade de autonomia.

Analisa-se a seguir as organizações: O Sindicato de Trabalhadoras Rurais de Lima Campos e a Cooperativa Agro-extrativista/Maranhão, a Comissão das

Trabalhadoras Rurais/Paraná, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Elísio Medrado/Bahia, a Executiva do Movimento de Trabalhadoras Rurais de Getúlio Vargas e o Movimento de Trabalhadoras Rurais- RS - CONTAG.

O Sindicato de Trabalhadoras Rurais de Lima Campos e a Cooperativa Agro-extrativista, já passou por várias capacitações e tem assessoria quanto a economia do babaçu. As trabalhadoras rurais sentem que necessitam mais capacitação relacionada à produção, mas que também seria importante que fossem capacitadas na questão de gênero.

Mesmo com os pequenos cursos a gente já mudou muito, já conseguiu mais participação das mulheres na associação, porque quando a gente começou foi muito difícil até para as delegadas participarem do primeiro encontro, com a questão de casa, arrancar da aba dos maridos e o medo delas. Nos encontros municipais reuníamos muitas mulheres, mas na hora de dizer quem iria era mais difícil. Eu tenho vontade, diziam elas, mas não sei se meu marido deixa. Nisso a gente melhorou muito, começamos a sair de casa para participar mais do movimento e levar a sério (Santos, Sindicato de Trabalhadoras Rurais de Lima Campos).

A entrevistada da cooperativa conta como que um projeto em que trabalhavam 20 técnicos, apoiados por organismos internacionais passou à situação atual. Relata que a Comissão não é auto-sustentável e que apesar do reconhecimento da participação da mulher no sindicato, em termos financeiros necessita contar com apoio externo. Estão trabalhando com a Prefeitura e com a EMATER em cursos de capacitação.

Uma das dificuldades é que a mulher não consegue liberar-se para uma atuação mais em nível de município, de região, de estar assumindo isso. Ainda não conseguimos trabalhar essa questão das atividades da casa. Ela consegue fazer coisas locais e é difícil partir para uma política mais global. É uma questão de dividir na família a divisão das tarefas, até agora os homens não assumem, a produção de leite, a casa, a roupa está tudo colocado para a mulher. Essa proposta de trabalho com o associativismo se propõe a chegar ao ponto de discutir nos grupos como se dá a divisão de tarefas, como seria a forma das mulheres se colocarem para estar assumindo o trabalho mais para fora.

A entrevistada explica que a própria dinâmica dos homens e das mulheres é diferente, na medida em que é impossível para as mulheres deixarem a casa por quatro ou cinco dias para uma capacitação. Em termos de conteúdo as capacitações são ainda muito tradicionais e com cursos voltados para os homens.

... fizeram um curso no sindicato sobre gestão e as mulheres ficaram cozinhando, mas o próximo elas querem fazer o curso e não ficar na cozinha. Isso se vê muito, em termos de assistência técnica, tanto as organizações tradicionais como as mais alternativas, é muito vista a capacitação para os homens. Eu sinto isso na pele, por exemplo, quando chegam nas casas perguntam se o chefe está em casa. Se o homem não está voltam outro dia. Por exemplo, a mulher faz todo o trabalho do leite, mas quando tem o curso de capacitação é o homem quem vai. Para o gerenciamento é o homem, é uma luta muito grande para reverter esse processo (Escher, Comissão das Trabalhadoras Rurais, CUT Paraná).

Para Santos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Elísio Medrado, Bahia, capacita suas sócias, com encontros com a ajuda do MEB – Movimento de Educação de Base –, mas as mulheres reúnem-se uma vez por semana na própria horta ou nos sindicatos, onde discutem problemas relacionados com a violência sexual, o trabalho na agricultura e outros temas. Os principais obstáculos encontrados estão relacionados com a falta de cursos e a falta de avanço na luta juntamente com as precárias condições do sindicato, sem fax ou telefone, computador.

A Executiva do Movimento de Trabalhadoras Rurais de Getúlio Vargas, RS, capacita as várias comunidades com que trabalham, com temas variados dependendo das necessidades. Os cursos patrocinados pelo movimento de mulheres dá prioridade às mulheres, mas se o tema é, por exemplo, produção, comparecem mais homens e se o curso é da EMATER, ele é dirigido para os homens. “No Paraná foi realizada uma pesquisa de que apesar de que são as mulheres as que tiram o leite, as capacitações estão dirigidas diretamente aos homens” (Mariza, Nair, Tania, Catarina, Leni, Iraci, Lurdes, Executiva do Movimento de Mulheres Rurais de Getúlio Vargas).

A UNAIC critica o tipo de capacitação que realiza a EMATER para as mulheres.

A única coisa que tem por parte da EMATER sobre nutrição, coisa normal, nada que possa melhorar, só elas aprendem a fazer uma comida diferente, mais de nutrição. Em termos de trabalho para elas só um cursinho de crochet, de costura como produtora não é considerada... com os maridos já envolve, assim como eles trabalham no regime de produção familiar, o marido já engloba a família toda. Especificamente para elas não existe hoje (Radtke, Krup, União das Associações Comunitárias do interior de Canguçu - UNAIC).

O Movimento de Trabalhadoras Rurais do RS, relata como o movimento está preocupado com a questão da capacitação. Elas participaram em várias campanhas, com materiais específicos, como, por exemplo, para a documentação das Trabalhadoras Rurais, alimentação etc. Tem vídeos sobre saúde, um programa de rádio e um jornal informativo que analisa a situação do país, da agricultura familiar e outros temas.

Estão programando um curso de capacitação de liderança, sobre políticas públicas, educação, crédito, agroecologia e alfabetização de adultos. Distribuem material para as mulheres e trabalham com uma metodologia que utiliza o teatro, a dança e a música. Trabalham com rifas, pedágios para arrecadar fundos, mas são apoiadas com projetos de cooperação externa. Ainda tem muitas carências, pois não tem telefone, pagam aluguel e estão nesse momento discutindo um projeto de auto-sustentação (Gessi Boness, Mariza Scariot, Elenice Pastore, Vania, Ivone, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais).

A CONTAG com apoio externo está implementando um projeto de saúde reprodutiva, dirigido tanto a homens como a mulheres na área de saúde reprodutiva e capacitação. Vai-se produzir material sobre saúde reprodutiva no meio rural e capacitar os conselheiros municipais sobre o tema. Segundo Silva a CONTAG capta recursos do governo e quando necessita de mais, não tem dificuldade em solicitar financiamento, ela necessitaria organizar-se mais internamente para o pedido de recursos, com menos demora no processo de discussão interna. As agências internacionais muitas vezes dificultam os trâmites, complicando a apresentação de projetos.

CASOS NA BAHIA

Organizações Não-Governamentais

A Bahia, como foi explicado anteriormente, é tratada como um estudo de caso, onde entram ONGs, movimentos sociais, grupos de base, associações de moradores.

Com relação as ONGs foram entrevistadas: CRIA – Centro de Referência Integral do Adolescente; MUSA – Mulher e Saúde; GEM – Grupo de Estudos sobre a Saúde da Mulher; CHAME – Centro Humanitário de Apoio à Mulher; Projeto de Profissionalização para Cidadania; Centro de Educação Ambiental Parque São Bartolomeu; GAMBA – Projeto Reflorar e o Centro Projeto AXÉ de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente.

Apesar de não serem organizações que trabalham somente com mulheres, todas têm atividades com grupos de base populares onde incluem as mulheres e algumas os jovens, como atores importantes. Utilizam, para seus trabalhos, metodologias alternativas como desenho, teatro, dramatizações. Suas dificuldades principais são econômicas, muitas sem possibilidades de adquirir melhores meios de sustentação para seu pessoal e para os equipamentos necessários.

O GEM é parte da Universidade Federal da Bahia (UFBA), trabalha com profissionais da saúde e mulheres líderes comunitárias, por meio de oficinas de sensibilização e com metodologia feminista sobre o corpo, na área de saúde sexual e reprodutiva.

O GEM divulga as suas atividades por meio de panfletos, sentem necessidade de um veículo de comunicação dirigido à saúde da mulher, para ser distribuído entre as mulheres, estudantes etc. Contam com quase todos os principais equipamentos necessários para uma boa comunicação (falta um fax), não utilizam programas de rádio para divulgar o seu trabalho e têm uma certa dificuldade de espaço para notícias com a mídia.

Ferreira relata que existem dificuldades quanto a financiamento, com atividades financiadas a curto prazo, por projetos específicos e sem

garantia de continuidade e uma grande necessidade de acesso às tecnologias educativas em saúde a serem usadas com grupos de mulheres.

O CHAME, é relacionado a um núcleo de estudos e pesquisa, trabalha em oficinas, seminários, palestras, com adolescentes, em especial mulheres, professores da rede pública, visando a formação de liderança e de multiplicadores, sobre sexualidade em bairros, campanhas de denúncia pela imprensa, sensibilização nas escolas sobre tráfico de mulheres e turismo sexual. Com os adolescentes utilizam o desenho, a dramatização e a auto-expressão como metodologia.

Suas atividades são realizadas tanto no Brasil como no exterior para prevenção do tráfico sexual. Orientam um trabalho de conscientização sobre as condições de vida e trabalho dos migrantes, *“como lidar com as expectativas, sonhos e desinformações”*.

Realizaram com uma ONG suíça o “Dossiê Suíça”, amplamente divulgado, com testemunhos de mulheres envolvidas no tráfico para Europa, que vem sendo amplamente distribuída, especialmente para mulheres de comunidades.

O CHAME apresenta grandes problemas de infra-estrutura, faltam computadores e não estão ligados à rede Internet, que seria indispensável pelo tipo de contato que mantém com as ONGs do exterior. Sentem necessidade de uma assessoria para a produção de materiais, vídeos e de um boletim para divulgação de seus princípios e atividades entre os movimentos sociais. Precisam de um maior apoio às oficinas e ter condições de dar continuidade ao trabalho, na medida em que estão, nesse momento, negociando projetos (Leite, CHAME).

O MUSA é outro grupo de mulher ligado à UFBA. Dedicam-se ao ensino, à pesquisa e à extensão e realizam assessorias à pedido de organizações de base, sindicatos, associações de moradores etc. Imparte cursos de capacitação sobre sexualidade e saúde, identidade de gênero, realizando pesquisas sobre os mesmos temas.

Vem desenvolvendo um projeto de capacitação com líderes comunitários em saúde reprodutiva e sexual, com oficinas educativas, formando

multiplicadores na comunidade de origem. Está realizando, nesse semestre, um curso junto com a UNICAMP sobre Metodologia de Pesquisa, Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva. MUSA faz parte de várias redes nacionais e internacionais tais como: Rede Nacional Feminista dos Direitos Reprodutivos, Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe e outras.

Entre suas principais necessidades está a confecção de um boletim e um folder sobre as atividades da instituição (Aquino, MUSA).

O CRIA é uma ONG que trabalha com jovens, recorrendo a programas artísticos, com grupos de teatro, produção de material educativo, montagens de peças, elaboração de livros, cartilhas, vídeos. Os temas mais comuns dessas peças são: sexualidade, amor, auto-estima, expressividade, dando ênfase às relações de gênero. Elabora peças de teatro que vende para escolas.

Capacitam ONGs e entidades de base, no campo da cidadania por meio da arte, e trabalham junto a outras ONGs tais como Axé e o grupo cultural Ile-Aye. Trabalham professores com as escolas públicas – de 5ª a 8ª séries – capacitando e atualizando os educadores. Na área de saúde recorrem a oficinas de Educação Sexual e Cidadania.

Suas principais necessidades são em termos de pessoal para uma melhor divulgação do trabalho, assessoria de imprensa e ter a oportunidade de replicar as experiências bem sucedidas, contando com especialistas em treinamento para jovens, com orientação para cidadania e arte.

Em Salvador há vários projetos que trabalham com adolescentes pobres na área de treinamento, seria importante a promoção de um encontro entre eles e incentivar a participação de encontros em outros estados e em outros países. Apesar de que o CRIA recebe financiamento de agências internacionais e do governo, falta mais respaldo do Governo Federal (Milet, CRIA).

O Projeto Profissionalização para a Cidadania, é um programa que está relacionado com o Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO, ligado à Universidade Federal da Bahia, recebendo recursos próprios. Profissionaliza adolescentes negros, capacitando-os como cidadãos. Buscam reforçar uma formação de base que permita posterior adaptação ao mercado de trabalho.

O projeto trabalha com instrutores do 2º grau, cedidos pelo Governo. Consideram que falta material didático em linguagem acessível aos jovens afro-baianos, *“que falem de raça, como raça aqui vivida”*. Faltam livros didáticos, material audiovisual, um boletim de divulgação, computadores e estar ligado na Internet (Barreto, CEAO).

O Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, que também funciona no CEAO, UFBA, trabalha com as escolas públicas de toda a região da periferia urbana que circunda o parque, introduzindo educação ambiental, voltada para o adolescente. Formam especialistas, futuros guias para as visitas no parque. Esse programa foi suspenso por falta de segurança.

Não realizam um trabalho específico com as mulheres, mas estas estão presentes nas atividades de capacitação, falando de seus problemas e de casos de violência contra a mulher que são silenciados na região. Discute-se corpo, gravidez entre adolescentes e outros temas.

Existe um boletim, mas segundo a entrevistada seria importante um meio de divulgação maior nos bairros. Necessitam espaço, computadores, Internet, fonte de financiamento a médio prazo, já que as agências de financiamento estão cada vez mais restritas e dispõem de menos fundos para o trabalho (Formigli, Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu).

GAMBA - Projeto Reflorar, trabalha com comunidades rurais na área de preservação da Mata Atlântica, com atividades em capacitação. Há falta de treinamento do pessoal mais qualificado em questões de gênero, agricultura de conservação e manejo do solo, nutrição, alimentação alternativa, questão da comunicação e linguagem dos agricultores. O projeto possui todos os equipamentos para melhorar seu sistema de comunicação, mas faz falta pessoal capacitado que possa utilizá-lo (Neves, Projeto Reflorar).

O AXÉ nasceu do Movimento Nacional dos Meninos de Rua. Trabalha com crianças em situação de risco pessoal e social, está dividido em vários projetos e apesar de não ter um trabalho específico com grupos de mulheres, o número de beneficiárias de um de seus projetos, o Moda Axé supera o de meninos. Por outro lado vem buscando imprimir enfoque de gênero nas suas atividades.

Todo o trabalho é baseado na capacitação, cuja estratégia é o “*estabelecimento da relação entre o trabalho e o prazer*”, buscando por meio de técnicas de desenho, colagem e modelagem, uma experiência de trabalho e cidadania. O projeto é financiado por vários organismos internacionais e também organizações privadas (La Rocca, AXÉ).

Movimentos Sociais

Entre os movimentos sociais, na cidade de Salvador, encontram-se: O Grupo Lésbico Feminista, A União dos Negros pela Igualdade, UNEGRO e a Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI.

O Grupo Lésbico Feminista tem projetos ligados à prevenção de Aids e conscientização sobre os direitos humanos. Produzem *folders*, cartazes, cartilhas, divulgando práticas de sexo seguro, realizam palestras, com vídeos informativos e educacionais.

Para o Grupo falta capital para o repasse de informações que melhorem a qualidade de vida da população alvo. Necessitam conhecer mecanismos para captação de recursos, obter contatos para um plano de advocacia de direitos, quanto a denúncias sobre violações de direitos humanos das lésbicas e das mulheres em geral. É importante, para o grupo, um maior intercâmbio entre grupos de mulheres em nível nacional e internacional. Necessitam um jornal e um boletim para divulgação (Pantel, Grupo Lésbico Feminista).

A UNEGRO luta pela preservação e fortalecimento da cultura negra, valorizando o negro com instrumentos alternativos de mudança. Trabalham com oficinas dirigidas às mulheres e aos adolescentes. Têm um projeto de prevenção de Aids, com materiais de apoio e trabalham com educadoras de escolas comunitárias na formação de líderes.

Necessitariam trabalhos de natureza antropológica e a possibilidade de poder elaborar pesquisas e contar com grupos de instrutores jovens, investindo mais na educação, sobre a história dos negros e negras e suas realidades. Quanto aos recursos afirmam que está difícil, “*porque o Governo*

Federal privilegia grandes ONGs e as entidades populares, as organizações culturais geridas por negras não têm patrocínio, não conhecem canais e nem fontes de financiamento”.

A UNEGRO tem um boletim que é irregular e não possui os equipamentos necessários para o bom funcionamento da instituição. Necessitam uma pessoa para coordenar o projeto de Aids e técnicos com formação em saúde com especialidade sobre Aids e pessoal para preparar o material informativo (Santana, UNEGRO).

A ANAI dá assessoria técnica às comunidades indígenas nas áreas de educação, demarcação de terras e organização. Publicaram uma cartilha a partir do projeto “Recontando a história dos índios”, sobre representação indígena (Mascarenhas, ANAI).

Grupos de Base

Dos grupos de base foram entrevistadas pessoas relacionadas com as Escolas Comunitárias que têm assessoria do Centro de Cultura Popular - CECUP e o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia - SINDOMÉSTICO.

O CECUP treina educadoras de escolas comunitárias que trabalham na área de saúde, realizam pesquisas e oficinas culturais com teatro, dança e bonecos e atuam na formação de professoras e orientadores. São escolas, em casas, onde estudam crianças de bairros populares, como os filhos de empregadas domésticas. As escolas comunitárias trabalham com a auto-estima das mulheres, discutem as atividades das mulheres na casa e na escola e a divisão sexual do trabalho. Coloca-se a disposição das educadoras avançadas técnicas educacionais (Santana, CECUP).

Sindoméstico

O Sindicato oferece cursos periodicamente apoiado por várias das entidades do movimento negro e das mulheres feministas autônomas, com trabalhos de prevenção contra Aids e com trabalhos de pesquisa. São

apoiadas, esporadicamente, por entidades internacionais. Mas lhes parece difícil fazer projetos e negociá-los para serem financiados.

Trabalham com os temas de profissionalização, direitos trabalhistas, prevenção de Aids, história do povo negro. Utilizam material audiovisual, mas faltam recursos para elaborar cartilhas e há pouco acesso ao rádio e à TV. Produziram uma cartilha sobre direitos e deveres dos Trabalhadores Domésticos, com muito boa repercussão e tem um boletim informativo.

Suas necessidades vão desde a aquisição de fax e computador até a necessidade de pessoal mais especializado e que saiba idiomas (Oliveira, SINDOMÉSTICO).

Associações de Moradores

Foram entrevistadas a Federação de Associações de Bairros de Salvador – FABS e quatro associações de moradores – Associação de Moradores da Plataforma - AMPLA e Centro de Mulheres de Salvador – CEMS; Coletivo de Mulheres do Calafate; e Associação de Moradores do Bairro da Paz, Associação de Moradores do Bairro de Santa Rita.

A Federação de Associação de Bairros de Salvador organiza os moradores dos bairros de Salvador, em defesa dos direitos de cidadania. Há um projeto de Saúde Comunitária em negociação, que objetiva formar agentes populares de saúde. Não trabalham especificamente com mulheres, mas as mulheres se destacam em atividades e na direção da associação (Garcia, FABS).

A Associação de Moradores da Plataforma e Centro de Mulheres de Salvador, a AMPLA trabalha com a legalização de terras e o meio ambiente. Possui uma creche e escola profissionalizante. O CEMS organiza mulheres na região suburbana, realizando oficinas de capacitação sobre cidadania e saúde. Ambos têm adolescentes em seu público-alvo. Organizam grupos de teatro, ballet-afro, levando em conta as questões do bairro (Oliveira, AMPLA, CEMS).

O Coletivo de Mulheres do Calafate capacita com oficinas sobre sexualidade e violência, realizam campanhas sobre a saúde da mulher e

estão criando o Centro de Referência da Mulher. Recorrem a uma prática de capacitação e socialização em questões de gênero e preocupam-se com a formação de liderança jovem.

O que falta para o Coletivo é a possibilidade de realizar um trabalho mais sistemático, não em eventos, informais, mas continuados. Para tal, necessitariam apoio financeiro e material para a realização das atividades. Não produzem materiais próprios e os que recebem das ONGs são de difícil compreensão (Leiro, Coletivo).

A Associação de Moradores do Bairro da Paz realiza atividades de desenvolvimento comunitário, ligada à pastoral, com visitas e reuniões periódicas. Estão iniciando uma capacitação nas áreas de formação política, doenças sexualmente transmissíveis e cuidado com o corpo.

Possuem uma rádio comunitária relacionada com a associação de moradores, com mulheres muito presentes. *“Faz-se programas de boa aceitação, mas não se tem capacidade, os programas são numa linha de conscientização”* (Santos e Ubajarerda, Associação de Moradores do Bairro da Paz).

A Associação de Moradores do Bairro de Santa Rita, no município de Amargosa, realiza um trabalho com a igreja católica ligado à saúde, moradia, alimentação e educação de adultos com apoio do MEB. Utilizam o espaço da rádio Diocese. Tem total carência de material, de equipamentos e sua divulgação é realizada por meio do jornal da prefeitura (Santos e Melo, Associação de Moradores do Bairro de Santa Rita).

Capítulo 5

**QUE GÊNERO DE PODER
QUEREM AS MULHERES DE BASE?**

ESTRATÉGIA ANALÍTICA

A partir das 20 entrevistas realizadas em Salvador, Amargosa e Elísio Medrado, com mulheres líderes em organizações que trabalham ou são compostas por população de setores populares e que simplificarmente denominamos aqui de “mulheres de base”. As falas de mulheres de base permitem muitas leituras, a depender dos olhos dos leitores, das leitoras. Por exemplo, sugerem a força de práticas engendrando diferenças e até divergências em lidar com gênero, diversidades e, em especial, indicadores chaves sobre o que, para essas mulheres, significariam os seguintes tópicos:

- O conceito de gênero;
- O conceito de Poder, de empoderamento - ou condições necessárias para que as mulheres venham a ter poder e da lei de quotas (implantada a partir de 1995 no país pela qual se deveria assegurar 25-30% de posições, candidaturas, às mulheres para disputarem eleições, por partido. Esta lei vem sendo adotada também por vários sindicatos).

Ampliamos o debate sobre poder a partir da perspectiva de mulheres em distintos movimentos sociais, organizações de base ou com serviços a setores populares, que, como indica a análise dos capítulos anteriores, demonstram interesse e sensibilidade para a situação da mulher na sociedade. Exploramos, além da clássica ocupação de posições hierarquicamente supe-

riores em unidades que indiquem tomada de decisões, cenários, ou a avaliação desses pelas mulheres, que a nosso juízo intervém no processo das mulheres terem voz, poder de decisão sobre suas vidas, e poder de pressão e de negociação para implementação de projetos coletivos, isto é, voltados a serviços relacionados a direitos reprodutivos e sexuais. Para tanto, perguntamos sobre itens da agenda da Plataforma da Conferência de População (Cairo, 1994), avaliação sobre sua implementação pelo Governo brasileiro. Obstáculos culturais e da economia política são detalhados pelas mulheres.

As questões apresentadas à população investigada possibilitou identificar em que medida as mulheres de setores populares, dos bairros periféricos, as trabalhadoras, as negras, as lésbicas, ou seja mulheres em estados de exclusão social ou de discriminação dispõem ou não de cenários, ambiências sociais básicas para que venham a conquistar e exercer poderes em distintos ecos – no eu, ou seja, em suas vidas pessoais, nas relações homens e mulheres na instância do doméstico, na sociedade ou em diversas relações ditas públicas e na econatureza construída (ou destruída), no que se refere ao meio ambiente. Analisamos também suas falas por defesa de direitos e da implementação de medidas de combate a violências e pela necessidade de disporem as organizações de ação direta, sem necessariamente institucionalização nos moldes de grandes ONGs, segundo algumas entrevistadas, mas preservando o ativismo, de acesso a recursos, mecanismos de conhecimento, capacitação, informação e comunicação e apoio a organizar-se, sem prejuízo para sua autonomia e papel de grupo de pressão e lugar de crítica sócio-cultural, de cenários econômicos, quanto a micro e macropolíticas. Recursos e necessidades nas áreas de capacitação, comunicação e informação foram registrados, segundo o tipo de organização.

Mais uma vez frisamos que o nosso interesse foi mapear falas, registrar testemunhos, diversidade de posições, mesmo entre mulheres que compartilham projetos de justiça social, de lida com o comunitário e ressaltar como para mulheres de base, em vivência ou convivência com a pobreza, gênero, raça e classe não se anulam quanto a identificações próprias sem cair em homogeneizações simplistas que bloqueiam ações específicas, inclusive

por direitos. Por outro lado, se entrelaçam, prestando singularidades ao ser mulher, ao pensar e trabalhar com mulheres e homens na pobreza.

Em outras palavras, as falas apresentadas alertam para a complexidade do lema “empoderamento das mulheres” ou a vontade de dar poder ou possibilidades para as mulheres conquistarem o poder, se a referência são mulheres negras, mulheres que residem na periferia urbana de cidades como Salvador, mulheres trabalhadoras rurais ou em regiões urbanas de municípios de atividade agrícola, mulheres negras, mulheres em ocupações do tipo serviço doméstico. As falas também indicaram que se muitos cenários no plano da economia e da cultura exigiriam transformações radicais na sociedade, por outro lado também há muitas medidas instrumentais que com alguma vontade política e recurso poderiam ser acionadas pelo Governo e por outras agências.

A seguir, uma entre várias leituras, de falas das mulheres de base na Bahia, da amostra deste trabalho.

O CONCEITO DE GÊNERO

A maioria das entrevistadas considera gênero como indicativo de relações sociais entre homens e mulheres. É interessante notar que 3 em 12 mulheres não se sentem confortáveis com o conceito, ainda que o usem, ou porque lhes sugere o conceito que se estaria enfatizando antagonismos entre homens e mulheres, ou não investimento em mudar o homem, mentalidade e comportamentos nas relações entre os sexos ou porque se deixaria com o uso do conceito investimento na igualdade. Por outro lado, uma entrevistada considera que com o conceito há o risco de se “perder como referência a mulher”.

Seriam indicadores para análises, programas de treinamento e trabalhos com as mulheres e com os homens com perspectiva de questionar estereótipos no gênero, se reunimos elementos de várias operacionalizações do conceito naquele quadro:

- emocional em relação com o biológico (corpo);
- diferenças entre homens e mulheres – identificação e respeito;
- direitos das mulheres, considerando a diversidade de necessidades e singularidade culturais dessas, por exemplo, os direitos e problemas da mulher negra;
- estereótipos e discriminações por conta de ser homem ou ser mulher;
- problemas que enfrentam as mulheres, como as violências;
- questionamento das divisões e diferenciações sexuais de trabalho e poder, entre o público e o privado e a desvalorização do trabalho no mercado e no doméstico da mulher;
- ênfase no fato de que as mulheres são mais oprimidas;
- auto-estima da mulher – resgate, estímulo e combate às submissões por parte da mulher;
- preocupação com o homem;
- construção de novas relações, novos valores e uma nova sociedade pautada na igualdade;
- análise da situação de homens e mulheres, diferenças e o que há de comum a partir de situações vividas na comunidade.

GÊNERO E PODER

Posições

As mulheres entrevistadas, em sua maioria, não consideram que têm grandes problemas como líderes e gestoras de programas em suas organizações ao lidar com autoridades no poder público ou em agências internacionais e nacionais financiadoras, pelo fato de serem mulheres, contudo algumas qualificam peculiaridades em tais relações como:

- não é confortável como mulher lidar com homens investidos em autoridade na vida pública;
- existe uma dinâmica de sedução, que para algumas é usada pelos homens e, para outras, pelas mulheres;

- não é problema lidar com homens de poder quando se é mulher, desde que esta mulher seja uma técnica, uma profissional;
- os homens no poder recorrem à sedução para impor verdades, em um exercício de autoritarismo;
- é até mais fácil lidar com homens que com mulheres com poder;
- o exercício do poder autoritário não depende de sexo/gênero, mas dos interesses políticos de quem está no poder e da correlação de forças com o/a adversário/a político/a;
- depende do tema/área da organização dirigida pela mulher, por exemplo, há economistas que se consideram entendidos em exploração e turismo sexual;
- os homens com cargos no poder oficial, demonstram arrogância, conhecimento técnico superior, atitude de dono da verdade quando lidam com as mulheres.

Mulheres que estão em organizações que lidam com múltiplas fontes de subordinações, como em entidade do movimento negro e em entidade de proteção dos direitos das lésbicas são enfáticas em declarar que sim, que é problemático lidar com homens em cargos de poder em agências do governo e/ou de cooperação.

Dezenove entre vinte entrevistadas indicaram desconforto com o uso do termo “empoderamento” das mulheres, ou porque não sabiam a que se referia ou porque lhes sugere agressividade e aceitação de autoritarismos que condenam na forma como os homens exercem o poder. Por outro lado a maioria considera importante ter mulheres em cargos de poder, mas relativizam tal movimento por alçar mulheres em posições de poder, considerando que se deve também investir em outros aspectos relacionados ao exercício do poder, para que este de fato não beneficie apenas algumas mulheres. Neste sentido as falas sugerem as seguintes leituras:

- necessário investimento em cursos de capacitação em liderança para que as mulheres possam melhor competir e exercer cargos de poder;

- importante desenhar mecanismos que garantam que as mulheres que exerçam o poder sejam sensíveis aos direitos e necessidades de diferentes mulheres, como as mulheres pobres, as lésbicas e as negras;
- cuidar das representações e investir para que as mulheres em singular estado de exclusão tenham condições elas mesmas de estarem em posição que lhes permitam defesa dos interesses do seu grupo, assim haveria que pleitear possibilidades das mulheres negras, por exemplo, ocuparem posições de poder;
- discutir mais, que poder se quer, e como será exercido, para não reproduzir autoritarismos;
- considerar que, mais do que brigas pelo poder, haveria que investir mais em mudanças de mentalidades;
- poder não deveria ser equacionado somente por gênero, sensibilidade para algumas e compromisso político ou posições políticas para outras. É mais importante, e assim há homens que melhor representariam interesses de muitas mulheres;
- considerar que a sedução pelo poder, a vaidade em tê-lo, enreda homens e mulheres;
- refletir que o nó dos problemas das relações de gênero não seria o poder, mas uma cultura de intolerância em que não se respeita diferenças;
- considerar a importância de que cada vez mais mulheres exerçam cargos de poder, pelo efeito de demonstração para os/as jovens, contrariando-se assim o estereótipo de que o espaço “naturalmente” da mulher é a casa. Justiça social, por direito, ou porque tem a mulher singular sensibilidade com problemas sociais, como os que as atingem (a exploração sexual e a violência doméstica, são alguns dos argumentos que apresentam as mulheres entrevistadas). A grande maioria passa a considerar que é importante ter mulheres em cargos de poder de decisão sobre coisas públicas.

Por argumentações similares às antes listadas, as entrevistadas se expressaram em relação a cotas, como uma medida importante, como um direito – para

a maioria –, mas que deveria ser acompanhada de outras medidas e ações. Durante as entrevistas, muitas questionaram os parâmetros estatísticos das cotas, mas algumas também frisaram que tal parâmetro deveria variar em relação as bases de referência, ou em relação à formação das candidatas. Note-se que a capacitação para candidatar-se ou competir por cargos foi sugerido por muitas entrevistadas, como um mecanismo de “dar poder às mulheres”.

Diferenças de posições em relação a gênero e poder são mais marcantes quando se pergunta se “faz ou não diferença ter mulheres no poder”. Entre as que consideram que sim, faz diferença ter mulher no poder, argumenta-se que:

- especificidades sempre ocorrerão e as mulheres lésbicas bem as sentem;
- quando na presidência de uma associação de moradores de um bairro pobre está uma mulher, é mais fácil fazer trabalhos relativos à prevenção da exploração sexual da mulher, da jovem, da mulher negra;
- as mulheres são mais sensíveis, “vêm mais amplo”, são mais críticas, cuidam mais da comunidade e não somente de seus filhos. Contudo, se adverte que há mulheres e mulheres;

As que argumentam que é indiferente ter uma mulher ou um homem no poder, defendem que sensibilidade e posição política, assim como orientação ética ou compromisso com o coletivo, não circunscrito aos interesses dos de sua raça ou classe, são posturas que contam mais para o bom exercício de um cargo público.

Quanto ao poder relativo que tem mulheres em algum cargo de liderança ou quando elas se organizam, cerca de 18 em 20 mulheres consideraram que os homens se sentem desconfortáveis quando as mulheres se organizam. Por medo de que seu poder seja ameaçado, que se invertam os papéis e que elas passem a mandar neles, ou por outras expressões similares como, os homens não gostam que as mulheres formem grupos.

As agendas das Conferências Internacionais das Nações Unidas sobre População (Cairo, 1994) e sobre a Mulher (Beijing, 1995) trazem uma

série de itens para Plataformas de ação, visando combater situações de subalternidades e exclusões de direitos humanos sofridas pelas mulheres. Buscariam dar poder às mulheres. Indicações de como as mulheres de base avaliam a implantação de algumas recomendações da Conferência de População se expressam em observações como *“A medida que a Conferência foi em 1994 esperávamos um maior conhecimento sobre o comportamento do Governo em relação a alguns dos serviços e medidas aí mencionadas”*. Primeiramente, de 20 entrevistadas, somente 2 mulheres de entidades que lidam com saúde conheciam e tinham lido o documento da Conferência do Cairo.

Por outro lado, a maioria das entrevistadas declararam que não sabiam ou não queriam responder sobre itens relativos à prestação de serviços por parte do Governo em áreas de direitos reprodutivos e sexuais. A grande maioria considera que o Governo brasileiro não estaria cumprindo o compromisso assumido, ao ratificar aquela Conferência, na medida em que não se dispõe de serviços previstos na Plataforma de Ação daquela Conferência, a saber:

- serviços de planejamento familiar e de saúde reprodutiva de qualidade;
- serviços de saúde sexual;
- campanhas e ações de combate ao analfabetismo entre adultos, especialmente entre as mulheres;
- apoio aos grupos de base de mulheres;
- campanhas para ampliar a responsabilidade dos homens na vida reprodutiva;
- campanha por paternidade responsável e leis que obriguem aos homens a pagar pensão para os filhos que vivam com suas mães;
- educação no nível primário de temas como sexualidade, respeito às diferenças; informações sobre DSTs e sobre Aids.

Cenários - A Cultura e a Economia Política

Várias são as normas culturais que se constituem em obstáculos ao bom andamento dos projetos das organizações de base, dos movimentos sociais

e ONGs investigadas. Algumas referências se repetem e se repetiriam muito mais se todas as vinte entrevistas fossem apresentadas. As falas das mulheres de base se alongam ao relatá-las, por riqueza de detalhes, de indignação, por vontade de registrar brigas quase diárias contra tais normas. Outras são específicas, orientadas mais pela prática ou ramo de atuação das entrevistadas. Note-se que muitos dos obstáculos rubricados como culturais são relacionados à pobreza e economia política. Entre os obstáculos culturais do trabalho das organizações dirigidas pelas mulheres entrevistadas destacamos:

- divisões sexuais de trabalho e de poder;
- dupla jornada, ser mãe e trabalhadora no mercado ou na roça;
- falta de, ou baixa auto-estima por parte da mulher;
- desconhecimento e descuido sobre o corpo;
- intolerância em relação às diferenças, preconceitos contra as mulheres lésbicas;
- relações assimétricas entre os sexos, preconceitos machistas;
- que o homem assuma responsabilidade com a prevenção contra doenças tipo Aids e DST nas relações sexuais;
- o estereótipo do homem negro em relação a si, codificando-se como reprodutor, viril;
- parâmetros culturais sobre identidade masculina;
- questão da auto-estima na população negra;
- perda da identidade no caso da empregada doméstica que mora com os patrões;
- racismo;
- o valor negativo atribuído ao trabalho doméstico, considerado de mulher negra, o que se relaciona ao racismo, ao sexismo e preconceitos com base de classe;
- cumplicidade da mulher com seus agressores via o silêncio (por exemplo, as trabalhadoras domésticas que se calam em relação ao assédio sexual por parte dos patrões);
- descrédito nas autoridades governamentais, na polícia;

- impunidade;
 - valorização positiva do estrangeiro, o que facilitaria o turismo sexual e o tráfico;
 - estereótipos sobre a mulher e a forma como o corpo da mulher é usado na propaganda;
 - a reprodução de estereótipos sobre ser mulher e ser homem, sendo a mãe um dos agentes de tal reprodução;
 - preconceitos contra as prostitutas;
 - ignorância sobre administração de indústrias domiciliares, microempresas, cultura do trabalho por conta própria;
 - adscrição da mulher ao doméstico e maior circulação dos homens pelos espaços do lúdico;
 - desrespeito à mulher trabalhadora;
 - violência policial;
 - violência doméstica;
 - desencanto dos jovens com práticas coletivas, trabalho comunitário;
 - distância entre as gerações;
 - hábitos alimentares negativos, cultura do encher a barriga e não do alimentar-se; dieta pobre, circunscrita à farinha com carne seca ou ao feijão e farinha; falta de hábito de comer verduras e legumes;
 - divisões sexuais na forma de participação de organizações, em particular nos sindicatos, as mulheres opinam, mas não decidem;
 - o fato de que a mulher rural não é dona da parcela de terra.
- Obstáculos relacionados com a situação da economia política – a pobreza, a legislação, a burocracia e outros, que enfrentam as organizações que trabalham com mulheres e homens pobres, com a população negra, com os jovens pobres, na área de saúde, de educação ambiental, nas associações de moradores, entre outras. A maioria cita fatores relacionados ao empobrecimento da população como básicos entraves aos seus objetivos de advocacia de direitos, conscientização sobre relações sociais de gênero, sobre o meio ambiente e direitos sexuais e reprodutivos, ou no nível de

rendimento do público-alvo nos programas. Os temas por áreas que listamos não traduzem a riqueza das falas das mulheres sobre os cenários que obstaculizam ter algum poder ou até condições de sobrevivência por parte dos pobres e como as mulheres são particularmente afetadas.

Considerando fatores na economia política por área temática e tipo de constituinte das organizações, seriam prioridades a serem consideradas em nível de advocacia de direitos e por serviços:

A – POPULAÇÃO

- Mulher trabalhadora doméstica:
 - legislação - direito ao Fundo de Garantia por Tempo e Serviço e horas extras;
 - cumprimento da Constituição quanto a recebimento de salário mínimo e ter carteira assinada;
 - cumprimento da legislação pela qual a trabalhadora doméstica menor de idade tem direito à educação;
 - qualidade de vida do/da trabalhadora em sua comunidade de residência quanto a saneamento, alimentação, violência policial nos bairros pobres, e contra os negros e as negras; a violência na periferia – violência sexual;
 - forma como a empregada doméstica é tratada nas delegacias policiais – o descaso e o desrespeito estimulam as violências cometidas pelos patrões e o silêncio das empregadas.

- Adolescentes pobres:
 - engajamento em atividades para sobrevivência familiar em detrimento da educação para a profissionalização, para o crescimento intelectual, para a educação da cidadania e para atividades artísticas que colaborem em seu crescimento como pessoas e na sua criatividade;

- violência institucionalizada que vem vitimando principalmente os jovens negros, os jovens residentes em bairros periféricos, violência policial, violência de gangs e do tráfico de drogas.
- Saúde
 - legislação restritiva em relação ao aborto;
 - falta de serviços de educação e saúde que atendam áreas como planejamento familiar, gravidez de adolescente, prevenção do câncer cérvico-uterino.
- Identidade-raça:
 - racismo disfarçado;
 - pobreza entre os negros, desemprego;
 - índice de mães solteiras e mulheres chefes de família entre as mulheres negras.
- Emigração por tráfico e exploração de mulheres e turismo sexual:
 - condições econômicas, pobreza estimularia o tráfico e a exploração de mulheres;
 - falta de serviços de repressão ao tráfico de mulheres e à exploração de mulheres no país;
 - no exterior, faltariam serviços nas embaixadas e consulados de amparo das necessidades da mulher brasileira vítima de violências sexuais, violências domésticas e do tráfico.

B – AÇÃO COMUNITÁRIA E MEIO AMBIENTE AO NÍVEL LOCAL

- Relação entre pobreza e desemprego à:
 - violência doméstica contra a mulher;
 - nível negativo de saúde da população;
 - desnutrição;
 - luta diária pela sobrevivência;
 - problemas de conscientização sobre meio ambiente - como falar em hábitos saudáveis, postura de cidadania, respeito à natureza, se tudo é tão precário, se os esgotos são à céu aberto e os mananciais poluídos?;
 - absentismo por cansaço, dupla jornada das mulheres, dos cursos sobre puericultura, nutrição, higiene, uso racional de recursos ambientais;
 - como falar com os jovens sobre o valor do trabalho e dos estudos, combater o estímulo à delinquência, ao tráfico de drogas, se aumenta o desemprego e a precariedade do trabalho?
- Estado de impunidade em relação a violências.
- Falta de alternativas de lazer para os jovens.
Mulher rural não sabe como lidar com a legislação sobre posse da terra; aposentadoria, o INCRA e com a burocracia; não sabe sobre direitos quanto à licença maternidade.
- Desconhecimento da mulher sobre seus direitos legais.
- Falta de bons serviços nas áreas de saúde e de educação, acarretando trabalho extra para a mulher cuidar dos mais velhos, dos doentes e das crianças.
- Falta saneamento, o sistema de fossas, em muitos lugares, como no campo, em céu aberto.
- Lixo nas ruas e nas casas.
- Poluição de rios.
- Enchentes e desabamentos, em especial no período de chuvas em

Salvador (a maioria nos bairros periféricos, nos bairros de residência dos pobres).

- Disputas político-partidárias incidindo sobre a qualidade de vida das populações pobres, retenção de verbas de municípios da oposição, tráfico de favores e de influências entre políticos, arriscando investimentos, obras básicas à qualidade de vida do povo.

LISTA DE SIGLAS

AMB DE SANTA RITA - Associação de Moradores do Bairro de Santa Rita

AMB PAZ - Associação de Moradores do Bairro da Paz

AMPLA - Associação de Moradores de Plataforma

ANAI - Associação Nacional de Ação Indigenista

AXÉ - Centro Projeto AXÉ de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais – Universidade Federal da Bahia

CECUP - Centro de Cultura Popular

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Salvador, Bahia

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEMS - Centro de Estudos sobre Mulheres (Associação de Bairros do Subúrbio de Salvador)

CENTRO EDUCAÇÃO AMBIENTAL SÃO BARTOLOMEU - PROJETO MEMORIAL PIRAJÁ/CEAO/UFBA – ligado ao Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia

CESE - Centro de Estudos Ecumênicos

CHAME/NEIM - Centro Humanitário de Apoio à Mulher/Núcleo de Estudos Integrados sobre a Mulher, relacionado à UFBA-Universidade Federal da Bahia

CONLACTRAO - Confederación Latinoamericana de Trabajadoras del Hogar

CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes

CUT - Central Única de Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas de Emprego

FABS - Fundação de Associação de Bairros de Salvador

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

GAMBA - Grupo Ambientalista da Bahia

GAMBA-PROJETO REFLORAR - Projeto REFLORAR, Recomposição Florestal em Áreas Rurais, relacionado à ONG GAMBA

GEM - Grupo de Estudos sobre a Saúde da Mulher, relacionado à Escola de Enfermagem da UFBA - Universidade Federal da Bahia

GLB - Grupo Lésbico da Bahia

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MUSA - Mulher e Saúde, ligado ao Instituto de Saúde Coletiva, da UFBA - Universidade Federal da Bahia

NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, (Universidade Federal da Bahia)

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

POMMAR - Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco

PROJETO PROFISSIONALIZAÇÃO PARA CIDADANIA - relacionado ao CEAO/UFBA - Centro de Estudos Afro-Orientais e ao CEFET/BA - Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

SEFOR - Secretaria de Formação Profissional

SINDOMÉSTICO - Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia

SUS - Sistema Único de Saúde

UBM - União Brasileira de Mulheres

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNEGRO - União dos Negros pela Igualdade

USAID - United States Agency of Information and Development

FONTES CONSULTADAS

- ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. *Meio ambiente e gênero na contemporaneidade brasileira. Experiências, projetos, perspectivas e representações*. Brasília: UNESCO/EPD/Cortez, 1997.
- ABRAMOVAY, Miriam. *Genero en el Desarrollo Sostenible*. San José, Costa Rica: UICN, Oficina Regional para Mesoamérica, Programa Social de la Conservación, 1994.
- ABRAMOVAY, Miriam e Lerner Gail, (introduction) *Gender and Sustainable Development, A New Paradigm*, UNIFEM, New York Poscript: Down the Earth: Post - UNCED Perspectives. In: *Gender and Sustainable Development a New Paradigm*. Edt. Brasileiro Ana Maria, 1996.
- ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Ivan Tadeu; FERRARI, Dilvan; TESTA, Vilson Marcos. *Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó/Brasília: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - Convênio FAO/INCRA, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI/SC) - Centro de Pesquisa para Pequena Propriedade, 1997, (xerox)
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. *IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher. Igualdade, Desenvolvimento e Paz*. Beijing, 1995.
- BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro: O Trabalho da Mulher nos Anos Oitenta. In: *O Trabalho no Brasil no Limiar do Século XXI*. São Paulo: Edt. LTr. 1995.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. O Trabalho da Mulher Brasileira nos Primeiros Anos da Década de Noventa. In: ABEP, *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Lourenço: ABEP, vol 1, 1996.

- CAPELLIN GIULIANI, Paola. Silenciosas e Combativas: As Contribuições das Mulheres na Estrutura Sindical no Nordeste 1976/1986. In: OLIVEIRA COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. *Rebelião e Submissão. Estudos sobre Condição Feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1989.
- CORRAL, Thaís (Coord); CORREIA, Sônia; VIEZZER, Moema; CECHIN, Matilde; ROMANI, João; URBAN, Teresa; LADEIRA, Taís. *Temática: Mulheres e o desenvolvimento sustentável* - [material para a RIO+ 5]. 1996. (xerox)
- CHAUI, Marilena. "Prefácio". In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- CASTRO, Mary Garcia; LAVINAS, Lena. Do Feminino ao Gênero: A Construção de um Objeto. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. (Org.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- CASTRO, Mary Garcia. Gênero e Poder no Espaço Sindical. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ/IFICH, 1995.
- CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de Categorias Sociais na Produção de Sujeitos Políticos: Gênero, Raça, Classe e Geração entre Líderes do Serviço Doméstico Organizado em Salvador. In: *Revista Estudos Feministas* n.0, Rio de Janeiro: UFRJ/CIEC, 1992.
- CNDM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Estratégias da Igualdade*. Plataforma de ação para implementar os compromissos assumidos pelo Brasil na Quarta Conferência Mundial da Mulher. Brasília. CNDM, versão preliminar, 1996.
- CNDM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Protocolo de Cooperação que celebram entre si o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde para a Promoção e Melhoria da Saúde da Mulher*. Brasília: CNDM, 1996. (xerox)
- CNDM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Protocolo de Cooperação que celebram entre si o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação e do Desporto com vista à Promoção da Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres* Brasília: CNDM, 1996. (xerox)

- DEERE, Carmen. *La mujer y la Política Agrária en America Latina*. Bogotá: Siglo XXI, ACEP, 1886.
- FETAGS: RN, CE e PE - Federações de Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. *Projeto Educação em Saúde Reprodutiva, Gênero e Família para a CONTAG - Projeto de Pesquisa apresentado ao Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP): Brasília, 1997. (xerox)*
- FNUAP - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA POPULAÇÃO. *Bases para o Programa de Cooperação entre o Brasil e o FNUAP 1998 - 2002. Relatório de Missão. Brasília: FNUAP, 1997. (xerox).*
- GIACOMO DE LAGO, Tania. Saúde, Vulnerabilidade e Prevenção. In: SEADE, Mulher e Trabalho, São Paulo: *Boletim*, fevereiro. SEADE, 1997.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. São Paulo: Ed. Papirus, 1990.
- HADDAD, Sérgio. A educação no movimento dos trabalhadores sem terra em Bagé e Sarandi (RS). In: CORREA MARQUES, Maria Inês. Tempo das tribos e a mudança do olhar sobre os reagrupamentos sociais: o caso do MST. *Revista Ex Catacumbes*. Salvador/BA: ADC-SAL, Ano II – nº 01 – Nov./1996.
- LAVINAS, Lena. *Emprego feminino: O que há de novo e o que se repete*. IPEA, Rio de Janeiro: 1997. (a ser publicado)
- LAVINA, Lena; MELO, Hildete Pereira de. *Mulheres sem medo do poder. Chegou a nossa vez. Cartilha para Mulheres Candidatas a Vereadoras*. Brasília: DIPES - IPEA, Bancada Feminina no Parlamento Nacional, IBGE e Senado Federal, 1996.
- LAVINAS. Lena; BARTED, Leila. Mudanças na Sociedade Salarial, Regulamentação e Emprego Feminino. In: ABEP, *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Lourenço: ABEP, vol. 1, 1996.
- LINHARES, Barsted Leila. *Mulher, população e desenvolvimento*. Brasília: CFEMEA, 1996.
- MEDEIROS, Carlos A.; SALM, Cláudio. *O Mercado de Trabalho em Debate*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 39, julho, 1994.

- NAVARRO, Zander. (Org.). *Política, Protesto e Cidadania no Campo. As Lutas Sociais dos Colonos e Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1996.
- OLIVEIRA, Darcy Rosiska. Perfil Institucional. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. In: *Acervo, Revista do Arquivo Nacional, Estudos de Gênero*, vol. 9, número 01/02, Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 1996.
- PAIVA, Paulo T. A. Cinquenta Anos de Crescimento Populacional e Absorção de Mão-de-Obra no Brasil - 1950 - 2000. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. v. 3 (1). ABEP, 1986.
- PIMENTEL Silvia. Discriminação e Violência na Área Civil. In: *Pensando nossa cidadania, propostas para uma legislação não discriminatória*, CFE-MEA, 1993.
- PNUD-IPEA - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996*. Brasília: PNUD-IPEA.
- REDE MULHER. *Com Garra e Qualidade*. Rio de Janeiro: Rede Mulher, 1992.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Relatório geral sobre a mulher na sociedade brasileira. IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz*. Brasília: República Federativa do Brasil, 1995.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SEADE, Mulher e Trabalho. São Paulo: *Boletim*, fevereiro. SEADE, 1997.
- _____. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Mulher e Trabalho. São Paulo: *Boletim*, fevereiro. SEADE, 1997.
- _____. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Mulher e Trabalho. São Paulo: *Boletim*, março. SEADE, 1997.
- SERPA, Ângelo, Garcia, Antônia. *Projeto espaço livre*. Salvador: AMPLA. Universidade Federal da Bahia, 1996 (xerox).
- STÉDILE, João Pedro. Um Brasil Diferente. In: *República*, junho, p. 98, ano I, n. 8. 1997.

- STEPHEN, Lynn. Relações de Gênero: Um Estudo Comparativo sobre Organizações de Mulheres Rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander. (Org.) *Política, Protesto e Cidadania no Campo. As Lutas Sociais dos Colonos e Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1996.
- VALDES, Teresa, GOMARIZ, Enrique (Org.). *Mujeres Latinoamericanas em Cifras*. Santiago, Chile; Brasil: FLACSO, 1992.
- UBM- União Brasileira de Mulheres. *Mulher e Saúde*. São Paulo: UBM, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1996.
- UNESCO/EPD. *Special Priority Project - Empowering Women as Agents of Change in Community Development, Population Programmes and Environmental Protection*. In: *the Nine High-Population Developing Countries* EPD/ST/SPWP, 1997.
- UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres. *Women's Leadership and the Ethics of Development*—New York: UNIFEM, 1996.
- WAJNMAN, Simone. *O crescimento da atividade feminina no Brasil no contexto do processo de informalização do mercado de trabalho*. 1996. s.r.b.

ANEXO

**PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES
ENTREVISTADAS**

SALVADOR, BAHIA

Nome da organização:

CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes

- 1. Nome da entrevistada:** Maria Eugenia Viveiros Millet
- 2. Responsável:** Maria Eugenia Viveiros Millet
- 3. Endereço da organização:** Rua Gregório de Matos 21, 2º andar, Pelourinho, Salvador, Bahia.
- 4. Tel:** 071-3221334
- 5. Fax:** id
- 6. Data da fundação (ano):** 1994
- 7. Objetivos:**

Abrir espaços de escuta para as questões emergentes dos jovens, estimulando sua participação ativa, via programas artísticos pedagógicos, em que adolescentes e educadores se tornam multiplicadores de suas próprias experiências educativas. Os projetos desenvolvidos pelo CRIA enfocam temas sociais emergentes e de interesse dos adolescentes, como educação, sexualidade, etnia, violência, relações de gênero, cidadania. As atividades do CRIA referem-se, também, ao programa de formação de grupos de teatro de adolescentes e à produção de materiais educativos, montagem de peças educativas, elaboração de livros, cartilhas etc.

Nome da organização:

CHAME - Centro Humanitário de Apoio à Mulher (projeto de extensão do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/ Universidade Federal da Bahia)

1. **Nome da entrevistada:** Luiza Hubee
2. **Responsável:** Maria Jaqueline de Souza Leite e Luiza Hubee
3. **Endereço da organização:** UFBA/FFCH/NEIM - Estrada de São Lázaro s/nº, Federação - Salvador, Bahia, 400000
4. **Tel:** 071-2359474
5. **Fax:** id
6. **Data da fundação (ano):** 1994
7. **Objetivos:**

Ver Documento “Dossiê Suíça”, Chame e FIZ, Salvador, Zurich, 1996.

- Prevenção do turismo sexual e do tráfico de mulheres por meio de informação, sensibilização e formação de multiplicadores junto à rede de educação, em escolas públicas de 1º e 2º grau; ao meio acadêmico, universitário; sindicatos e entidades de classe.
- Trabalho com adolescentes no plano de educação para cidadania e em relação à sexualidade.
- Assessoria à organização de mulheres, associações de bairro, entidades da Igreja, movimentos sociais relacionados a grupos étnicos; sensibilização da imprensa e dos poderes constituídos para a questão do turismo sexual, tráfico de mulheres e relações de gênero.
- Elaboração de material para conscientização sobre turismo sexual, para divulgação no Brasil e no exterior (com a ONG suíça FIZ, em 1995 o Chame publicou o “Dossiê Suíça” sobre o tráfico de mulheres brasileiras para Europa).

Nome da Organização:

ANAI - Associação Nacional de Ação Indigenista

1. **Entrevistada:** Lúcia Mascarenhas
2. **Responsável:** Rosa Costa
3. **Endereço da organização:** Rua Santa Isabel nº 4, térreo, Pelourinho Salvador, Bahia, 40025110
4. **Tel:** 0713224380
5. **Data da fundação (ano):** 1980
6. **Objetivos:**
 - Assessoria técnica a comunidades indígenas nas áreas de saúde, educação, demarcação de terra, educação comunitária e organização;
 - Formação de formadores de opinião pública, professores e jornalistas, por exemplo, sobre os povos indígenas;
 - Intervenção em políticas públicas para os povos indígenas.

Nome da Organização:

MUSA - Mulher e Saúde - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia

1. **Entrevistada:** Dra. Estela Aquino
2. **Responsável:** Dra. Estela Aquino
3. **Endereço da organização:** Rua Padre Feijó 29, 4º andar, Canela - Salvador, Bahia, 40110170
4. **Tel:** 55-71-2450544
5. **Fax:** 55-71-2375856
6. **E-mail:** estela@ufba.br
7. **Data da fundação (ano):** 1990
8. **Objetivos:**
 - O eixo é pesquisa, ensino e trabalhos de extensão tendo como vetor a saúde – coletiva, populacional – com uma perspectiva de gênero.

- Divulgar para os movimentos sociais, grupos de base e público em geral, os resultados de estudos sobre tal temática, contribuindo para a apropriação dos resultados de pesquisas acadêmicas pelos grupos de mulheres, movimentos sociais, reforçando, assim, os movimentos de mulheres.
- Fazer a ponte entre o conhecimento acadêmico e os movimentos sociais.
- Formação e treinamento de profissionais na área de saúde.
- Trabalho junto à academia, consolidando o debate sobre gênero e saúde.
- Formação de jovens pesquisadores, via cursos instrumentais relativos a gênero, saúde.

Nome da Organização:

Centro Projeto AXÉ de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente

1. **Nome das entrevistadas:** Cesare de Florio La Rocca, Marli Oliveira, Augusto Perrone, Nicholas Cirvirine, Valéria Moreira de Fonte
2. **Responsável:** Cesare de Florio La Rocca
3. **Endereço da organização:** Rua Professor Lemos de Brito, 184, Morro do Gavazza, Barra, Salvador, Bahia, CEP: 440140-090
4. **Tel:** 071-331-6077/331-7619
5. **Fax:** 071-237-6030/237-2004
6. **Data da fundação (ano):** 1990
7. **Objetivos:**
 - O desenvolvimento de distintos programas e projetos que têm como população-alvo, além do público original – crianças e adolescentes na rua – crianças e adolescentes de famílias pobres, e suas famílias, como: a Moda AXÉ; a Oficina de Reciclagem de Papel; o Projeto Erê, ligado a atividades culturais; a Oficina de Idéias e Alfabetização - voltada para crianças até 12 anos; e as Empresas Pedagógicas de Encaminhamento ao Mercado de Trabalho.
 - Defesa de direitos, ações de conscientização, de mobilização, de educação e de produção e gerenciamento.

Nome da Organização:

Coletivo de Mulheres do Calafate - Associação de Bairro da área da Bacia do Calafate

1. **Nome da entrevistada:** Marta Tavares Leiro
2. **Responsável -** É um coletivo. Nas atividades de coordenação estão nove mulheres
3. **Endereço da Organização:** Rua Calafate 12A, San Martin - Baixada da Fazenda Grande. Salvador, Bahia
4. **Tel:** (071) 313-6526.
5. **Fax:** id
6. **Data da Fundação (ano) :** 1992
7. **Objetivos:**
 - Questionar a pobreza e suas repercussões na vida das mulheres do bairro: no início era apenas ajuda financeira às mulheres, em especial casadas, desempregadas, com curso primário e baixa renda.
 - Apoio mútuo quanto à violência doméstica: realização e promoção de palestras e oficinas sobre auto-estima, abordando a questão psicológica e também debates sobre o meio social.
 - Investir também na questão financeira, ou seja, possibilidade de alternativas de geração de renda.
 - Denunciar e lutar contra a falta de colaboração da polícia na perseguição dos agressores.

Nome da Organização:

GEM - Grupo de Estudos sobre a Saúde da Mulher

1. **Nome da entrevistada:** Sílvia Lúcia Ferreira
2. **Responsável:** Sílvia Lúcia Ferreira
3. **Endereço da Organização:** Escola de Enfermagem - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Campus Universitário do Canela s/n. Salvador, Bahia

4. **Tel:** (071) 2458366 - r-344
5. **Fax:** (071) 245 8224
6. **E-mail:** silviaf@ufba.br
7. **Data da Fundação (ano) :** 1988
8. **Objetivos:**
 - Desenvolver estudos e pesquisas na área de saúde da mulher a partir de trabalhos com grupos de mulheres.

Nome da Organização:

GLB - Grupo Lésbico da Bahia

1. **Nome da entrevistada:** Jane Pantel
2. **Responsável:** Jane Pantel
3. **Endereço da Organização:** Rua do Sodré 45. Dois de Julho, Centro, CEP: 40.060-240; Caixa Postal 6430, CEP: 50.060-970. Salvador, Bahia
4. **Tel:** (071) 243 4902
5. **Fax:** (071) 384 6080
6. **E-mail:** janepantel@e-net.com.br
7. **Data da Fundação (ano):** 1993
8. **Objetivos:**
 - Conscientização dos direitos de cidadania das lésbicas.
 - Informações realistas sobre a lesbianidade.
 - Defesa das lésbicas contra o preconceito e a discriminação.
 - Contribuir para elevar a auto-estima das lésbicas.
 - Promoção do bem-estar das lésbicas com campanhas sobre saúde e por outras ações.

Nome da Organização:

UNEGRO - União dos Negros pela Igualdade (área de Salvador, Bahia) É uma entidade de âmbito nacional.

1. Nome da entrevistada: Olívia Santana
2. **Responsável:** Olívia Santana
3. **Endereço da Organização:** Rua Frei Vicente, 3 - Pelourinho, Salvador, Bahia
4. **Tel:** (071) 371 8917
5. **Fax:** aos cuidados do CECUP - (071) 321-2604.
6. **Data da Fundação (ano):** 1988
7. **Objetivos: (em nível nacional)**
 - Combater o racismo em suas diferentes formas de manifestações; na área de educação, atividades contra o racismo e por outra mentalidade em relação a questões de raça e gênero. Pela qualidade de ensino para as crianças e adolescentes pobres e o resgate da história dos negros na História do Brasil.
 - Organização da mulher e do negro, e debate sobre a questão cultural; lutar pela preservação e fortalecimento do patrimônio e cultura negra; combater a opressão de gênero dentro de uma perspectiva anti-racista e emancipacionista.
 - Contribuir para uma participação cada vez maior da população negra na vida econômica, política, social, religiosa e cultural do país.
 - Prestar solidariedade aos povos do continente africano e na diáspora, bem como os povos oprimidos de todo o mundo; interagir amplamente com o movimento popular (associações, sindicatos, grupos culturais etc.), buscando contribuir no processo de conscientização política e racial para a construção de uma sociedade igualitária.
 - **(na cidade de Salvador -Bahia)**, acrescenta-se que, A Comissão da Mulher na UNEGRO-Bahia tem projeto de prevenção à Aids e DST, com particular ênfase no caso de grupos de populações – mulheres e homens negros, em especial os jovens – no centro histórico de Salvador (Pelourinho) - (Ver Projeto de Prevenção Contra Aids, no item 14).

Nome da Organização:

SINDOMÉSTICO - Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia

1. **Nome da entrevistada:** Creuza Oliveira
2. **Responsável:** Creuza Oliveira
3. **Endereço da Organização:** Av. Vasco da Gama, Ed. Juremeiro 682, 1º andar, Salvador, Bahia
4. **Tel:** (071) 334 6310
5. **Data da Fundação (ano):** 1990
4. **Objetivos:**
 - Defender e organizar a categoria, e prestar assessoria jurídica. Lutar pela categoria em termos de campanhas pelos direitos trabalhistas e também conscientização em vários níveis e por várias atividades sobre os direitos humanos das trabalhadoras domésticas, chamando a atenção contra outras discriminações, por conta de raça e gênero que também golpeiam as empregadas.

Nome da Organização:

Escolas Comunitárias, relacionadas ao CECUP - (Centro de Cultura Popular)

1. **Nome da entrevistada:** Olívia Santana
2. **Responsável:** CECUP - Normando Batista
Escolas Comunitárias - Ivone Meireles
3. **Endereço da Organização:** a/c CECUP - Rua Chile, 22 - Edifício Bráulio Xavier, sala 1506, Centro, CEP 40 020-000. Salvador, Bahia
Coordenação do Projeto Escolas Comunitárias: Rua Bráulio Xavier, 15. Salvador, Bahia
4. **Tel: CECUP** (071) 3212604
Coordenação do Projeto de Formação de Educadores Comunitários de Salvador: (071) 321-2604

5. Fax: CECUP (071) 321-2604.

6. **Data da Fundação (ano):** 1982

7. **Objetivos: (CECUP)**

- Treinamento de educadores para escolas comunitárias; Programas comunitários na área de saúde; Pesquisas sobre a realidade das escolas comunitárias; Projeto E-30- Cultura negra e religiosidade; Esporte e diversão comunitária; Oficinas culturais (teatro, dança e bonecos - popular). “O CECUP não tinha como objetivo a mulher, mas a maioria de sua clientela é mulher, mais mulheres negras, de meio a um salário mínimo. Coordena o Projeto de Formação de Educadores Comunitários” (Olívia Santana).
- Escolas Comunitárias – suprem deficiências da rede de educação do estado. Empreendimento de mulheres, qualificação de mulheres; gestão de mulheres: medidas na área de educação. Trabalha-se na formação das professoras, a relação social entre homens e mulheres, e entre mulheres, bem como de crianças e professores; a questão da auto-estima e da qualidade de vida da população por seminários, cursos, palestras, almoços, e atividades.
- O Projeto de Formação de Educadores Comunitários: capacitação de professores de escolas comunitárias da cidade de Salvador e de alguns municípios do interior.

Nome da Organização:

FABS - Federação de Associação de Bairros de Salvador

1. **Nome do/a entrevistado/a:** Antônia Garcia, ex-presidente
2. **Responsável:** FABS - Hélio Dias
3. **Endereço da Organização:** FABS - Av. Sete, Laderia de São Bento 202, Ed. Adolfo Basbaum 508, Centro, Salvador, Bahia
4. **Tel:** (071) 2435434
5. **Fax:** a/c Antônia Garcia - (071) 2302646
6. **Data da Fundação (ano):** 1979

7. Objetivos:

- Organizar os moradores dos bairros de Salvador, em defesa dos direitos de cidadania e por serviços.
- Formação de agentes populares de saúde, via Projeto de Educação em Saúde Comunitária de Salvador, contemplando também a proteção do meio ambiente, avaliação do valor nutritivo das dietas, desenvolvimento de medicina natural, por meio de sistematização de experiências populares e desenvolvimento de mecanismos para o fortalecimento das entidades comunitárias e sua representação nas comissões gestoras do sistema de saúde e de proteção ao meio ambiente.

Nome da Organização:

AMPLA - Associação de Moradores da Plataforma CEMS - Centro de Mulheres de Salvador

- 1. Nome das entrevistadas:** Antônia Garcia, Ângelo Serpa
- 2. Responsável:** AMPLA - Célia Maria de Souza Oliveira
CEMS - Joseane Santos da Cruz e Soraia Freita de Lima
- 3. Endereço da Organização:** AMPLA- Pça. São Bráz 14, Plataforma, Salvador, Bahia
CEMS - a/c da AMPLA
- 4. Tel:** AMPLA (071) 3982883 CEMS - id
- 5. Fax:** a/c Antônia Garcia - (071) 2302646
- 6. Data da Fundação (ano) :** AMPLA - 1977 - CEMS - 1988
- 7. Objetivos:**

- AMPLA - Organizar os moradores do bairro de Plataforma, na área da Suburbana, por seus direitos de cidadania, moradia, advogando pela legalização das terras – questão fundiária, pela qualidade dos transportes, serviços de saúde e de educação; desenvolvimento comunitário.
- CEMS - Organizar as mulheres da região Suburbana - área de Salvador - na defesa de questões específicas; prestar serviços em distintas áreas, como, por exemplo, saúde; e desenvolver oficinas e treinamento para mulheres de baixa renda dos bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Nome da organização:

Associação de Moradores do Bairro da Paz Conselho de Moradores - Centro Comunitário (Fundação D. Avelar)

- 1. Nome das entrevistadas:** Marinalva Souza Santos, Maria Ubajarerda (conhecida como Baixinha)
- 2. Responsável:** vários, são distintas entidades que atuam no mesmo bairro
- 3. Endereço da organização:** Centro Comunitário do Bairro da Paz, Bairro da Paz, Av. Paralela, Salvador, Bahia
- 4. Objetivos:**
 - Atividades de desenvolvimento comunitário.
 - Conselho de Moradores – compreende cuidado sobre serviços tais como: posto de saúde, e escola, serviços relacionados com asfalto, posto policial, luz e água. No organograma compreende: área de saúde, de direitos humanos, educação e conselho fiscal; Centro Comunitário, relacionado à Fundação D. Avelar, compreende: uma farmácia e horta caseira; Pastoral da Criança com cinco setores (cerca de 159 pessoas envolvidas) e se encarrega de visita às mães, cuidado com o peso das crianças, produção e distribuição da multimistura; um Posto de Saúde; a Rádio Comunitária; uma unidade do programa do Governo Municipal Cidade Mãe; e a Igreja.

Nome da organização:

Projeto Profissionalização para Cidadania (Centro de Estudos Afro-Orientais/Universidade Federal da Bahia - CEAO/UFBA - e Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/BA)

- 1. Nome da entrevistada:** Wanda de Sá Barreto
- 2. Responsável:** Wanda de Sá Barreto
- 3. Endereço da organização:** CEAO/UFBA - Praça do Terreiro de Jesus 17, Centro Histórico Pelourinho, Salvador, Bahia, CEP: 40025-010

4. **Tel:** (071) 241-0253
5. **Data da fundação (ano):** 1995
6. **Objetivos:**
 - Profissionalizar adolescentes negros, capacitando-os como cidadãos conscientes de sua condição social e racial, de modo a promover a sua inserção no mercado de trabalho de forma não subalterna. Neste sentido, a concepção pedagógica do Projeto integra a profissionalização à formação para a cidadania.
 - Trabalhar com múltipla seriação, várias dimensões de aprendizado, trabalhando professores da área técnica.

Nome da Organização:

Centro Educação Ambiental São Bartolomeu - Projeto Memorial Pirajá/CEAO-UFBA-Centro de Estudos Afro-Orientais/Universidade Federal da Bahia

1. **Nome da entrevistada:** Ana Lúcia Menezes Formigli
2. **Responsável:** Ana Lúcia Menezes Formigli
3. **Endereço da organização:** CEAO/UFBA - Praça do Terreiro de Jesus 17, Centro Histórico Pelourinho, Salvador, Bahia, CEP: 40025-010
4. **Tel:** (071) 321- 9905
5. **Fax:** id
6. **Data da fundação (ano):** Primeiro, foi Projeto Memorial Pirajá - 1991
7. **Objetivos:**
 - Implantação, pelos poderes públicos, do Parque Metropolitano do Pirajá, conhecido como Parque São Bartolomeu, também reconhecido como o “parque sagrado da Bahia”, que se estende pelo Subúrbio Ferroviário, Pirajá e Valéria, na cidade de Salvador, Bahia.
 - Vislumbrando o Parque como uma Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o Projeto propõe a implantação do Parque como um Ecomuseu – um museu aberto – cujo acervo básico são a flora, a fauna, as águas,

a natureza, enfim; e também os conhecimentos existentes sobre o Parque, sua história, a cultura da comunidade, a memória organizada do passado, a memória da vida presente.

- Trabalho de educação ambiental e pluricultural junto à comunidade, adolescentes e escolares da região do Parque desde 1991, e que hoje envolve 10 escolas públicas, 42 educadores [a maioria, mulheres] e 1.200 alunos [alta proporção de mulheres], terreiros e organizações populares, com a modernidade em benefício das atuais e futuras gerações.

Nome da organização:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Elísio Medrado

1. **Nome da entrevistada:** Elita Santos dos Santos
2. **Responsável:** Marta Sueli Santos dos Santos
3. **Endereço da organização:** Rua 15 de novembro, 93 - Centro de Elísio Medrado, CEP : 45305-000 - Elísio Medrado, Bahia
4. **Tel:** Aos cuidados da Professora Deusa (075) 749-2144.
5. **Data da fundação (ano):** 1986
6. **Objetivos:**
 - Lutar pela categoria, para que tenham acesso à terra e para melhorar suas condições de vida e de trabalho. Os trabalhadores rurais são muito sofredores. Engloba os diaristas, os meeiros, os sem-terra, os pequenos proprietários, os trabalhadores temporários. Muitas são mulheres.

ELÍSIO MEDRADO – BAHIA

Nome da Organização:

PROJETO REFLORAR, RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL EM ÁREAS RURAIS - (Relacionado com a ONG GAMBA, Grupo Ambientalista da Bahia)

1. **Nome da entrevistada:** Márcia Lúcia Cardoso Neves
2. **Responsável:** Márcia Lúcia Cardoso Neves
3. **Endereço da Organização:** PROJETO REFLORAR - Vila Monte Cruzeiro, Fazenda Jiquitibá, Elísio Medrado, Bahia
4. **Tel:** (075) 2296101 - recados
5. **Data da Fundação (ano):** 1994
6. **Objetivos:**
 - Trabalhar principalmente com pequenos e médios agricultores e proprietários rurais, estimulando o desenvolvimento ecológico sustentado, disseminando práticas dos recursos naturais, em que a preservação e a conservação constituam ponto importante para o sucesso do desenvolvimento.
 - Garantir a participação da população rural em atividades de preservação e assessorar em atividades relacionadas a qualidade de vida dos pequenos e médios agricultores, neste sentido vem se trabalhando com sindicatos de trabalhadores rurais, sendo que em muitos casos, como no de Elísio Medrado, a liderança das mulheres é importante.

AMARGOSA - BAHIA

Nome da organização:

Associação de Moradores do Bairro de Santa Rita - Amargosa

1. **Nome das entrevistadas:** Elza dos Santos, Ilza Maria de Carvalho Melo
2. **Responsável:** Elza dos Santos
3. **Endereço da organização:** Rua Dr. Albino Brasis, 388, Rua da Direita - Amargosa, CEP: 45300
4. **Data da fundação (ano):** 1988
5. **Objetivos:**
 - Crescimento das pessoas como ser humano. Mais de 30 trabalhos de conscientização política não-assistencialista. Realização junto com a

igreja católica de evangelização, campanhas de gêneros alimentícios para os necessitados, ajuda na questão da moradia, realização de seminários. Conta-se com o apoio e assessoria do MEB (Movimento de Educação de Base) na área de educação e na área de saúde.

- Melhoria dos serviços do bairro, questões de saúde, campanha em relação a doenças. Por exemplo em 1994 fizemos uma campanha em relação a cólera. Há mais de três anos fizemos campanha pela questão do lixo. Havia um matadouro que elas conseguiram tirar dali de perto, foram à prefeitura, fizeram solicitação, D. Elza inclusive chegou a ser perseguida.

MOVIMENTOS DE BASE, SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES

PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL

Nome da organização:

Associação das Catadoras de Materiais Recicláveis

- 1. Nome das entrevistadas:** Elce, Marina, Marly, Olívia, Rose, Irma, Elanir, Otilia, Armínia, Olívia.
- 2. Responsável:** Todas
- 3. Endereço da organização:** Rua Oscar Bittencourt 487 - Bairro Menino Deus -CEP 90850 150 - Porto Alegre.
- 4. Data da fundação (ano):** 1990
- 5. Objetivos:**
 - Partir da realidade e condição das mulheres para organizar o lixo e possibilitar a venda e a repartição do lixo.

PASSO FUNDO - RIO GRANDE DO SUL

MOVIMENTO DE MULHERES

Nome da organização:

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

- 1. Nome das entrevistadas:** Gessi Boness, Mariza Scariot, Elenice Pastore, Vania, Ivone.
- 2. Responsável:** Existe direção estadual, regional, municipal. Todas as entrevistadas fazem parte da direção
- 3. Endereço da organização:** Rua Prestes Guimarães 366, Passo Fundo, CEP 99.070-330
- 4. Tel:** (054) 313 2305 ou 3136325
- 5. Fax:** (054) 313 2305 ou 3136325
- 6. Data da fundação (ano):** 1989
- 7. Objetivos:**
 - Intervir nas políticas públicas, avançando na conquista dos direitos sociais.
 - Qualificar a participação da mulher no processo produtivo.
 - Construir novas relações de gênero.
 - Incentivar e capacitar a mulher para participar de outros espaços.
 - Continuar o processo de construção do MMTR/RS.

GETÚLIO VARGAS – RIO GRANDE DO SUL

Nome da organização:

Executiva do Movimento de Mulheres Rurais de Getúlio Vargas

- 1. Nome das entrevistadas:** Mariza, Nair, Tania, Catarina, Leni, Iraci, Lurdes
- 2. Responsável:** É um coletivo
- 3. Endereço da organização:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Av.

Severiano de Almeida 402, CEP 99.900-000 caixa Postal 38

4. **Tel:** (054) 341 1676

5. **Data da fundação (ano):** 1986

6. **Objetivos:**

- Terminar com a discriminação da mulher.

CANGUÇU - PORTO ALEGRE/RS

Nome da organização:

UNAIC - União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu

1. **Nome das entrevistadas:** Islair Radtke, Ines Krup

2. **Endereço da organização:** Rua General Paranhos 565, CEP: 9600-000 Canguçu

3. **Tel:** (0532) 521 011

4. **Objetivos:**

- Trabalham com meio ambiente e agricultura, saúde, alimentação, direitos de trabalhadores e da mulher, basicamente com grupos de mulheres por meio de associações de produtores rurais e escolas rurais.

PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL

Nome da organização:

Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

1. **Nome da entrevistada:** Márcia Soares

2. **Responsável:** Denise Dourado Dora, Márcia Soares, Maria da Glória Lopes Kopp

3. **Endereço da organização:** Rua dos Andradas, 1137/2201 - Porto Alegre

4. **Tel:** (051) 225 9028/225 2025

5. **Fax:** (011) 225 9028/225 2025

6. **E-mail:** Themis@via-rs.com.br

7. **Data da fundação (ano):** 1992

8. **Objetivos:**

- Promover a formação de promotoras legais populares.
- Encaminhar a interlocução com o poder judiciário.
- Realizar pesquisas, estudos interdisciplinares e um centro de documentação.

SÃO PAULO – SÃO PAULO

Nome da organização:

Associação dos Moradores do Jardim Kagohara

1. **Nome da entrevistada:** Dionísia Pimenta Cardeliquio Berbém

2. **Responsável:** Vitório Pereira (presidente)

3. **Endereço da organização:** Rua dos Menestréis 20, Jardim Kagohara

4. **Data da fundação (ano):** 1983

5. **Objetivos:**

- Organização de base, comunitária, situada em área de mananciais na periferia de São Paulo, dá apoio a mulheres desassistidas e mantém uma creche-escola para menores.

Nome da organização:

Associação dos Moradores do Jardim Rubilene

1. **Nome das entrevistadas:** Maria, Jane, Pedro

2. **Endereço da organização:** Rua Ferusio Castanha 48, Jardim Rubilene, CEP 044.755-750

3. **Objetivos:**

- Associação de Moradores do Bairro desenvolve trabalhos em várias frentes, mantendo grupos que trabalham com conscientização da população para alimentação alternativa, preparo artesanal de comple-

mento alimentar em forma de farinha, preparo de pães com essa farinha, veiculação de informações sobre meio ambiente e nutrição em uma rádio comunitária. Mantém ainda uma creche-escola e curso de alfabetização de adultos. Estimularam e implantaram pequenas organizações femininas (grupos de mulheres) com vistas a geração de renda e ofereceram cursos de capacitação para mulheres.

Nome da organização:

Rede Mulher de Educação

1. **Nome da entrevistada:** Moema Wiezzer
2. **Responsável:** Moema Wiezzer
3. **Endereço da organização:** Rua Curiolano 28, CEP 05.047-000 São Paulo, SP
4. **Tel:** (011) 8732803
5. **Fax:** (011) 627050
6. **Data da fundação (ano):** 1983
7. **Objetivos:**
 - Contribuir para o equilíbrio das relações entre homens e mulheres, promovendo, assim, a harmonia entre seres humanos e a natureza.
 - Contribuir para as mudanças das relações de gênero, por meio da educação popular.

Nome da organização:

CIM - Centro de Informação da Mulher -

1. **Nome da entrevistada:** Suzana Maranhão
2. **Responsável:** Suzana Maranhão e Sônia Calió
3. **Endereço da organização:** Praça Roosevelt 605 caixa Postal 11399, CEP 05.422-970 - São Paulo, SP
4. **Tel:** (011) 256 0003
5. **Fax:** (011) 256 0003

6. Data da fundação (ano): 1981

7. Objetivos:

- Atuar como um centro vivo de referência, informação e documentação nas redes nacionais, latino-americanas e internacionais buscando trazer à tona os debates do movimento, disseminando-os, sobretudo, por meio de publicações e seminários;
- Cooperar, nacional e internacionalmente, com outras organizações de mulheres em projetos de documentação, informação e pesquisa em questões relacionadas à condição e movimento de mulheres.
- Atender o público em geral e as mulheres, em particular, no centro de documentação.
- Assessorar os grupos de mulheres no que se refere à implantação e desenvolvimento de centros de documentação e informação.
- Assessorar os governos locais, as vereadoras e representantes municipais na elaboração de políticas públicas relacionadas às questões de gênero, especialmente à ação legislativa e à elaboração de planos diretores municipais.
- Assessorar escolas, sindicatos, entidades, por meio da formação e informação sobre questões de gênero, feminismo e o exercício da cidadania das mulheres.

Nome da organização:

Coletivo Feminista da Sexualidade e Saúde

1. **Nome da entrevistada:** Maria José de Oliveira Araújo (Mazé)
2. **Responsável:** É um coletivo
3. **Endereço:** Rua Bartolomeu Zunega, 44, São Paulo, SP - CEP 05426-020
4. **Tel:** (55 11) 8139767
5. **Fax:** (55 11) 8138578
6. **E-mail:** redesaude@ax.ibase.org.br
7. **Data da fundação(ano):** 1981/1984 (ambulatório)

8. Objetivos:

- Atender a grupos de mulheres e comunidades, para que a partir do próprio corpo tomassem consciência dos direitos de cidadania.
- Atender às mulheres por meio de um ambulatório de atenção primária e integral.

CURITIBA - PARANÁ

Nome da organização:

Direção do Departamento Estadual das Trabalhadoras Rurais da CUT - Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais

- 1. Nome da entrevistada:** Maria Salete Escher
- 2. Responsável:** Maria Salete Escher
- 3. Endereço da organização:** Rua Voluntários da Pátria 368, 14 andar, CEP 80.020-010 Curitiba, PR
- 4. Tel:** (041) 223 6797
- 5. Fax:** (041) 222 4083
- 6. Data da fundação (ano):** 1987
- 7. Objetivos:**

- Discutir questões específicas sobre a mulher.
- Ser um espaço de capacitação e formação de mulheres trabalhadoras rurais.
- Representar as trabalhadoras rurais.
- Incorporar dentro do movimento sindical, a problemática de gênero tanto para homens como para mulheres.

A entrevista foi realizada durante a Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que se realizou em Brasília de 19 a 22 de março de 1997.

BRASÍLIA - DF

Nome da organização:

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores Agrícolas

- 1 Nome da entrevistada:** Rocicleide Silva
- 2. Responsável:** Francisco Urbano
- 3. Endereço da organização:** SDS Ed. Venâncio VI - 1 andar, CEP 70393-900 - Brasília -DF
- 4. Tel:** (061) 321 2288
- 5. Fax:** (061) 321 3229
- 6. Data da fundação (ano):** 1993
- 7. Objetivos:**
 - Trabalhar politicamente as ações e os interesses dos seus associados e associadas.
 - Transformar os trabalhadores em legítimos autores das transformações sociais, políticas e econômicas exigidas pela nação.

LIMA CAMPOS - MARANHÃO

SINDICATO

Nome da organização:

Cooperativa Agro-extrativista e Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- 1. Nome do entrevistado:** Mariana Rodrigues dos Santos
- 2. Responsável:** Francisco de Paula Rocha
- 3. Endereço da organização:** Rua Nestor Belo 794 - Lima Campos – MA , CEP- 65.728-000
- 4. Data da fundação (ano):** 1992
- 5. Objetivos:**
 - Preservação dos babaçuais e a valorização de seus produtos.

A entrevista foi realizada durante a Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que se realizou em Brasília de 19 a 22 de março de 1997.

Nome da organização:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos – Cooperativa dos Extrativistas

1. **Nome da entrevistada:** Rosineide Gregório dos Santos
2. **Responsável:** Rosineide Gregório dos Santos
3. **Endereço da organização:** Rua 1 de Janeiro, 267 CEP 65215 - Viana - Maranhão DSTR
4. **Tel:** (098) 351-1200
5. **Data da fundação (ano):** 1991
6. **Objetivos:**
 - Organizar a produção para encontrar melhores preços e melhores formas do aproveitamento do babaçu.

A entrevista foi realizada durante a Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que se realizou em Brasília de 19 a 22 de março de 1997.

ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS

CIDADE DO RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO

Nome da organização:

CEMINA

1. **Nome da entrevistada:** Madalena Guillón
2. **Responsável:** Thaís Corral, Schuma Schumacher, Madalena Guillón
3. **Endereço da organização:** Rua Álvaro Alvim 21/16 andar – Centro, CEP 20.0031-010 - Rio de Janeiro, RJ.
4. **Tel:** (021) 262 1704
5. **Fax:** (021) 262 6454
6. **E-mail:** redelh@ax.org.br
7. **Data da fundação (ano):** 1989

8. Objetivos:

- Implementar projetos em diversas áreas específicas com vista a facilitar e ampliar o desenvolvimento da mobilização das mulheres.

Nome da organização:

IDAC - Instituto de Ação Cultural

- 1. Nome da entrevistada:** Mariska Ribeiro
- 2. Responsável:** Rosiska Darcy de Oliveira e Miguel Darcy
- 3. Endereço da organização:** Rua Lopes Quintas 211 Jardim Botânico, CEP 22.460-010 - Rio de Janeiro, RJ
- 4. Tel:** (021) 511 0142
- 5. Fax:** (021) 511 0249
- 6. E-mail:** idac@ax.apc.org
- 7. Data da fundação (ano):** 1971
- 8. Objetivos:**
 - O IDAC tem uma multiplicidade de níveis e formas de ação, que vão desde a intervenção direta junto ao público-alvo até à pesquisa e produção de conhecimento sobre cada situação-problema, o estabelecimento de parcerias com outros atores da sociedade civil, o diálogo com o setor privado empresarial e a interação com órgãos governamentais responsáveis por programas sociais.

Nome da organização:

REDEH - Rede de Defesa da Espécie Humana

- 1. Nome da entrevistada:** Schuma Schumacher
- 2. Responsável:** Thaís Corral, Schuma Schumacher, Madalena Guilón
- 3. Endereço da organização:** Rua Álvaro Alvim 21/16 andar - Centro, CEP 20.031-010 - Rio de Janeiro, RJ
- 4. Tel:** (021) 262-1704
- 5. Fax:** (021) 262-6454

6. **E-mail:** dedeh ax.org.br
7. **Data da fundação (ano):** 1987
8. **Objetivos:**
 - Sistematizar um trabalho, a princípio informal, nas áreas de saúde, sexualidade, e procriação, por meio de um fluxo constante entre os diversos grupos que trabalham esses temas na América

Nome da organização:

CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

1. **Nome da entrevistada:** Leila Linhares
2. **Responsável:** Leila Linhares e Jacqueline Pitanguy
3. **Endereço da organização:** Rua do Russel, 694, Glória, 2º andar CEP - 22210 010, Rio de Janeiro
4. **Tel:** (021) 225 6115
5. **Fax:** (021) 225 6115
6. **E-mail:** cepia@ax.apc.org
7. **Data da fundação (ano):** 1990
8. **Objetivos:**
 - Executar projetos que contribuam para o fortalecimento da cidadania, especialmente dos setores que, na história de nosso país, vêm sendo tradicionalmente excluídos de seu pleno exercício.
 - A CEPIA tem privilegiado em sua atuação as áreas de: saúde, meio ambiente, violência, direitos humanos, pobreza e trabalho, estabelecendo vínculos preferenciais com mulheres, negros e populações marginalizadas.
 - A CEPIA atua, também na avaliação e acompanhamento do impacto de políticas públicas.

4. **Tel:** (021) 225 6115

5. **Fax:** (021) 225 6115

6. **E-mail:** cepia@ax.apc.org

7. **Data da fundação (ano):** 1990

8. **Objetivos:**

- Executar projetos que contribuam para o fortalecimento da cidadania, especialmente dos setores que, na história de nosso país, vêm sendo tradicionalmente excluídos de seu pleno exercício.
- A CEPIA tem privilegiado em sua atuação as áreas de: saúde, meio ambiente, violência, direitos humanos, pobreza e trabalho, estabelecendo vínculos preferenciais com mulheres, negros e populações marginalizadas.
- A CEPIA atua, também na avaliação e acompanhamento do impacto de políticas públicas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)